

**A fronteira entre a escrita, reescrita e retroversão: o caso do texto
jornalístico económico-financeiro**

Maria Margarida Ricarte Burnay

**Relatório de Estágio
de Mestrado em Tradução
Especialização em Inglês**

Junho de 2017

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Tradução realizado sob a orientação científica da
Professora Doutora Iolanda Ramos e da Mestre Susana Valdez

Agradecimentos

Agradeço à Professora Iolanda Ramos e à Professora Susana Valdez por terem aceitado orientar o relatório de estágio que aqui se apresenta. Obrigada por cada reunião, por cada email, por cada correção, por cada palavra amiga. Não teria sido possível terminar este relatório sem tudo o que consegui aprender com ambas.

Agradeço ao Doutor António Costa e ao Doutor Pedro Sousa Carvalho, orientador de estágio no ECO, por toda a disponibilidade em me receber e pela possibilidade de continuar a fazer parte deste novo projeto de comunicação social mesmo depois de findo o período de estágio.

Agradeço a toda a redação do ECO: à Mónica, ao Paulo, à Mariana, ao Alberto, à Margarida, à Rita, à Catarina, à Cristina, à Marta, ao Tiago, à Raquel, ao Telmo, à Rafaela, à Juliana, ao Flávio, ao Gonçalo, à Paula, à Estrela, à Ana Margarida, à Ana Luísa, ao João. Obrigada por toda a ajuda, a paciência, as aprendizagens, o excelente ambiente.

Obrigada à minha família. Por compreenderem a minha falta de tempo e por, durante meses, terem deixado que me apoderasse da mesa da sala de jantar com o computador, livros e apontamentos.

Obrigada a todos os meus amigos por me darem sempre força e viverem cada alegria deste processo comigo.

O meu obrigada final é indescritível - e é teu, André.

A fronteira entre escrita, reescrita e retroversão: o caso do texto jornalístico económico-financeiro

Maria Margarida Ricarte Burnay

RESUMO

Tendo em conta a experiência de estágio na *Swipe News S.A.*, nomeadamente no ECONews, a versão em inglês do jornal digital ECO, o relatório apresentado tem como principal objetivo questionar a fronteira entre o processo de escrita, associado tradicionalmente ao jornalismo, e o de reescrita, mais ligado à tradução (Lefevere 1992: vii).

Dado que o ECONews é um projeto que consiste na tradução de peças jornalísticas já publicadas no *site* em português, foi inicialmente analisada uma amostra de traduções representativas dos problemas encontrados (Toury 2011: 170 - 174), tendo-se destacando as transformações textuais como a questão mais problemática.

Antes do ato tradutório em si — retroversão, no caso do ECONews —, foram levadas a cabo nos textos jornalísticos económico-financeiros várias tarefas de edição, descritas com base em Hursti (2001). Após cuidada análise dos processos de seleção de notícias e de escrita jornalística, baseada nas entrevistas feitas a três jornalistas do ECO, é feita uma comparação entre a tradução (reescrita) e o jornalismo (escrita). Apesar das diversas tarefas que têm em comum, o presente relatório traça de forma clara a fronteira entre as duas atividades.

Palavras-chave: tradução, texto jornalístico económico-financeiro, edição, retroversão, transedição, escrita, reescrita, problemas de tradução, ECONews.

The frontier between writing, rewriting and directionality: a report on journalistic financial and economic texts

Maria Margarida Ricarte Burnay

ABSTRACT

Considering the internship experience in *Swipe News* S.A. — namely on ECONews, the English version of the Portuguese digital newspaper ECO —, this report aims to discuss the frontier between the writing process, traditionally linked to journalism, and the process of rewriting, which usually refers to translation (Lefevere 1992: vii).

ECONews' project consists of translating journalistic texts previously published in their Portuguese version on the website. Taking this into consideration, an analysis was made based on a sample of translated texts representative of the major problems encountered (Toury 2011: 170 – 174), namely textual transformations.

Before the translation act itself — which in the case of ECONews is from Portuguese to English —, journalistic financial and economic texts were edited. The different types of changes have been described taking Hursti's descriptions into consideration (2001). After a careful analysis of the news selection and journalistic writing processes, based on interviews made to three journalists from ECO, translation (rewriting) and journalism (writing) were compared. Although both activities have many common traits, a clear frontier between them has been drawn in this report.

Keywords: translation, journalistic financial and economic text, editing, directionality, transediting, writing, rewriting, translation problem, ECONews.

Índice

Lista de Siglas e Acrónimos	1
Introdução	2
Capítulo 1. Descrição do Estágio	4
1.1 Caracterização da instituição de acolhimento do estágio (SWIPE NEWS S.A)	4
1.1.1 ECO	4
1.1.2 ECONews	7
1.2 Caracterização do trabalho de tradução no ECONews	9
1.2.1 Tarefas executadas durante o estágio	9
1.2.2 Análise de uma seleção de traduções	10
1.2.3 Desafios encontrados e descrição das soluções para os superar	11
1.3 Conclusão	19
Capítulo 2. Retroversão e transedição de textos jornalísticos económico-financeiros	20
2.1 O texto jornalístico económico-financeiro e sua tradução	20
2.2 A prática de retroversão	23
2.3 Reescrita e adaptação: <i>transediting</i> no ECONews	25
2.4 Conclusão	29
Capítulo 3. Fronteira entre escrita e reescrita	30
3.1 Processo de escrita de um jornalista	30
3.2 Semelhanças e disparidades entre os processos de escrita e reescrita no contexto jornalístico	32
3.3 Escrita e reescrita, jornalismo e tradução: que fronteira?	34
3.4 Conclusão	36
Conclusão	37
Referências bibliográficas	40
Anexos	43
Anexo 1 - Lista de traduções realizadas no âmbito do estágio	44
Anexo 2 – Seleção de textos para fins de análise	58
Anexo 3 - Entrevistas	94

Lista de Siglas e Acrónimos

TP – Texto de partida

TC – Texto de chegada

LP – Língua de partida

LC – Língua de chegada

M&P – Meios & Publicidade

ATM – Associação de Investidores e Analistas Técnicos do Mercado de Capitais

OPA – Oferta de Aquisição Pública

BPI – Banco Português de Investimento

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

PSD – Partido Social Democrata

BE – Bloco de Esquerda

PS – Partido Socialista

PCP – Partido Comunista Português

IRC – Imposto sobre o Rendimento de pessoas Coletivas

CGD – Caixa Geral de Depósitos

DBRS – Agência de *rating Dominion Bond Rating Service*

Introdução

O relatório que aqui se apresenta trata a experiência de estágio da discente na Swipe News S.A., nomeadamente no ECONews, a versão inglesa do jornal digital ECO. O trabalho apresentado segue e complementa a abordagem dos estudos anteriormente desenvolvidos por Joana Ferreira (2013), Francisco Ferreira (2015) e Xénon Cruz (2016), também sobre Tradução ligada ao Jornalismo.

O ECO é um projeto de comunicação social na área económico-financeira que une de forma flagrante a prática jornalística à prática tradutória, uma vez que o ECONews é composto, na sua maioria, por traduções de peças jornalísticas já publicadas no *site* em português. Ao longo do estágio, a discente percebeu que muitas das tarefas que lhe eram atribuídas em relação aos textos a traduzir envolviam algo mais que verter aqueles textos da língua portuguesa para a inglesa. Poderia ser necessário resumir o artigo, aglutinar duas ou mais peças, eliminar ou adicionar informações de acordo com a sua relevância para o público-alvo do ECONews, entre outras transformações textuais.

Tais práticas levaram a estagiária a procurar esclarecer as ligações desse tipo de tarefas à tradução, uma vez que a edição textual está tradicionalmente associada ao jornalismo. Por outro lado, mostrou-se relevante clarificar a forma como a tradução está presente no dia-a-dia de uma redação, nomeadamente no trabalho dos editores e jornalistas. Assim, o principal objetivo do presente relatório é traçar a fronteira entre o processo de escrita, associado ao jornalismo, e o de reescrita, associado à tradução (Lefevere 1992: vii).

Para atingir esse objetivo, dividiu-se o presente relatório em três partes. No primeiro capítulo, será feita uma descrição do estágio, começando por ser apresentada a instituição de acolhimento – Swipe News S.A., a denominação social do ECO, e a sua edição em inglês, o ECONews. De seguida, será feita uma caracterização dos trabalhos

levados a cabo durante o estágio de 400 horas. Por fim, partindo da definição de Toury (2011: 170-174) de problema de tradução, será feito um levantamento dos problemas encontrados e das respetivas soluções para os superar. Para ilustrar esse processo, serão utilizados exemplos concretos de uma seleção de textos traduzidos.

No segundo capítulo do relatório será, em primeiro lugar, esclarecida a tipologia na qual os artigos jornalísticos traduzidos se inserem, sendo que tratam temas da área económico-financeira. De seguida, será explicado em que consiste a prática de retroversão e quais as suas implicações. O processo de tradução no ECONews será enquadrado e comparado com as descrições de tradução noticiosa feitas por alguns autores como Hursti (2001) e Schäffner (2012). Tal irá permitir que sejam clarificadas as práticas de transformação textual levadas a cabo antes da retroversão, tendo a discente se debruçado sobre a noção de transedição proposta por Stetting (1989).

O terceiro e último capítulo do relatório de estágio começa por explicar como é feita a seleção dos assuntos a noticiar (*gatekeeping*), analisando de seguida o processo de escrita jornalística a partir dos testemunhos dados em entrevista por três jornalistas do ECO, Margarida Peixoto, Paulo Moutinho e Alberto Teixeira, cujas transcrições integrais se encontram no Anexo 3. De seguida, a discente refere as semelhanças e diferenças entre o trabalho de um jornalista e o de um tradutor, com o propósito de, finalmente, traçar a fronteira entre as duas profissões.

Capítulo 1. Descrição do Estágio

O primeiro capítulo deste trabalho pretende descrever o estágio efetuado no âmbito da componente não letiva do Mestrado de Tradução da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Neste capítulo, é explicada a génese do ECO, um jornal digital português focado na área económico-financeira, a partir do qual surge o ECONews, a sua versão em inglês. Após explicar qual o objetivo do projeto e a sua forma de funcionamento, serão descritas e problematizadas as tarefas levadas a cabo durante o estágio, através de exemplos concretos de uma seleção de textos traduzidos.

1.1 Caracterização da instituição de acolhimento do estágio (SWIPE NEWS S.A)

1.1.1 ECO

O estágio relativo ao qual o presente relatório se refere teve lugar na empresa Swipe News S.A., a denominação social do ECO. Lançado a 10 de outubro de 2016, o ECO é um jornal exclusivamente digital direcionado para a área da economia, finanças e setor empresarial.

No seu manifesto editorial, o ECO apresenta-se como um jornal *online* de acesso gratuito dedicado à economia cujo compromisso editorial é o de ser fiel à verdade, sempre no cumprimento das normas éticas, legais e deontológicas do jornalismo, com a pretensão de ser exigente e não ceder a populismos ou sensacionalismos. Numa era de excesso de informação pública, o ECO tem como objetivo ser um projeto de comunicação social singular, no qual os jornalistas e redatores, a fim de contribuir para uma sociedade mais informada, trabalham as informações acrescentando-lhes valor. Quer seja nas notícias, nos artigos, nas entrevistas ou nas reportagens, o ECO apresenta-se como independente e ao serviço dos leitores, publicando no seu *site* (www.eco.pt) informação isenta e relevante para a

tomada de decisões, tanto individuais como empresariais, ao nível económico-financeiro.

O ECO identifica-se como uma marca de informação digital especializada no jornalismo económico, financeiro e empresarial, com o objetivo de se tornar uma fonte de informação para os decisores, empresários, gestores, empreendedores, estudantes, investidores institucionais e particulares, bem como para atuais e futuros trabalhadores. Para atingir esse fim, a linguagem utilizada nos artigos, nas notícias, nas entrevistas ou nas reportagens é informal, sem deixar de ser rigorosa e credível.

Uma vez que se trata de um jornal que prima pela sua vertente exclusivamente digital, as redes sociais assumem um papel fundamental de divulgação dos artigos publicados no *site*, a fim de captar audiência. As redes sociais são também uma forma de aproximação aos leitores, que interagem, comentam e partilham nas suas páginas pessoais as notícias do ECO.pt que acham relevantes, gerando, assim, comunidades. Os meios mais utilizados pela equipa de Gestão das Redes Sociais são o Facebook (@EcoEconomiaOnline) e o Twitter (@ECO_PT), mas também o LinkedIn (ECO – Economia Online).

Ainda sobre a sua vertente exclusivamente digital é de destacar que a plataforma tecnológica utilizada pelo ECO dá prioridade ao formato *mobile*, ou seja, para além do *site* supramencionado é também possível aceder ao ECO descarregando a aplicação para telemóveis ou *tablets*. A equipa Multimédia do ECO tem, assim, um papel fundamental na experiência de utilização diferenciadora, nomeadamente através de fotomontagens, vídeos e gráficos interativos. As imagens dos textos G e H do Anexo 2 são exemplos das fotomontagens efetuadas pela equipa Multimédia:

Figura 1 – Fotomontagem do artigo *PSD organiza corrida entre burro e Ferrari* (reproduzido com autorização do ECO).



Figura 2 – Fotomontagem do artigo *As leis do alfaiate Costa são à medida da banca* (reproduzido com autorização do ECO).



Para além da secção de infografia e multimédia, a redação conta com as seguintes grandes áreas da economia: Macroeconomia (assuntos relacionados com a dívida, o PIB, dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatísticas, a União Europeia, entre outros); Mercados (bolsa, ações); Banca; Trabalho e Segurança Social; Fisco (impostos); Empresas (*startups*, empreendedorismo); Tecnologia. Cada um dos cerca de vinte jornalistas tende a especializar-se numa área em particular, mas tal não é taxativo — por ser um jornal novo, que conta com uma equipa jovem que inclui também estagiários, existe um ambiente de entreajuda entre redatores. Essa entreajuda permite uma aprendizagem transversal, na qual os editores têm também um papel de extrema importância, dada a sua vasta experiência.

Por ser exclusivamente *online*, o ECO não tem as limitações de um jornal impresso. A este respeito, Pedro Sousa Carvalho, diretor executivo do ECO e orientador do presente estágio, em entrevista ao jornal *Meios & Publicidade* (M&P) a 7 de outubro de 2016, refere:

Essas pessoas [jornalistas], não tendo que se preocupar com o papel — que é uma máquina muito difícil de se fazer, com fechos, horas de fecho e toda uma mecânica que absorve imenso tempo —, terão mais tempo para ser jornalistas. Há determinadas coisas no jornalismo em papel completamente anacrónicas e não vamos ter esse problema — por exemplo, ter uma determinada informação e estar a guardá-la para o dia seguinte de manhã ou estar a guardá-la para sexta-feira quando sai o semanário. Para nós é uma grande vantagem, porque a notícia pode aparecer a qualquer minuto. Quer em termos de organização de redação quer em termos de agilidade acho que temos uma vantagem competitiva muito grande.

Assim, toda a informação que é publicada é em tempo real. Para comunicar certos eventos, é utilizada a técnica de *Liveblog* — o jornalista encontra-se num dado local a fazer a cobertura escrita da situação em direto e só depois redige os artigos com valor acrescentado.

Alguns dos jornalistas redigem também *newsletters*. Existem duas *newsletters* diárias (*ECO Login* sobre a abertura da Bolsa e assuntos que vão marcar o dia e *ECO Logout* sobre o fecho da Bolsa). As restantes *newsletters* são semanais sobre: *Tecnologia* (últimas novidades para as empresas e consumidores), *Cá se Fazem* (histórias de pessoas e os seus negócios), *Finanças Pessoais* (guia de poupança e investimento) e *Fundos Comunitários* (atualidade e financiamento europeu). Muitas vezes, os jornalistas que redigem as *newsletters* utilizam artigos já publicados no *site*, mas podem também redigir artigos especificamente para aquela *newsletter*, ou convidar pessoas a escrever sobre um dado tema relevante nessa semana.

O ECO tem também diversos artigos de opinião de personalidades conceituadas da economia portuguesa. Além disso, fator diferenciador do *site* são também os Descodificadores: através deles, é possível ver respondidas questões sobre um dado tema de forma objetiva e simplificada ou simplesmente ver explicados determinados conceitos amplamente discutidos, mas cuja definição não é linear ou conhecida.

1.1.2 ECONews

Além dos pontos acima mencionados, outro fator diferenciador deste novo projeto de comunicação — aquele que justifica o presente relatório de estágio — é a edição do *site* em inglês, o ECONews (www.econews.pt), também lançado a 10 de outubro de 2016.

O ECONews tem como objetivo ser um jornal “espelho” do *site* português¹, ou seja, ser um *site* em inglês no qual são publicadas diariamente uma seleção de notícias e artigos sobre Portugal previamente publicados na versão portuguesa. Como não

¹ “Jornal espelho” é o termo utilizado por António Costa, que desempenha no ECO a função de Publisher.

existe nenhum meio regular que forneça informações sobre economia, finanças, empresas e mercados em Portugal em língua inglesa – a atual língua franca² –, considera-se o ECONews uma medida diferenciadora.

Em entrevista ao M&P, a 7 de outubro de 2016, António Costa, que desempenha a função de *Publisher*, explica:

[O *site* em inglês] Vai ser feito aqui, pela equipa, com a gestão editorial da equipa e terá notícias próprias e também notícias traduzidas ou resumos do *site* português. A ideia é pensarmos, do que fazemos e está no *site*, o que é que interessa a um investidor que está em Paris, Londres ou Pequim e que olhe para o mercado português. E que negocie ações, que negocie dívida pública portuguesa, que invista em imobiliário, que invista no turismo. É outro endereço e outro *site*.

O público-alvo do ECONews difere, então, daquele identificado para o ECO: o que se pretende é que o *site* em inglês seja uma porta de entrada que atraia leitores – potenciais investidores internacionais – que, não sendo conhecedores da língua portuguesa, pretendam saber mais sobre o que se passa em Portugal. Ainda que haja meios que publiquem notícias sobre Portugal (agências internacionais como a Bloomberg ou Reuters, por exemplo), são peças muito curtas e publicadas com pouca regularidade.

A seleção dos textos a traduzir para o ECONews é feita pela equipa de editores e conta com as sugestões da estagiária, sendo que o principal critério a considerar é o público-alvo, ou seja, aquilo que será ou não relevante para alguém no estrangeiro. Assim sendo, o projeto é desenvolvido pela estagiária e pelos editores, sendo que os segundos, para além de selecionarem as peças a traduzir e esclarecerem dúvidas ao longo do processo de tradução, reveem os textos traduzidos.

² Adota-se no presente relatório a definição de língua franca tal como House (2003: 559) a propõe: “ELF [English as a lingua franca] can be regarded as a language for communication, that is, a useful instrument for making oneself understood in international encounters”.

1.2 Caracterização do trabalho de tradução no ECONews

1.2.1 Tarefas executadas durante o estágio

A tarefa principal levada a cabo ao longo do estágio de 400 horas, iniciado a 3 de outubro e terminado a 16 de dezembro de 2016, foi a reescrita e retroversão de artigos de português para inglês. A tabela do Anexo 1 lista as mais de 170 traduções elaboradas pela estagiária.

No ECONews, é possível verificar a existência de cinco principais tarefas de tradução. A primeira tarefa refere-se à leitura de um artigo da edição portuguesa e sua tradução integral. As restantes quatro tarefas referem-se às diferentes modalidades de transedição levadas a cabo antes do ato de traduzir propriamente dito.

Assim, a segunda tarefa de transedição envolve a leitura e resumo do texto de partida de forma a traduzi-lo num único artigo mais condensado, que contenha apenas as informações mais relevantes. Na terceira, faz-se a leitura e aglutinação de dois ou mais artigos num único, trabalho esse que poderá ser feito pelos editores, pela tradutora ou ainda diretamente pelos redatores dos artigos em português, sendo este posteriormente traduzido. A quarta tarefa de tradução consiste na leitura e adaptação de entrevistas para discurso indireto, tarefa na qual é necessário omitir algumas perguntas e respostas menos relevantes para o público-alvo (internacional, em oposição ao português) antes do ato de traduzir. Por último, a quinta tarefa de transedição consiste em ouvir e transcrever gravações de entrevistas originalmente feitas em língua inglesa, comparando, no momento da tradução, a transcrição feita na língua inglesa com a peça em português já publicada no ECO. É sobre este conjunto de modalidades de tradução que vão incidir as reflexões dos capítulos dois e três do presente relatório.

Para além das tarefas diretamente relacionadas com a tradução e edição de textos, houve também a necessidade de prestar consultoria linguística. Como os jornalistas utilizam, muitas vezes, fontes na língua inglesa, era frequente sentirem dúvidas sobre o significado de certas palavras ou de uma frase num determinado

contexto e, por isso, a tradutora contribuiu para o esclarecimento dessas mesmas dúvidas.

Inevitavelmente também se procedeu à tarefa de revisão: em certos textos selecionados para traduzir identificavam-se, por vezes, gralhas, repetições de informação, incorreta acentuação, entre outros, apelando a estagiária, assim, à sua correção por parte dos editores ou redatores.

Às tarefas realizadas durante o estágio surge ainda a elaboração da *Newsletter* semanal do ECONews. Para além da correção do texto introdutório da primeira *Newsletter* – enviada a 23 de novembro de 2016 a uma lista de contactos internacionais – e da redação do texto introdutório das restantes, estava incumbida aos editores e à estagiária a pré-seleção dos artigos para a *Newsletter*, que deveria conter uma seleção dos três a cinco artigos mais relevantes dessa semana.

Em suma: além das tarefas secundárias de consultoria linguística, revisão de artigos e elaboração da *Newsletter* semanal do ECONews, a principal tarefa levada a cabo durante o estágio foi a reescrita e retroversão de textos. O mesmo é dizer que, após a leitura do texto de partida (ou dos vários textos de partida), a estagiária procedia à sua tradução integral ou, previamente ao ato tradutório, à sua edição, utilizando as seguintes estratégias: resumo do artigo; aglutinação de dois ou mais textos de partida; adaptação de entrevistas para o discurso indireto; transcrição de entrevistas feitas originalmente em inglês.

1.2.2 Análise de uma seleção de traduções

Durante o estágio foram feitas mais de 170 traduções. A tabela do Anexo 1 lista todas as peças traduzidas, organizadas cronologicamente com a indicação dos títulos, o número de palavras e a hiperligação que remete para o texto de chegada (TC).

Para fins de análise, no presente relatório de estágio, foi feita uma seleção de dez textos de partida e de chegada (Anexo 2), representativos dos vários tipos de edição supramencionados, a saber, para além da tradução integral: resumo de uma ou

mais peças, transformação de entrevistas em discurso indireto e transcrição de entrevistas. A amostra selecionada é também representativa dos principais problemas de tradução encontrados ao longo de todo o estágio.

1.2.3 Desafios encontrados e descrição das soluções para os superar

Traduzir cada artigo, notícia ou entrevista no presente estágio foi uma tarefa sempre exigente e que apresentou inúmeras dificuldades, destacando-se, desde logo, o facto de se tratar de retroversão — questão a ser problematizada no capítulo 2.2 do presente relatório. Ainda assim, de forma a melhor perceber as implicações dos diferentes problemas encontrados, é necessário, antes de mais, esclarecer essa mesma noção de problema.

Toury (2011) explica que o termo “problema de tradução” (utilizado por diversos autores sem, porém, apresentar o seu significado em concreto) tem, pelo menos, três contextos de discurso nos Estudos de Tradução: o PROBLEMA₁, o PROBLEMA₂ e o PROBLEMA₃, dependendo do ponto de vista a partir do qual se encara o dito problema. O autor reforça que não pretende distinguir os diferentes tipos de problema, nem as diferentes fases onde este se pode manifestar ou caracterizar os problemas de tradução em termos de género, tipologia ou natureza (Toury 2011: 170).

O PROBLEMA₁ relaciona-se com o texto de partida, sendo que o objetivo é que seja estabelecido uma SOLUÇÃO₁. Este problema está ligado a uma questão de tradutibilidade, ou seja, ao “potencial inicial para estabelecer a correspondência ideal” (Toury 2011: 171)³ entre o texto da língua de chegada e um texto da língua de partida correspondente. O PROBLEMA₁ é, por isso, uma noção prospetiva: este problema está associado às possibilidades iniciais de substituição interlinguística e intercultural (Toury 2011: 172).

³ A discente utiliza a tradução do verbete pelos alunos de Mestrado em Tradução da FCSH Francisco Ferreira, Rita Gonçalves, Sofia Cunha, sob orientação de Susana Valdez e por si revisto e publicado.

O PROBLEMA₂ está orientado para o texto de chegada. Caracteriza os discursos retrospectivos, onde a questão fundamental é “a substituição factual em atos de tradução concretos” — ou seja, os PROBLEMAS₂ como que desaparecem, pois já foram resolvidos pelo TRADUTOR₂. O texto da língua de chegada — a tradução — é o produto final que será explorado por quem tenha como objetivo descobrir o que constituiu os PROBLEMAS₂, “abordando textos traduzidos como repositórios de SOLUÇÕES₂ encontradas” (Toury 2011: 172). Normalmente, a especulação faz parte da forma como o PROBLEMA₂ e a SOLUÇÃO₂ são estabelecidos, já que não é fácil aceder ao ATO DE TRADUÇÃO₂. Assim, os PROBLEMAS₂ podem apenas ser definidos de trás para a frente, ou seja, a partir da reconstrução da ligação entre os segmentos substituídos no par de línguas, representantes das SOLUÇÕES₂ correspondentes.

Por fim, o PROBLEMA₃ refere-se ao processo, ou seja, não é feita nenhuma observação retrospectiva, mas antes uma observação passo a passo, na qual os PROBLEMAS₃ acompanham a manifestação gradual do ATO₃ (Toury 2011: 173). Este tipo de observação acontece quando há mais vestígios do ATO₃ do que apenas o produto final (como é o caso do ATO₂). Este tipo de problema é dinâmico, e a sua SOLUÇÃO₃ final não terá sido a única alcançada ou proposta durante o ato, podendo ser exploradas também as SOLUÇÕES PROVISÓRIAS₃ encontradas, que apenas têm lugar no contexto do PROBLEMA₃. A solução encontrada (no caso do PROBLEMA₃, mas também do PROBLEMA₂) tem um sentido técnico, ou seja, é “desprovida de juízos de valor” (Toury 2011: 174).

Uma vez que a estagiária acompanhou o ato de tradução passo a passo e tem, por ser a tradutora, todos os vestígios desse mesmo processo, será considerada na análise dos problemas encontrados a noção de PROBLEMA₃ como definido por Toury (2011).

Adotando a definição supramencionada, foi feita uma seleção de traduções que representam os principais problemas e desafios, tradutórios e linguísticos, encontrados nos textos traduzidos ao longo do estágio. Esses problemas foram sendo registados tanto no diário de anotações manuscritas da estagiária, como nos

documentos gravados em formato digital (documentos de partida e de chegada ou no glossário elaborado ao longo do estágio).

Assim, os principais problemas encontrados foram: a terminologia específica da área económico-financeira, a adaptação do contexto português a uma realidade internacional, as figuras de estilo próprias do discurso jornalístico económico-financeiro e os elementos gráficos, bem como o processo de edição anterior à tradução.

Terminologia

Traduzir a terminologia específica da área económico-financeira revelou-se desafiante. Para exemplificar um dos inúmeros termos técnicos traduzidos, recorre-se o texto de partida *As leis do alfaiate Costa são à medida da banca*⁴:

Frase de partida: Desblindagem: o triângulo amoroso entre Isabel dos Santos, CaixaBank e BPI.

Frase de chegada: Removing voting rights cap: the love triangle between Isabel dos Santos, CaixaBank and BPI.

Desblindagem consiste na alteração dos estatutos de uma empresa para anular o limite de acesso à tomada de decisão por parte dos acionistas⁵, ou seja, eliminar o limite de voto imposto aos acionistas. No artigo em questão, o termo foi utilizado em referência à situação do *BPI* (Banco Português de Investimento), nomeadamente a uma alteração a um decreto-lei feita em abril de 2016 que permitia que os acionistas do banco pudessem reavaliar os limites de direito de voto a cada cinco anos. O termo apresentou-se problemático pois é de tal forma específico à área económico-financeira que não foi encontrada nenhuma palavra para ele correspondente nos vários glossários consultados. Assim, a tradução foi resolvida com a ajuda dos editores que, conhecendo de longa data os termos utilizados no par de línguas em questão, prontamente forneceram a expressão correspondente — *removing voting rights cap*.

⁴ Texto de partida H, Anexo 2.

⁵ *Desblindagem* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [online: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/desblindagem>].

Para superar tais dificuldades, serviu-se a tradutora das competências previamente adquiridas na componente letiva do Mestrado em Tradução, nomeadamente o uso de dicionários e glossários quer em formato físico⁶, quer em formato digital ou *online*⁷, ferramentas essenciais no processo tradutório. Os termos encontrados eram também reintroduzidos no motor de busca Google a fim de confirmar a sua utilização em inglês corrente. A consulta de documentos oficiais publicados ou enviados às redações, em português e/ou inglês, permitia ainda que, através da sua comparação, fosse possível encontrar a mesma citação que havia sido referenciada no artigo em português, na língua inglesa. Assim, esta comparação tornava possível perceber qual a tradução oficial de um dado termo.

A consulta dos *sites* oficiais de uma dada instituição ou empresa foi ainda uma ajuda preciosa, pois estes têm, muitas vezes, uma versão em inglês, o que permite obter a tradução oficial adotada pela organização. No texto de partida denominado *ATM: Valor da OPA ao BPI deveria ser de 3,15 euros*⁸, por exemplo, foi possível perceber que a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) se autodenomina, na versão inglesa do seu *site* oficial, *Portuguese Securities Market Commission*.

Adaptação

A tradução de realidades portuguesas revelou-se também difícil, pois é necessário adaptar a situação vivida em Portugal aos interesses e conhecimentos do público-alvo do ECONews, sem deixar, ainda assim, de expor e explicar essa mesma realidade.

⁶ De entre os vários dicionários consultados, destaca-se: Pereira Martins, Jorge e Fanha Martins, Hélder, *Dicionário de Economia e Negócios Internacionais*, Edição Sílabo, Lisboa, 2015.

⁷ De entre os dicionários online consultados, destacam-se os seguintes: Dicionário e motor de busca de traduções *Linguee*, www.linguee.pt; *The Free Dictionary* by Farflex, <http://www.thefreedictionary.com/>; Dicionário Europeu Interativo *IATE*, [www. http://iate.europa.eu/](http://iate.europa.eu/); entre outros.

⁸ Texto de partida E, Anexo 2.

O uso do termo “geringonça”, no texto de partida *Défice: “Não devemos olhar para as décimas”*⁹, é bom exemplo disso:

Frase de partida: Carlos Moedas [...] garante que o que importa são os resultados. Mesmo que sejam atingidos com o apoio de uma geringonça, porque a estabilidade política é “importantíssima”, seja ela “de esquerda ou de direita”, assegura.

Frase de chegada: [...] Carlos Moedas [...] ensures that results are what matters the most — even if they are supported by a geringonça ^[1], because political stability is “very important”, whether it is from “the left or the right”, he assures.

[1] The center-right coalition won the most voting in October’s legislative elections (2015), but lost its overall majority in Parliament; the center-left Socialist Party (PS) took power by starting a parliamentary coalition with the Left Block (BE) and the Communist Party (PCP). This coalition is colloquially known in Portugal as the “geringonça”, which can roughly be translated as “the contraption”.

Como é possível verificar pelo exemplo acima fornecido, o termo “geringonça”, quando utilizado no contexto da realidade política portuguesa, faz com que seja necessário explicar o seu significado — neste caso em específico, em nota de rodapé. Traduzir “geringonça” por “contraption” sem fornecer nenhum tipo de explicação que contextualizasse o leitor tornaria o segmento incompreensível.

Outro exemplo de adaptação foi a notícia *PSD organiza corrida entre burro e Ferrari*¹⁰, escolhida para tradução e publicação no ECONews para que fosse possível espelhar ao público-leitor estrangeiro o clima político vivido em Portugal, nomeadamente de descrença no Governo por parte dos partidos de oposição (PSD, no caso). O texto de partida remete para uma situação passada em Lisboa em 1993: a corrida entre um burro e um Ferrari organizada pelo Partido Socialista, encabeçada por António Costa, a fim de protestar contra o mau funcionamento da circulação na capital portuguesa. O público-alvo do ECONews desconhecerá por completo que tal situação ocorreu, pois é muito provável não a ter presenciado ou dela nunca ter ouvido falar. No entanto, a fim de reforçar que a notícia pretende revelar a ironia da situação — querer fazer uma segunda corrida, a desfavor de quem organizou a primeira —, surgiu à estagiária a ideia de procurar na base de dados da agência de notícias portuguesa Lusa uma fotografia do evento de há 24 anos. Tal fez com que fosse visualmente mais fácil compreender a situação, sendo acrescentada, na legenda da imagem, uma

⁹ Texto de partida A, Anexo 2.

¹⁰ Texto de partida G, Anexo 2.

explicação que melhor contextualiza a situação de 1993. A ideia foi vista como tão positiva que a mesma fotografia de 1933 foi acrescentada posteriormente na peça escrita em português.

A necessidade de adaptar a realidade portuguesa à compreensão do público-alvo do ECONews (recorda-se: estrangeiros conhecedores da língua inglesa e interessados na economia portuguesa) foi também visível na tradução de realidades do Direito português. Tratando-se de leis ou impostos exclusivamente aplicados em Portugal, por exemplo, é necessário que estes sejam não só traduzidos, como explicados quanto ao seu funcionamento. Exemplo disso é o texto de partida *As leis do alfaiate Costa são à medida da banca*¹¹, no qual se refere o código do “IRC”, código esse que foi traduzido por “IRC (Company tax)”.

Discurso Jornalístico Económico

As expressões idiomáticas e a coloquialidade do discurso jornalístico apresentaram-se como problemas na tradução, como foi visível no texto de partida *Seis bocas de Schäuble a Portugal*¹². A palavra “bocas”, bastante coloquial, não poderia ser traduzida por “Hints”, pois as palavras de Schäuble, ministro das finanças alemão, foram críticas bastante diretas, dirigidas a Portugal. Com a ajuda dos editores, foi possível solucionar a tradução utilizando a expressão “killing statements”.

Ainda a nível semântico, destaca-se, como exemplo, o texto *As leis do alfaiate Costa são à medida da banca*¹³, no qual foi necessário manter ao longo do texto a metáfora do alfaiate, ainda que não necessariamente na mesma posição frásica, para mostrar que António Costa terá apresentado leis adaptadas a cada um dos bancos portugueses.

¹¹ Texto de partida H, Anexo 2.

¹² Texto de partida D, Anexo 2.

¹³ Texto de partida H, Anexo2.

Os trocadilhos encontrados nos três subtítulos do texto de partida *Bancos nacionais estão piores que os europeus? Sim*¹⁴ são também exemplo de um desafio estilístico: “Pecado capital”, “Um caso mal parado” e “Imparir, imparir, imparir”. Foi possível manter o primeiro trocadilho com a tradução “Capital sin”. O segundo trocadilho, referente ao “crédito malparado”, que se traduz por “non performing loans”, solucionou-se com um novo jogo de palavras: “How are loans performing?”. O terceiro e último trocadilho surge do nome comum “imparidades”, a partir do qual o jornalista criou o verbo “imparir”, que significa criar imparidades (reduzir o valor recuperável de ativos¹⁵). Tal verbo não existe na língua portuguesa, sendo, por isso, traduzido pelo verbo inglês “impair”, que se percebe significar “to create impairments”.

Edição

Identificou-se também como problema a edição dos textos a traduzir pois, para além de resumir e/ou juntar vários textos de partida num só ser um processo demorado, a escolha da informação dispensável ou que poderá simplesmente ser resumida revelou-se também difícil, dada a inexperiência da estagiária na área. Como tal, ainda que os resumos fossem feitos maioritariamente pela estagiária¹⁶, foram várias as ocasiões em que os editores ajudavam nesse processo de decisão ou os próprios jornalistas ou editores selecionavam previamente quais os parágrafos ou frases a eliminar¹⁷.

De lembrar que o principal objetivo de resumir era o de mostrar ao leitor estrangeiro qual o contexto vivido em Portugal, qual o clima e reações perante uma dada situação. Exemplo disso terá sido o texto de partida *Empresários querem ponto final na polémica da Caixa*¹⁸: para além da recapitalização do banco público, a

¹⁴ Texto de partida J, Anexo 2.

¹⁵ *imparidade* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [online: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/imparidade>].

¹⁶ Textos de partida B, I e J, Anexo 2.

¹⁷ Textos de partida A e H, Anexo 2.

¹⁸ Texto de partida I, Anexo 2.

polémica da Caixa Geral de Depósitos (CGD) teve origem na sua administração, nomeadamente devido aos salários demasiado avultados que os seus membros recebiam, bem como a sua recusa em entregar ao Tribunal Constitucional as declarações de rendimentos e património. O artigo em português explica o que certos empresários de renome pensam sobre a situação. No entanto, não fará sentido que um leitor estrangeiro leia um artigo extenso sobre o que pensa cada um desses empresários em particular. Pelo contrário, o objetivo é que seja perceptível no estrangeiro que o sentimento generalizado em Portugal sobre a administração da CGD é de discórdia, nomeadamente por parte dos empresários ligados ao banco público, que pretendem que a situação se resolva, a fim de não prejudicar ainda mais o país.

Muitos dos resumos feitos implicavam frequentemente também a transformação das entrevistas em texto corrido em discurso indireto. O texto de partida DBRS: *“Aumentar o investimento público tende a ser bastante eficaz”*¹⁹ é exemplo disso mesmo. Uma vez que se tratou de uma entrevista telefónica a Fergus McCormick, responsável pela análise de *ratings* soberanos da agência canadiana DBRS, foi necessário transcrever as citações a incluir no texto de chegada DBRS: *“An increase in public investment tends to be very efficient”*. Desta forma, foi possível evitar a retradução, em consonância com o estabelecido em Koskien & Paloposki (2010: 294): «Retraslation (as a product) denotes a second or later translation of a single source text into the same target language».

Por fim, é de referir a importância da edição não só no corpo do texto, mas nas imagens que o acompanham, nomeadamente nos gráficos e infografias. Foi necessário traduzir o texto que os compõe, com a ajuda da Equipa de Multimédia, incluindo números, abreviaturas de meses, títulos, entre outras ocorrências, como se pode verificar nos exemplos dos gráficos dos textos de partida *Viajou-se mais para fora e menos cá dentro*²⁰ e *Bancos nacionais estão piores que os europeus? Sim*²¹.

¹⁹ Texto de partida B, Anexo 2.

²⁰ Texto de partida F, Anexo 2.

²¹ Texto de Partida J, Anexo 2.

1.3 Conclusão

O trabalho levado a cabo no ECONews tornou possível fazer uma descrição dos problemas encontrados ao longo dos atos de tradução, nomeadamente através dos registos elaborados pela estagiária. Essa descrição foi feita com base na noção de PROBLEMA₃ de Toury (2011: 173 e 174). Assim, a partir dos dez textos selecionados para o efeito, foram identificados e analisados os principais problemas encontrados ao longo do estágio. Em suma, foram eles: a terminologia económico-financeira, a necessidade de adaptar o contexto português ao público-alvo estrangeiro, as figuras de estilo tipicamente utilizadas no discurso jornalístico económico-financeiro, os gráficos e infografias, bem como a edição de um ou mais textos de partida para posterior tradução.

Em conclusão, pode afirmar-se que os problemas encontrados nos textos jornalísticos económico-financeiros traduzidos durante o estágio no ECONews foram resolvidos através de pesquisas aprofundadas e da ajuda dos editores e jornalistas, de forma a encontrar a solução mais adequada.

Capítulo 2. Retroversão e transedição de textos jornalísticos económico-financeiros

Como referido no primeiro capítulo do presente relatório, o estágio na SWIPE NEWS S.A. consistiu na retroversão de mais de 170 artigos do jornal digital ECO, que prima pela sua vertente económica e financeira, para a sua versão em inglês — o ECONews.

Tendo sido explicado no primeiro capítulo os trabalhos levados a cabo durante o estágio, o segundo capítulo centrar-se-á na retroversão de textos económico-financeiros e nas suas implicações. Para isso, é necessário que primeiramente se perceba em que âmbito esse tipo de texto se enquadra. Por fim, o segundo capítulo é dedicado à transedição na tradução em contexto jornalístico, partindo das teorias de Hursti (2001) e Schäffner (2012).

2.1 O texto jornalístico económico-financeiro e sua tradução

Os textos publicados no ECONews, a versão em inglês do jornal digital ECO, são considerados textos jornalísticos económico-financeiros. Neste caso, é possível considerar que este tipo de texto económico se enquadra no âmbito da tradução técnica, para além da tradução jornalística.

Schubert (2010: 350) esclarece que a tradução técnica é um tipo de tradução que se refere ao conteúdo de um documento. A ambiguidade do termo “técnico” leva a que a tradução deste tipo de textos se possa relacionar com uma de duas vertentes: com tecnologia e engenharia — na tradução de manuais de instalação, reparação, manutenção, catálogos, entre outros (Schubert 2010: 351) —, ou pode ainda relacionar-se com a tradução de textos de qualquer domínio especializado (Schubert 2010: 350). O autor considera ainda que, neste último sentido mais alargado, traduzir um texto técnico de um domínio especializado também se pode denominar tradução especializada (Schubert 2010: 350). Petcovici e Ciorrea (2013: 215) aplicam a noção de texto especializado à tradução de textos económicos, pois consideram que um texto é

especializado quando utiliza linguagem especializada, sendo dada extrema relevância, por isso, à terminologia.

Assim, é possível afirmar que o texto especializado é um tipo de texto técnico, no seu sentido mais generalizado. Byrne (2006: 10) afirma, na sua obra *Technical Translation*, que o objetivo da tradução técnica não é simplesmente transmitir informações técnicas, mas antes transmitir a informação de maneira a que os leitores a possam utilizar de forma adequada, fácil e concreta. Assim, tradução técnica é, segundo Byrne, um serviço comunicativo que pretende dar resposta à procura de informação técnica, de forma acessível tanto em termos de compreensão, como de clareza e rapidez de distribuição (Byrne 2006: 11).

O texto técnico prima, como referido, pela riqueza terminológica — “the specialized text consists largely of vocabulary and elements of the lexicon” (Petcovici e Ciordea 2013: 215). Partindo do ponto de vista da tradução como atividade, Cabré (2010: 359) explica que a terminologia se considera uma ferramenta para resolver problemas e dúvidas, ajudando os tradutores a organizar o seu conhecimento numa dada área. Petcovici e Ciordea (2013: 216) defendem ainda que, apesar de o conhecimento da terminologia não ser suficiente para traduzir um texto especializado, é uma ajuda muito importante para a realização deste tipo de tradução, pois a terminologia define e sistematiza conceitos. A coerência na utilização de vocabulário e unidades terminológicas ao longo de vários textos sobre a mesma temática evita confusões e permite que haja um “fenómeno de padronização” (Petcovici e Ciordea 2013: 215), que facilita a tarefa do tradutor.

Os artigos do ECONews sobre economia, empresas, finanças e mercados em Portugal, são textos cuja principal função é comunicar uma mensagem, nomeadamente transmitir informação que seja útil ao leitor. Na tradução dos artigos jornalísticos económico-financeiros, como na tradução de textos técnicos ou especializados, é importante a sistematização de terminologia própria da área. O ECONews contém textos que são considerados, assim, textos jornalísticos económico-financeiros, enquadrando-se também na definição de texto técnico.

Afirma Bassnett (2006: 6), a propósito da tradução do texto jornalístico:

Since news translation is not strictly a matter of interlingual transfer of text A into text B but also necessitates the radical rewriting and synthesizing of text A to accommodate a completely different set of audience expectations, criteria applicable to the analysis of the translation of print documents, whether technical or literary, no longer serve the same purpose.

Bassnett (2006: 6) afirma que os critérios aplicáveis à análise da tradução de textos técnicos ou literários não são adequados à análise de traduções de notícias. Ainda assim, à semelhança da tradução do texto técnico, a tradução de notícias não se refere simplesmente à “transferência do texto A para o texto B”. Do mesmo modo, Byrne (2006: 18) afirma que, muitas vezes, a informação presente num texto técnico pode ter de ser sacrificada para preservar a integridade da comunicação, sendo necessário editar o texto de partida no processo de tradução para atingir esse fim²². Tal é afirmado pois a informação vai ser transmitida a um público-alvo diferente, o que significa que poderá ter de ser transformada a fim de ser compreendida.

Como previamente observado no primeiro capítulo do presente relatório de estágio, Hursti (2001: 4) explica as várias estratégias de preparação de uma notícia para que esta seja traduzida. São elas a reorganização do texto de partida, a adição e corte de parágrafos ou frases e, por fim, a substituição de informação menos necessária por outra mais adequada às necessidades do novo público-alvo. Bani (2006: 42) acrescenta uma quinta estratégia de transformação dos textos de partida: a generalização, que consiste na transformação da informação para que se torne menos explícita e particular, ou seja, para que se torne mais adequada a um público alargado. Utilizando estas estratégias, é possível cumprir o objetivo principal da tradução do texto jornalístico, que é a transmissão de informação fidedigna dirigida às massas, por via de uma linguagem clara, concisa e direta, sendo que essa tradução ocorre num determinado contexto geográfico, temporal e cultural e está sujeita a várias limitações temporais e espaciais (Bassnett e Bielsa 2009: 63).

Sendo o ECONews um jornal exclusivamente *online*, existem alterações às habituais limitações e constrangimentos impostos aos textos jornalísticos publicados em versão impressa. Gambier (2006: 12) aponta para a emergência de um novo género, o “*newsbite*”, afirmando que ao alterar o processo de tradução de notícias, o

²² Esta temática será aprofundada no subcapítulo 3 do capítulo 2 do presente relatório.

jornalismo *online* também altera a própria linguagem noticiosa (Gambier 2006: 13). Assim, o desenvolvimento e a crescente utilização de jornais *online* vieram alterar o próprio texto, em parte pelos diversos aspetos multimodais que o compõe (a disposição, tipo de letra, utilização de fotografias, vídeos e infografias, entre outros).

Ao contrário de jornais que fazem uma versão digital da sua versão em papel (Gambier 2006: 13), o ECONews surge como unicamente digital. Como tal, a não existência de uma versão impressão em papel ou qualquer outra divulgação em formato físico faz com que a limitação espacial, referente ao número de palavras que o texto deverá ter ou à sua posição numa dada página do jornal, quase que deixe de existir. Não deixa de existir por completo, no entanto, pois o título das peças na página inicial do *site* só pode conter 50 caracteres e o *lead* de cada peça (uma pequena introdução que apele à leitura do artigo) apenas pode ter 200 caracteres. Quanto ao corpo do texto, este tem um número de palavras ilimitado — ainda assim, o mais adequado, no ECONews, é que as peças tenham uma dimensão pequena (cerca de cinco parágrafos, em média).

Em conclusão, os artigos do ECONews — sobre economia, empresas, finanças e mercados em Portugal — são textos cuja principal função é comunicar uma mensagem, nomeadamente transmitir informação que seja útil ao leitor. Na tradução dos artigos jornalísticos económico-financeiros, como na tradução de textos técnicos ou especializados (categoria na qual este tipo de texto jornalístico se enquadra), é de extrema importância a sistematização de terminologia, própria da área económica.

2.2 A prática de retroversão

A retroversão é uma prática de tradução que tem vindo a ser descrita desde 1979 por vários autores que lhe atribuem diversas denominações, tais como tradução inversa (Beeby 1996) ou tradução A-B (Kelly et al. 2003). Cada vez mais estudada por diversos académicos, retroversão define-se como o ato de traduzir da língua materna do tradutor para a sua língua estrangeira, ou seja, traduzir na direção da língua *B* (estrangeira), a partir da língua *A* (materna).

Pokorn (2011: 37) esclarece que a retroversão geralmente indica a prática de tradução para a sua língua estrangeira levada a cabo por tradutores ou intérpretes. Ou seja: a retroversão refere-se ao trabalho de um tradutor para a sua língua estrangeira²³, o qual Pokorn (2011: 38 e 39) explica ser um fenómeno comum ao longo da história, como no caso da Septuaginta²⁴. Ainda assim, na Europa Ocidental, a retroversão tem vindo a ser considerada inferior à tradução para a língua materna. Na década de 80 do século 20, Newmark (1981: 180) descreve as concepções generalizadas relativamente à tradução da língua A para B:

The translator is in the best position to appreciate the 'total' difference between one language and another. He himself usually knows that he cannot write more than a few complex sentences in a foreign language without writing something unnatural and non-native, any more than he can speak one. He will be 'caught' every time, not by his grammar, which is probably suspiciously 'better' than an educated native's, not by his vocabulary, which may well be wider, but by his unacceptable or improbable collocations. [...] For the above reasons, translators rightly translate into their own language, and *a fortiori*, foreign teachers and students are normally unsuitable in a translation course.

Em suma, Newmark defendia que quem traduzisse textos para outra língua que não a sua língua materna criava textos pouco naturais e não-nativos, repletos de combinações lexicais inaceitáveis e improváveis.

Pokorn (2011: 39) esclarece, porém, que na atualidade, a retroversão é uma prática muito comum. Esse exercício implica um cuidado redobrado por parte do tradutor na identificação de elementos intertextuais e expressões idiomáticas, por exemplo, para que os textos apresentem a mesma fluidez na língua B que na sua língua original. Por essa razão, Pokorn enfatiza a importância da cooperação existente entre o tradutor nativo da língua de partida e um editor na língua de chegada.

Assim, Pokorn (2011: 39) afirma que não é o facto de ser nativo que garante a qualidade de uma tradução. No caso do trabalho realizado pela estagiária no ECONews — exemplo da prática de retroversão —, a cooperação que Pokorn sugere ocorre com

²³ Casanova (2009: 171) esclarece a diferença entre língua estrangeira e língua materna: língua estrangeira é aprendida pelo falante, alheia à comunidade onde se insere, em oposição à língua materna, que é adquirida durante a infância.

²⁴ Septuaginta refere-se à primeira tradução do Antigo Testamento, de hebraico e aramaico para grego.

jornalistas e editores que contactam diariamente com a língua de chegada — a língua inglesa — e que estão, por isso, familiarizados com os vocabulários e frases mais utilizados, bem como qual o registo mais adequado.

De notar que a língua inglesa é, hoje em dia, utilizada como a língua de comunicação na Europa e em especial na União Europeia (House 2003: 561). Dada a sua utilização em contextos internacionais como um instrumento útil para que as pessoas se possam entender, a língua inglesa é, segundo House (2003: 559), a atual língua franca²⁵.

2.3 Reescrita e adaptação: *transediting* no ECONews

O trabalho de retroversão realizado durante o estágio no ECONews levou a que fosse necessário clarificar as práticas levadas a cabo antes desse mesmo processo de tradução, nomeadamente a edição dos artigos. Assim, serve-se a discente de alguns conceitos problematizados por vários autores como Hursti (2001), Stetting (1989) ou Schäffner (2012) para enquadrar a realidade do ECONews nas descrições elaboradas sobre o processo de tradução de notícias.

O processo de publicação de um artigo no ECONews engloba diversos passos: escolha da notícia a traduzir, edição dessa mesma notícia, sua tradução, revisão e, por fim, publicação.

Primeiramente, os editores escolhem, de entre as peças que se encontram na página inicial do ECO (www.eco.pt), quais as notícias de maior relevância para o público-alvo do ECONews. Relembramos que esse público-alvo consiste em potenciais investidores internacionais que não são conhecedores da língua portuguesa, mas pretendem saber mais sobre Portugal. Como tal, as temáticas abordadas de forma prioritária são, por exemplo, notícias sobre o crescimento do país (PIB, avaliação por parte das agências de *rating*, balança comercial, dados sobre emprego, entre outras),

²⁵ Casanova (2009: 172) define língua franca como aquela utilizada como veículo de ligação entre falantes que não têm uma língua em comum, acrescentando que a Europa começa a “mostrar tendência para aceitar o inglês europeu como língua franca”.

dívida pública portuguesa, bancos, empresas, entre outros. Na fase final do período de estágio, era a própria estagiária a sugerir aos editores notícias cuja tradução considerava pertinente.

Dependendo do conteúdo da notícia escolhida para traduzir, a estagiária poderia proceder à sua tradução integral ou à sua edição. Assim, antes do ato tradutório, a estagiária lia os textos de partida e transformava-os, se possível, num só artigo mais curto. No processo de edição podiam ser utilizadas as seguintes estratégias: resumo do artigo; aglutinação de dois ou mais textos de partida; adaptação de entrevistas para o discurso indireto; transcrição de entrevistas feitas originalmente em inglês.

Em todos estes processos de edição, era necessário efetuar transformações no texto noticioso de partida, como refere Hursti (2001: 4 e 5). Nessas transformações inclui-se a reorganização da informação, a eliminação de frases ou parágrafos menos relevantes para um estrangeiro e/ou a adição de informações que melhor contextualizem o sucedido.

Após a escolha e edição da notícia, o texto, ainda escrito em português, será, então, traduzido²⁶. Uma vez terminada a tradução e inserida no *Backoffice*, restava que um dos editores revisse o texto, corrigindo todos os aspetos que considerasse necessários, procedendo, por fim, à publicação do artigo.

Diz-nos Lefevere (1992: vii): “Translation is, of course, a rewriting of an original text”. O autor defende, assim, que a tradução é o caso mais flagrante de reescrita — ou seja, considera traduzir o ato de reescrever o texto de origem noutra língua. Para o autor, a tradução nunca é inocente, pois são os tradutores que fazem a ligação entre o texto de partida e o texto de chegada — o que significa que são estes os mediadores e intermediários entre dois textos, duas línguas e duas culturas.

No caso da tradução noticiosa — reescrita jornalística —, o primeiro passo é, como verificado, a seleção da notícia a traduzir, ato este que se inclui no âmbito do termo *gatekeeping*. Hursti (2001: 3) afirma que *gatekeeping* se baseia principalmente

²⁶ Este processo é descrito no subcapítulo 1.2.

na seleção quer das histórias, quer dos seus detalhes, apesar de ser muitas vezes utilizado em referência aos processos acima descritos de edição e tradução. Tal significa que são os editores e jornalistas — e no caso do ECONews, também quem traduz — de uma redação que controlam a entrada e saída de notícias no seu país. Essas decisões dependem também das exigências impostas pela organização na qual o editor, jornalista ou tradutor se encontram (Hursti 2001: 3).

Gambier (2006: 13) reforça essa ideia de que ocorrem várias fases entre o evento que se pretende noticiar e o produto noticioso final, nas quais estão incluídas tanto a tradução como a edição. Complementarmente, Hursti (2001: 4) define edição como parte do processo de produção de notícias que envolve transformar a língua ou a estrutura da mensagem original através dos métodos já referidos de eliminação, adição, substituição e reorganização. Quanto à tradução, o autor define-a no sentido interlinguístico²⁷. Hursti defende ainda que a transedição é o termo composto que se utiliza em relação ao trabalho feito nos textos práticos, como o são os noticiosos, nos quais os processos de edição e tradução se interligam e apresentam igual importância.

O conceito de transedição foi proposto por Karen Stetting em 1989, com o objetivo de ver definida a área cinzenta entre a tradução e a edição — ou seja, o termo refere-se aos vários processos envolvidos na transformação dos eventos noticiosos produzidos numa língua e publicados numa outra língua de chegada (Valdeón 2008: 299). Schäffner, em *Rethinking Transediting* (2012: 881) argumenta que ao ser afirmado que a transformação de um texto de chegada tem outra denominação que não simplesmente “tradução”, corre-se o risco de perpetuar o conceito de tradução no seu sentido mais estrito, como um processo de transferência palavra por palavra, que considera errado.²⁸

Sobre tradução do texto jornalístico, Ferreira (2013: 15) afirma:

²⁷ Adota-se neste relatório a definição de tradução interlinguística proposta por Roman Jakobson (1992: 145) como: “Interlingual translation or *translation proper* is an interpretation of verbal signals by means of some other language”.

²⁸ Para uma contextualização da imagem do tradutor espelhada na comunicação social em contexto português, ver: Valdez, Susana (2009), “O Autor Anónimo. A Invisibilidade do Tradutor no Contexto Português”, Capítulo 2 da Tese de Mestrado submetida à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Consequentemente, os textos são reescritos de forma a serem adaptados ao novo contexto comunicativo, o que resulta numa enorme mudança estrutural do texto de partida. É aqui que também surge uma diferença fulcral que se prende com questão dos direitos de autor já que, segundo Bassnett e Bielsa (2009), a sacralidade do texto original é um produto que se restringe ao campo literário e não conhece nenhuma forma equivalente na tradução do texto jornalístico.

Como tal, pode considerar-se que apesar de haver sempre edição inerente à tarefa de traduzir qualquer texto (Schäffner 2012: 867), as transformações que ocorrem no texto jornalístico são de tal modo flagrantes que se revela útil traçar a fronteira entre transedição e tradução interlinguística — transferência de informação do texto de partida para o de chegada (Hursti 2001: 6). Sobre as estratégias definidas por Hursti e a sua aplicabilidade ao contexto tradutório na redação do jornal Observador, Ferreira (2015: 39) comenta:

Estes procedimentos assumem um papel preponderante, na medida em que pressupõem o entendimento das diferenças culturais e preveem procedimentos que permitam a disseminação e alcance da informação a ser transmitida na cultura de chegada. Além disso, reforçam a pertinência e aplicabilidade do conceito de transedição proposto por Karen Stetting (1989) em contexto jornalístico [...].

No caso do ECONews, a transedição era o exercício que tinha primazia, como é possível observar pela análise da tabela do Anexo 1, sem o qual o projeto ECONews não existiria.

Como já referido, devido à sua curta experiência na área económico-financeira, a estagiária contava com a ajuda tanto dos editores, como dos jornalistas para o processo de transedição. Os textos no Anexo 2 mostram exemplos das táticas de edição propostas por Hursti (2001:2) que foram utilizadas quer de forma isolada, quer em simultâneo, dependendo dos casos.

Houve textos a ser reorganizados, ou seja, reestruturados de forma a melhor se enquadrarem ao seu novo público-alvo. Exemplo deste tipo de transformação são as entrevistas transpostas para discurso indireto, em vez de se manter o seu formato original de pergunta/resposta. O texto de partida A denominado *Défice: “Não devemos olhar para as décimas”* exemplifica essa transformação, que tem como objetivo diminuir o tamanho do artigo, concentrando a informação mais relevante.

Outros textos sofreram a eliminação, quer de parágrafos inteiros, quer de certas frases ou referências vistas como desnecessárias. Já noutros, houve acrescento de informações a fim de clarificar aspetos culturais ou contextuais do texto de partida, adequando-os aos leitores do texto de chegada.²⁹

A substituição, transformação que consiste na alteração do foco da notícia substituindo detalhes específicos por outros mais relevantes, foi a técnica de transformação menos utilizada, já que as notícias eram escolhidas de acordo com a sua relevância para o público estrangeiro.

2.4 Conclusão

É preciso mais coragem e energia para ser um transeditor do que um tradutor, afirma Stetting (1989: 377). Ao editar os textos de partida, as alterações feitas são de tal ordem que o tradutor como que refaz o texto, reescreve-o, primeiro quando o prepara para a fase de tradução e depois, como refere Lefevere (1992: vii), o reescreve noutra língua. Formular um só texto de chegada juntando vários textos de partida, resumindo-os, retirando-lhes informações e substituindo-as por outras e clarificando referências, leva a que seja possível refletir sobre as semelhanças entre o trabalho de um jornalista e o de um tradutor.

²⁹ Exemplos de adição podem ser relidos no subcapítulo 1.2.3 (Adaptação).

Capítulo 3. Fronteira entre escrita e reescrita

Após ter sido feita a distinção entre tradução interlinguística e o conceito de transedição proposto por Stetting (1989), o terceiro e último capítulo do relatório de estágio analisa as semelhanças e diferenças que existem entre o trabalho de um jornalista e o de um tradutor, com base em entrevistas feitas a jornalistas do ECO.

3.1 Processo de escrita de um jornalista

No capítulo anterior, foi feita a distinção entre tradução interlinguística e o conceito de transedição proposto por Stetting (1989), de forma a melhor perceber a noção de tradução como reescrita, como propõe Lefevere (1992). Neste contexto, Bani (2006: 35), em *An Analysis of Press Translation Process*, afirma:

From a general point of view in newspapers there is a great variety of rewriting (Lefevere: 1992) that can be considered connected to press translation: the editing of press releases written in a different language, the translation of articles or reportages signed by big names in journalism or left anonymous, the summarizing of the topics of one or more texts from foreign sources embedded in articles that were directly produced in the target language, etcetera.

Assim, é afirmado por Bani que a reescrita é uma realidade muito presente nos jornais, nomeadamente na tradução e edição de comunicados, na tradução de artigos ou reportagens ou ainda na tradução de um resumo de tópicos de notícias relacionadas com peças produzidas na língua de chegada. Como tal, a fim de melhor refletir sobre o conceito de reescrita na tradução, revelou-se importante descrever o processo de escrita no jornalismo no contexto do estágio no ECONews. Para isso, foram feitas três entrevistas orais a membros do jornal digital ECO: Paulo Moutinho, editor; Margarida Peixoto, grande repórter; e Alberto Teixeira, redator, cujas transcrições podem ser encontradas no Anexo 3.

Antes de fazer uma descrição do processo de escrita dos jornalistas, para posteriormente refletir sobre a reescrita na tradução, é importante explicar como é

feita a seleção dos assuntos a noticiar. Como anteriormente referido no segundo capítulo, Hursti (2001) explica que ser *gatekeeper* significa controlar a entrada e/ou saída de certas notícias de ou para um dado país, ou seja, selecionar as histórias e/ou seus detalhes. Moutinho, um dos quatro editores do ECO, explica:

Como editor, a minha função é «distribuir jogo» [...] temos de decidir o que é importante, temos de filtrar as notícias para o leitor [...]. O papel mais importante do editor é esse mesmo, o de dizer «vamos por aqui» e depois vamos procurar um novo ângulo de abordagem que possa ser interessante. Obviamente que ser editor exige mais tempo para absorver o que se está a passar.³⁰

Como anteriormente mencionado, a seleção das notícias a publicar no ECO depende essencialmente dos objetivos estratégicos explicitados no seu manifesto editorial³¹. Moutinho enfatiza precisamente isso quando afirma que os editores procuram notícias relacionadas com Economia — salientando, ainda assim, que notícias de atualidade também têm o seu lugar no *site*, quando importantes para os leitores. Quando questionado sobre os critérios de escolha pelos quais os editores do ECO se regem, Moutinho acrescenta ainda que, além do tema — Economia, Finanças, Mercados e Empresas —, a seleção passa por perceber “qual a informação que vai ter mais impacto para um maior número de pessoas, ou seja, para a maioria da audiência”.

Sobre o critério de escolha das notícias a publicar no ECONews, Moutinho responde que são selecionadas as que se relacionam com a macroeconomia portuguesa, de forma a transmitir, em inglês, a informação mais relevante que fora escrita de forma um pouco mais detalhada do que em agências noticiosas internacionais que, quando falam sobre Portugal, o fazem sucintamente. Moutinho explica que ser capaz de fornecer informações em inglês, escritas por jornalistas que se encontram em Portugal, torna possível informar de melhor forma “investidores e pessoas que têm alguma capacidade de decisão sobre se haverá ou não investimento em Portugal”.

³⁰ A entrevista integral encontra-se transcrita no Anexo 3.

³¹ Ver subcapítulo 1.1.

Sendo a escolha feita, em última instância, pelos editores, mas também pelos jornalistas, o assunto a reportar numa notícia pode ser encontrado de diversas maneiras. O mais comum, nas áreas de atuação do ECO, é que a notícia surja a partir de informações de relatórios, comunicados ou outros documentos de fontes oficiais, que são analisados atentamente pelos jornalistas para que descubram um ângulo novo, diferente e relevante para o leitor. A informação pode surgir ainda através de uma agência de notícias nacional ou internacional, e o jornalista pode tomar a peça por base ou utilizá-la quase por completo, atribuindo, nesse caso, a autoria à agência. Margarida Peixoto, grande repórter no ECO, esclarece ainda que pode surgir da criatividade do próprio jornalista:

Muitas outras vezes a notícia parte de olhar para a realidade, conjugar factos uns com os outros e tentar perceber que informação é que está em falta, e depois fazer essas perguntas a quem nos pode dar esses dados.³²

Assim, o trabalho de um jornalista passa por cruzar muitas fontes — sejam elas fontes escritas, estatísticas ou entrevistas — a fim de conseguir passar ao leitor uma informação para ele importante.

Moutinho finaliza dizendo que a forma como cada jornalista deve escrever a notícia depende do tema que está a tratar: se a notícia for, por exemplo, que Portugal vai pedir um novo resgate financeiro, o leitor não quer “floreados”, mas a informação de forma “limpa”. Por outro lado, se o tema for a divulgação de algum dado, é mais interessante dar “caras aos números”, desenvolvendo a história para que dê mais gozo ler o artigo.

3.2 Semelhanças e disparidades entre os processos de escrita e reescrita no contexto jornalístico

In journalistic text production, translation and writing are brought together in one process that is both creative and re-creative at the same time. In

³² A entrevista integral encontra-se transcrita no Anexo 3.

most cases it is impossible to distinguish the two activities involved in this integrated process.

(van Doorslaer 2016: 184)

Em qualquer dos casos de escrita de uma notícia mencionados no subcapítulo anterior, pode, por vezes, revelar-se necessário consultar fontes cujo idioma nem sempre é o português. Alberto Teixeira, redator no ECO, afirma que “muita da produção que se faz na área da economia é feita em inglês”³³. Peixoto afirma o mesmo, acrescentando ainda que, por vezes, a informação pode também ser consultada em espanhol ou francês, pois são as duas outras línguas maioritariamente dominadas pelos jornalistas nas redações portuguesas.

É possível, por isso, afirmar que quando é necessário que o jornalista consulte fontes noutra língua que não a de chegada, antes de iniciar a escrita da notícia vai ter de traduzir, pelo menos, alguma parte do texto dessa fonte. À semelhança de van Doorslaer (2016:184), que afirma que em muitos casos se torna impossível distinguir as duas atividades, Schäffner (2012: 874) considera que a própria palavra tradução é evitada quando se fala do trabalho jornalístico. É por isso, afirma a autora, que apesar de ser parte integrante do trabalho do jornalista, a tradução acaba por se tornar num ato amplamente invisível no jornalismo. De tal forma que nem Teixeira, nem Peixoto alguma vez pensaram em si como tradutores, ainda que afirmem, de facto, que verter um texto do inglês (ou outra língua) para português é uma das partes do seu processo de escrita como jornalistas. Peixoto explica que o trabalho do jornalista envolve, em determinados momentos, a tradução de um certo artigo ou parte dele, mas o jornalista apenas pretende extrair a informação daquele artigo “de uma forma perfeitamente utilitária”, ou seja, como parte do trabalho noticioso. Moutinho afirma que “o jornalista nunca deve pura e simplesmente traduzir uma notícia, tem de ir beber a informação e escrevê-la”, sendo que quando um redator não dá nenhum contributo adicional à notícia, deverá atribuí-la à fonte da qual a retirou, em vez de a assinar com o seu nome.

³³ A entrevista integral encontra-se transcrita no Anexo 3.

Assim sendo, é possível perceber que da mesma forma que, tal como descrito no segundo capítulo do presente relatório, traduzir no contexto jornalístico implica edição (é uma atividade que se insere no plano editorial), também o jornalismo implica a prática de tradução.

Particularizando os casos do ECO e ECONews, é possível perceber que, de facto, as tarefas executadas pela estagiária foram para além da tradução interlinguística. Peixoto reflete sobre essa questão:

O que não quer dizer que [...] cada vez mais as chefias não peçam, seja a um jornalista seja a um tradutor, para fundir as duas tarefas, ou seja, estando a trabalhar com material da casa, que está cedido por inerência a todos os participantes da casa, um bom tradutor com conhecimentos de jornalismo conseguirá olhar para um artigo que foi escrito em português e pensar que tem de o passar para inglês, que o público terá outro ponto de vista e que terá de mudar o artigo e, na verdade, escrever um artigo novo. E aí acho que o tradutor funde as duas tarefas... aqui no ECO, em particular, penso que a sua tarefa está fundida com a de um jornalista, porque faz precisamente isso: pega num artigo escrito e publicado em português, mas quando o traduz para inglês muitas vezes pode haver a necessidade de pegar por outro ângulo, mas como estamos sempre a trabalhar com material do ECO, é o ECO que apresenta o mesmo conteúdo escrito de duas formas diferentes, por, na verdade, dois autores diferentes. O jornalista que fez a primeira peça que serve de base passa a ser um coautor do que vai ser traduzido.

Visto haver tão grande proximidade entre as duas realidades — a de jornalista que traduz e de tradutor que faz edição dos artigos antes de os traduzir —, foi procurado, durante o estágio, perceber, de facto, o que diferencia, no meio de tantas semelhanças, um tradutor de um jornalista. O mesmo será dizer que se procurou perceber o que separa a escrita, feita por excelência no jornalismo, da reescrita praticada pelos tradutores.

3.3 Escrita e reescrita, jornalismo e tradução: que fronteira?

Moutinho considera que a fronteira que separa um tradutor de um jornalista é que um traduz, enquanto o outro produz uma notícia de base. O mesmo é dizer que

enquanto um jornalista desenvolve uma história, o tradutor vai contá-la a um novo público-alvo:

Acho que a fronteira é muito simples: o que é traduzido, ou seja, o que vai entrar no ECONews, regra geral, são informações que já foram escritas por um jornalista, ou seja, já houve um jornalista que foi à procura da notícia. Quem está a traduzir não faz isso: vai pegar na informação e não traduzir à letra, mas traduzir a informação de forma nativa, escrever em inglês a informação a pensar num leitor global, que lê em inglês.

Peixoto, por outro lado, crê que a fronteira não é clara. A reescrita difere da edição e da tradução na medida em que os jornalistas, não sendo tradutores, têm de consultar material noutras línguas, de forma a complementar os artigos que se encontram a escrever, como afirma Stetting (1989: 374):

Re-writing takes place at different levels between editing and translating. Journalists often have to draw on material in other languages. This is especially true in countries whose language is not internationally used [...] journalists will naturally work through a great deal of foreign material in order to process some of the information into articles in their own language. In other cases, articles are bought and simply translated with a relevant amount of editing to suit the new group of receivers, this sometimes being performed by the same person in one process.

Peixoto confirma isto mesmo: apesar de, em determinados momentos, o trabalho de um jornalista envolver a tradução, o jornalista não está preocupado com o artigo do qual vai extrair a informação. Já um tradutor, regra geral, não deve desvirtuar a identidade do artigo sobre o qual se debruça. No entanto, Peixoto reconhece que essa noção está muito dependente do que é pedido ao tradutor por parte da chefia, ou seja, no caso do ECONews, a repórter reconhece que as duas tarefas de tradução e escrita se fundem, pois como descrito no capítulo 1.2, foi necessário realizar na maioria dos textos tarefas próprias do jornalismo, como tratar a informação acrescentando-lhe valor ou retirando informação desnecessária.

Schäffner (2012: 877) explica as diferenças entre a produção de textos dos jornalistas e dos tradutores da seguinte forma:

In producing texts, journalists do pursue their own communicative aims, although not as individuals but as representatives of the news agency or newspapers they are working for. They are thus not experts in transcultural communication but in journalism, with all the specific skills and values this

entails. Whereas translators perform translational action in their professional role as translators, journalists act in their role as journalists, even if translation is part of their text-production actions.

Assim, a relação entre a Tradução e o Jornalismo tem como principal ponto divergente o facto de o tradutor não procurar a notícia e a escrever de raiz, como o faz um jornalista. Isto significa que o tradutor não justifica a informação noticiosa; essa tarefa já foi realizada pelo jornalista, que tem as competências e capacidades específicas para essa atividade. No caso do ECONews, também não é o tradutor que faz entrevistas ou se dirige a certos locais para fazer reportagens.

No entanto, há vários pontos convergentes entre as duas áreas: tanto o jornalista como o tradutor adequam as notícias que têm ao público-alvo que pretendem informar. Ambos vertem informação de uma língua para outra — o mesmo é dizer que ambos traduzem; e ambos consultam documentos oficiais de instituições num qualquer par de línguas.

3.4 Conclusão

A fronteira entre a tradução e o jornalismo é clara: na tradução, é contada noutra língua uma mesma história, adaptando-a aos novos leitores; já no jornalismo, é desenvolvida uma história, parte-se de alguma informação muito concreta — ou falta dela — e constrói-se uma peça.

No entanto, as tarefas afetas a cada uma das profissões cruzam-se quando falando de tradução especificamente do texto jornalístico, em particular no ECONews, devido à existência de tarefas comuns entre os dois trabalhos. Essa relação confirma-se quando Gambier (2006: 15) explica a necessidade de treinar jornalistas e tradutores em conjunto. O autor afirma: “Both also have a socio-cultural responsibility which goes beyond the production of immediate and short-life texts”. Uma vez que ambos os profissionais trabalham com textos escritos e orais, ambos devem ter capacidade de documentar e fazer levantamento de terminologia, bem como conseguir fazer contactos e trabalhar com outros peritos.

Conclusão

O estágio curricular inserido na componente não-letiva do Mestrado de Tradução da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa foi uma experiência bastante rica a nível profissional e serviu como ponto de partida para pôr em questão diversos aspetos da área de tradução inserida no contexto jornalístico.

Foi observado que as tarefas anteriores à tradução dos artigos do jornal digital ECO para a sua versão em inglês, o ECONews, se enquadram no âmbito da edição, trabalho esse geralmente associado ao jornalismo. Assim sendo, o presente relatório de estágio pretendeu traçar a fronteira entre a escrita, associada ao jornalismo, e a reescrita, associada à tradução.

Para cumprir o objetivo principal deste estudo, foram tidas em conta as mais de 170 traduções feitas ao longo de todo o estágio e foi selecionada a amostra que melhor representa os vários problemas encontrados, partindo da noção de PROBLEMA₃ de Toury (2011: 173 e 174). Os dez textos selecionados permitiram ilustrar os principais problemas encontrados ao longo de todas as traduções. Foram eles: a terminologia económico-financeira, a adaptação do contexto português ao público-alvo estrangeiro, as figuras de estilo do discurso jornalístico económico-financeiro, os gráficos e infografias, e, por fim, a edição de um ou mais textos de partida para posterior tradução. Foi possível concluir que estes problemas foram resolvidos através de pesquisas aprofundadas e também com a ajuda dos editores e jornalistas.

Foi nas transformações textuais prévias à tradução que a estagiária encontrou mais problemas. Como tal, a discente procedeu à leitura crítica de teorias e descrições sobre a prática de transedição, o termo proposto por Stetting (1989: 377), que consiste nos vários processos envolvidos na transformação de um evento noticioso produzido numa língua e publicado numa outra língua de chegada. Hursti (2001: 4) sintetiza essas transformações em quatro principais tarefas: a reorganização do texto de partida, a

adição e corte de parágrafos ou frases e, por fim, a substituição de informação menos necessária por outra mais adequada às necessidades do novo público-alvo.

No entanto, a noção de transedição é contestada por Schäffner (2012: 867). A autora argumenta que ao ser afirmado que a transformação de um texto de chegada tem outra denominação que não apenas “tradução”, corre-se o risco de perpetuar a noção de tradução no seu sentido mais estrito — o mesmo é dizer, como um processo de transferência palavra por palavra. Ainda assim, as transformações que ocorrem na tradução do texto jornalístico são de tal modo flagrantes que se conclui que é útil traçar a fronteira entre a tradução como transferência de informação do texto de partida para o de chegada e a transedição.

Formular um só texto de chegada juntando vários textos de partida, resumindo-os, retirando-lhes informações e substituindo-as por outras e clarificando referências, leva a que tenha sido possível concluir que o tradutor reescreve o texto, não só porque o edita antes de o traduzir, como porque, como refere Lefevere (1992: vii), o reescreve noutra língua.

Esta conclusão levou a que fosse necessário refletir sobre as semelhanças e disparidades entre o trabalho de um jornalista e o de um tradutor. Foi possível concluir que a fronteira entre ambos é clara, mesmo sabendo a discente que os dois profissionais editam as informações de que dispõem e trabalham com, pelo menos, um par de línguas. Na tradução, é contada noutra língua uma mesma história, adaptando-a aos novos leitores; no jornalismo, é desenvolvida uma história, parte-se de informações concretas (ou falta de certas informações ou dados) e constrói-se uma peça.

Finalmente, a discente conclui que as tarefas afetas a cada uma das profissões se cruzam no caso específico do ECONews, e, por isso, tanto os jornalistas como a tradutora, que trabalham com textos escritos e orais, devem ter capacidade de fazer levantamento de terminologia, fazer contactos e trabalhar com peritos no tema que

estejam a tratar. Como Gambier (2006: 15) enfatiza, existe a necessidade de treinar jornalistas e tradutores em conjunto, já que ambos têm uma responsabilidade sociocultural que perdura para além do curto prazo dos textos que produzem.

Referências bibliográficas

- Bani, Sara. "An Analysis of Press Translation Process." *Translation in Global News*. Ed. Kyle Conway e Susan Bassnett. The Centre for Translation and Comparative Cultural Studies, 2006. 35 - 45.
- Bassnett, Susan. "Introduction." *Translation in Global News*. The Centre for Translation and Comparative Cultural Studies, 2006. 5 - 7.
- Bielsa, Esperança e Susan Bassnett. *Translation in Global News*. Nova Iorque: Routledge, 2009.
- Byrne, Jody. "Technical Translation." *Usability and Strategies for Translating Technical Documentation*. Springer, 2006. 1-22.
- Cabré, M. Teresa. "Terminology and Translation." *Handbook of Translation Studies*. Revisão a 2011. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, 2010. 356 - 365.
- Casanova, Isabel. *Dicionário Terminológico, Compreender a TLEBS*. Plátano Editora, 2009.
- Costa, António e Pedro Sousa Carvalho. "Meios & Publicidade (M&P)." "Olho para o mercado de economia e acho que estamos todos em mercados diferentes". Carla Borges Ferreira. 7 de outubro de 2016. <<http://www.meiosepublicidade.pt/2016/10/olho-para-o-mercado-de-economia-e-acho-que-estamos-todos-em-mercados-diferentes/>>.
- Cruz, Xénon van der Klugt Martins da. "A Ética Tradutória em Contexto Jornalístico: um estudo de caso no Observador." Relatório de Estágio de Mestrado em Tradução. FCSH-NOVA, Lisboa, Abril de 2016.
- Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*. s.d. 30 de maio de 2017. <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>>.
- Doorslaer, Luc van. "Journalism and Translation." *Handbook of Translation Studies* 1 (2016): 180-184.
- ECO. *ECO Economia Online*. 2016. 09 de Setembro de 2016. <<http://www.eco.pt/>>.
- Ferreira, Francisco Miguel Lopes. "O Processo Tradutório em Contexto Jornalístico: A Tradução e a Transedição na Redação." Dissertação de Mestrado em Tradução. FCSH-NOVA, Lisboa, Março de 2015.

- Ferreira, Joana Filipa Amaro dos Santos. "Tradução e Jornalismo: Uma Conceção da Prática Tradutória Como Reescrita do Texto de Partida ." Dissertação de Mestrado em Tradução. FCSH-NOVA, Lisboa, Setembro de 2013.
- Gambier, Yves. "Transformations in International News." *Translation in Global News*. Ed. Kyle Conway e Susan Bassnett. The Centre for Translation and Comparative Cultural Studies, 2006. 9 - 21.
- House, Juliane. "English as a lingua franca: A threat to multilingualism?" *Journal of Sociolinguistics* 7/4 (2003): 556-578.
- Hursti, Kristian. "An insider's view on transformation and transfer in international news communication: an English-Finnish perspective." *The Electronic Journal of the Department of English at the University of Helsinki* (2001): 1-8.
- Jakobson, Roman. "On Linguistic Aspects of Translation." Schulte, Biguenet (eds). *Theories of Translation. An Anthology of Essays from Dryden to Derrida*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1992. 144-151.
- Koskinen, Kaisa e Outi Paloposki. "Retranslation." *Handbook of Translation Studies*. Revisão em 2016. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, 2010. 294 - 298.
- Newmark, Peter. *Approaches to Translation*. Shanghai Foreign Language Education Press, 1981.
- Petcovici, Tania e Raluca Ciortea. "Translation and transfer of the European economic reality." *Seria Stiinte Economice. Timisoara, XVIII* 2012: 215-221.
- Pokorn, Nike K. "Directionality." *Handbook of Translation Studies*. Vol. 2. John Benjamins Publishing Company, 2011. 37 - 39.
- Schäffner, Christina. "Rethinking Transediting." *Meta: Translators' Journal* 57 (2012): 866-883.
- Schubert, Klaus. "Technical Translation." Revisão a 2011. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, 2010. 350 - 355.
- Stetting, Karen. *Transediting – A new term for coping with the grey area between editing and translating*. Ed. Graham Caie, et al. Copenhagen: University of Copenhagen. 1989.
- Toury, Gideon. "Problema de Tradução." *Handbook of Translation Studies*. Trans. Francisco Ferreira, et al. Vol. 2. John Benjamins Publishing Company, 2014. 169 - 174.

- Valdeón, Roberto A. "Anomalous news translation: Selective appropriation of themes and texts in the internet." *Babel* 54 (2008): 299-326.
- Valdez, Susana. "O Autor Anónimo. A Invisibilidade do Tradutor no Contexto Português." Dissertação de Mestrado em Tradução. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2009.
- Venuti, Lawrence. "Introduction." Venuti, Lawrence. *Rethinking Translation. Discourse, Subjectivity, Ideology*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1992. 1-17.

Anexos

Anexo 1 - Lista de traduções realizadas no âmbito do estágio

	Título(s) texto(s) de partida	Nº de palavras TP	Título texto de chegada	Nº de palavras TP	Hiperligação
1	Costa admite que economia deverá crescer pouco mais do que 1% Costa quer regras diferentes nas pensões mínimas	797	Portuguese economy should grow a little over 1%	496	http://econews.pt/2016/10/07/portuguese-economy-should-grow-a-little-over-1/
2	191 milhões de euros: é este o défice que falta cortar até ao final do ano	228	191 million euros: deficit to be cut before the end of the year	215	http://econews.pt/2016/10/07/191-million-euros-deficit-to-be-cut-before-the-end-of-the-year/
3	Dívida pública sobe, mas almofada de liquidez também	184	Public debt rises but so does the liquidity buffer	171	http://econews.pt/2016/10/07/public-debt-rises-but-so-does-the-liquidity-buffer/
4	Bancos têm de resolver problemas primeiro, diz APB	263	APB says Banks must first solve their problems	160	http://econews.pt/2016/10/10/apb-says-banks-must-first-resolve-their-problems/
5	BCE compra mais de mil milhões em dívida portuguesa em setembro	388	The ECB buys over a billion of Portuguese debt in September	222	http://econews.pt/2016/10/07/the-ecb-buys-over-a-billion-of-portuguese-debt-in-september/
6	ONU: Guterres a um passo de ser secretário-geral, Portugal aplaude	263	Guterres: United Nation new Secretary-General	132	http://econews.pt/2016/10/07/guterres-united-nations-new-secretary-general/
7	António Costa tenta captar para Portugal centro tecnológico da Huawei	201	Portuguese PM tries to mobilize Huawei's technological center to Portugal	203	http://econews.pt/2016/10/07/portuguese-pm-tries-to-mobilize-huaweis-technological-center-to-portugal/
8	Défice: “Não devemos olhar para as décimas”	1.183	Carlos Moedas on the deficit: “Decimals should not be our concern”	704	http://econews.pt/2016/10/11/interview-with-carlos-moedas-european-commissioner/
9	Refúgio. Obrigações com juros negativos superam os 10 biliões de euros	433	Haven: bonds for negative interest surpass 10 trillion euros	186	http://econews.pt/2016/10/07/haven-bonds-for-negative-interest-surpass-10-trillion-euros/
10	Afinal, não era imaginação. TAP quer mesmo cortar 150 milhões em custos	891	TAP: 150 million euros cut from costs	424	http://econews.pt/2016/10/07/tap-150-million-euros-will-be-cut-from-costs/
11	OE2017: Costa garante que não	268	2017 State Budget: Costa assures	189	http://econews.pt/2016/10/09/2017-state-budget-costa-assures-

	haverá aumento da carga fiscal sobre as empresas		no increase in tax burden on businesses		there-will-be-no-increase-in-companies-tax-burden/
12	Táxis: 6.000 carros esperados em protesto que condiciona trânsito em Lisboa	798	Protest against Uber and Cabify: 6,000 taxis bring Lisbon to a stop	166	http://econews.pt/2016/10/09/demonstration-against-uber-6000-taxis-to-stop-lisbon/
13	Marcelo: “Atenção à estabilidade fiscal”	1.238	Marcelo Rebelo de Sousa asks for “Focus on tax stability”	237	http://econews.pt/2016/10/09/marcelo-rebelo-de-sousa-asks-for-focus-on-fiscal-stability/
14	Juros portugueses afundam na semana do OE	351	Portuguese interests plummet in anticipation of the 2017 State Budget	222	http://econews.pt/2016/10/10/portuguese-interests-plummet-in-anticipation-of-the-2017-state-budget/
15	Centeno prepara lei para diminuir o malparado	272	Minister of Finance prepares law to decrease non-performing loan	192	http://econews.pt/2016/10/10/minister-of-finance-prepares-law-to-decrease-non-performing-loan/
16	UBS: Corte de rating de Portugal “não é iminente”	596	UBS says Portugal is “not at imminent risk” of being cut	295	http://econews.pt/2016/10/10/ubs-says-portugal-is-not-at-imminent-risk-of-being-cut/
17	CIP tem um número para o salário mínimo: 540 euros	538	CIP: minimum wage of 540 euros	379	http://econews.pt/2016/10/11/cip-minimum-wage-of-540-euros/
18	Conselho de Finanças Públicas avisa: CGD e lesados do BES são risco para défice e dívida	636	BES’s clients and CGD: CFP warns they are a risk for deficit and debt	334	http://econews.pt/2016/10/11/bess-clients-and-cgd-cfp-portuguese-public-finance-council-warns-they-are-a-risk-for-deficit-and-debt/
19	Encontro mundial sobre turismo vem para Fátima	375	World meeting about tourism will be held in the Shrine of Fátima	238	http://econews.pt/2016/10/11/world-meeting-about-tourism-will-be-held-in-the-shrine-of-fatima/
20	DBRS: “Aumentar o investimento público tende a ser bastante eficaz”	1.072	DBRS: “An increase in public investment tends to be very efficient”	671	http://econews.pt/2016/10/12/dbrs-an-increase-in-public-investment-tends-to-be-very-efficient/
21	Portuguesa Tradiio quer angariar 600 mil euros por 13% do capital	292	Portuguese startup Tradiio wants to raise 600 thousand euros for 13% equity	278	http://econews.pt/2016/10/12/portuguese-startup-tradiio-wants-to-raise-600-thousand-euros-for-13-equity/
22	Subida do risco pressiona crédito às empresas	1.010	Boost in business’ risk pressures credit to companies	281	http://econews.pt/2016/10/12/boost-in-business-risk-pressure-credit-to-companies/
23	Antigo BES Angola ‘regressa’ a Portugal	455	Former BES Angola ‘returns’ to Portugal	195	http://econews.pt/2016/10/12/former-bes-angola-returns-to-portugal/
24	Chineses querem aumento de capital superior a 500 milhões no Novo Banco	366	The Chinese want an increase of capital higher than 500 million in Novo Banco	306	http://econews.pt/2016/10/13/the-chinese-want-an-increase-of-capital-higher-than-500-billion-in-portuguese-novo-banco/

25	Gabriela Figueiredo Dias vai ser a presidente da CMVM	717	Gabriela Figueiredo Dias is the new CMVM president	210	http://econews.pt/2016/10/13/gabriela-figueiredo-dias-is-the-new-cmvm-president/
26	CES defende “equilíbrio mais justo entre a tributação do trabalho e a do capital”	562	CES defends a “fair compromise between taxation for labor and capital	249	http://econews.pt/2016/10/13/ces-defends-a-fair-compromise-between-taxation-for-labor-and-capital/
27	ONU: Guterres confirmado como secretário-geral	236	UN: Guterres officially confirmed as secretary-general	328	http://econews.pt/2016/10/13/un-guterres-officially-confirmed-as-secretary-general/
28	A receita para o pitch perfeito: picar o medo, refogar os não's, polvilhar com uma pitada de fé. Empratar com entusiasmo	1.294	The recipe for the perfect pitch: slice your fear, cook down ‘no’s, sprinkle some faith. Plate up enthusiastically.	1.207	http://econews.pt/2016/10/14/the-recipe-for-the-perfect-pitch-slice-your-fear-cook-down-nos-sprinkle-some-faith-plate-up-enthusiastically/
29	Discos pedidos: o que as agências de rating gostavam de ver no OE/2017	1.206	Jukebox: the songs rating agencies want to hear in the 2017 State Budget	605	http://econews.pt/2016/10/14/jukebox-the-songs-rating-agencies-want-to-hear-in-the-2017-state-budget/
30	Confirmado: Imposto do alojamento local incide sobre 35% das rendas	450	A new 35% tax on revenue from the rents on short renting to be included in IRS is confirmed	305	http://econews.pt/2016/10/17/a-new-35-tax-on-revenue-from-local-accommodations-for-tourists-rents-to-be-included-in-irs-is-confirmed/
31	Governo fixa meta de 1,8% para défice de 2017	208	Government establishes a 1.8% deficit goal for 2017	200	http://econews.pt/2016/10/14/government-establishes-a-1-8-deficit-goal-for-2017/
32	7 números essenciais para entender o Orçamento do Estado para 2017	922	7 key numbers to understand the Portuguese 2017 State Budget	931	http://econews.pt/2016/10/17/7-key-numbers-to-understand-the-portuguese-2017-state-budget/
33	Quem é a nova mulher que manda na Galp?	946	Who is Galp’s new chairwoman?	317	http://econews.pt/2016/10/17/who-is-galps-new-chairwoman/
34	Vieira de Almeida e Deloitte têm plano para malparado da banca	509	Vieira de Almeida and Deloitte have a plan for non-performing loan in banking	494	http://econews.pt/2016/10/18/vieira-de-almeida-and-deloitte-have-a-plan-for-non-performing-loan-in-banking/
35	Afinal sempre havia um plano B: valeu 445 milhões a menos na despesa	555	There was a plan B after all, worth a cut of 445 million in expenses	508	http://econews.pt/2016/10/18/there-was-a-plan-b-after-all-worth-a-cut-of-445-million-in-expenses/
36	Maria João Carioca: “A bolsa terá de ser um produto na oferta da banca”	1.478	Maria João Carioca: “Stock exchange will have to be a banking product”	645	http://econews.pt/2016/10/18/maria-joao-carioca-stock-exchange-will-have-to-be-a-banking-product/
37	Governo cria certificados de curto prazo para as PME	472	Government creates short-term certificates for SME	328	http://econews.pt/2016/10/19/government-creates-short-term-certificates-for-sme/

38	Daniel Bessa: “Se este ano não há dinheiro, como é que vai haver em 2018?” Daniel Bessa: “Corremos o risco de um novo resgate? Sim, claro que sim” Daniel Bessa: “Com estrangeiros tenho banca, com nacionais aparentemente não teria”	3.172	Daniel Bessa: “Are we in danger of a new bailout? Yes, surely”	576	http://econews.pt/2016/10/20/daniel-bessa-are-we-in-danger-of-a-new-bailout-yes-surely/
39	Quanto deve a economia portuguesa? 719,6 mil milhões.... fora os bancos	457	How much does the Portuguese economy owe? 719.6 billion euros, excluding banks	355	http://econews.pt/2016/10/20/how-much-does-the-portuguese-economy-owe-719-6-billion-euros-excluding-banks/
40	Fundo Apollo: “É altura de investir em Portugal”	193	Apollo Fund: “The time has come to invest in Portugal”	178	http://econews.pt/2016/10/20/apollo-fund-the-time-has-come-to-invest-in-portugal/
41	O que comprem os consumidores portugueses online?	421	What are the Portuguese purchasing online?	265	http://econews.pt/2016/10/20/what-are-the-portuguese-purchasing-online/
42	A solução para o malparado? “Nem banco, nem mau”, diz António Costa	1.573	A solution to handle non-performing loans? “Neither a bank, nor bad”, says António Costa	564	http://econews.pt/2016/10/21/a-solution-to-handle-non-performing-loans-neither-a-bank-nor-bad-says-antonio-cost/
43	Quantos milhares são precisos para incendiar o Parlamento? 423 Quanto recebem os administradores dos bancos? 423 mil euros é muito? Mira Amaral, Catroga e Beleza de acordo: a qualidade paga-se	2.363	How many thousand euros does it take to spark controversy in Parliament? 423	414	http://econews.pt/2016/10/21/how-many-thousand-euros-does-it-take-to-spark-controversy-in-parliament-423/
44	Já sabe o que é a Euribor? Ainda não. Literacia em Portugal acima da OCDE	1.254	Do the Portuguese know what Euribor is? Not yet.	234	http://econews.pt/2016/10/21/do-the-portuguese-know-what-euribor-is-not-yet/
45	Juros renovam mínimos de um mês após DBRS manter rating	415	Interests reach new minimum after DBRS maintains Portugal’s rating	358	http://econews.pt/2016/10/24/interests-reach-new-minimum-after-dbrs-maintains-portugals-rating/
46	Portugal regista segundo maior crescimento da dívida na Zona Euro	359	Portugal shows second largest debt growth in the Euro Area	351	http://econews.pt/2016/10/24/portugal-shows-second-largest-debt-growth-in-the-euro-area/

47	Paula Amorim: “Estamos totalmente alinhados com a Galp”	569	Paula Amorim: “We are in line with Galp”	315	http://econews.pt/2016/10/24/paula-amorim-we-are-in-line-with-galp/
48	DBRS: Malparado é ameaça, mas os juros negativos também	572	DBRS: NPL is a threat, but so are negative interests	518	http://econews.pt/2016/10/24/dbrs-npl-is-a-threat-but-so-are-negative-interests/
49	Governo espera que receitas fiscais aumentem mil milhões em 2017	710	Government hopes for an increase of a billion in 2017 tax revenue	354	http://econews.pt/2016/10/25/government-hopes-for-an-increase-of-a-billion-in-2017-tax-revenue/
50	BCP afunda mais de 8% após fusão das ações	387	BCP plummets over 8% after merger of shares	343	http://econews.pt/2016/10/25/bcp-plummets-over-8-after-merger-of-shares/
51	Mota-Engil e Sacyr vão construir estradas no Paraguai	181	Mota-Engil and Sacyr will build roads in Paraguay	193	http://econews.pt/2016/10/25/mota-engil-and-sacyr-will-build-roads-in-paraguay/
52	António Domingues só tem de prestar contas ao Governo	423	CGD’s chairman must report only to the government	308	http://econews.pt/2016/10/26/cgds-chairman-must-report-only-to-the-government/
53	Portugal vende 1.000 milhões em dívida com custo mais baixo	335	Portugal sells one billion in debt at a lower cost	286	http://econews.pt/2016/10/26/portugal-sells-one-billion-in-debt-at-a-lower-cost/
54	Santander Totta lucra 92 milhões de euros no terceiro trimestre	350	Santander Totta profits 92 million euros in the third trimester	270	http://econews.pt/2016/10/27/santander-totta-profits-92-million-euros-in-the-third-trimester/
55	Moscovici dá benefício da dúvida a Portugal	464	Moscovici gives Portugal the benefit of the doubt	247	http://econews.pt/2016/10/27/moscovici-gives-portugal-the-benefit-of-the-doubt/
56	Seis bocas de Schäuble sobre Portugal	539	Schäuble’s six killing statements about Portugal	586	http://econews.pt/2016/10/27/schobles-six-killing-statements-about-portugal/
57	ATM: Valor da OPA ao BPI deveria ser de 3,15 euros	600	ATM: BPI’s takeover bid should be 3.15 euros	396	http://econews.pt/2016/10/27/atm-bpis-takeover-bid-should-be-3-15-euros/
58	Regling: competitividade em Portugal está “em risco”	206	Regling: Portugal’s competitiveness “at risk”	185	http://econews.pt/2016/10/27/regling-portugals-competitiveness-at-risk/
59	Banco de Portugal só escolhe modelo de venda do Novo Banco quando receber propostas finais	176	The Bank of Portugal will only choose Novo Banco’s sale type when the final proposals are received	192	http://econews.pt/2016/10/27/the-bank-of-portugal-will-only-choose-novo-bancos-sale-type-when-the-final-proposals-are-received/
60	Viajou-se mais para fora e menos cá dentro	258	The Portuguese have travelled more abroad and less inside the country	251	http://econews.pt/2016/10/27/the-portuguese-have-travelled-more-abroad-and-less-inside-the-country/
61	Vítor Gaspar: Crise financeira e dívida pública elevada geram recessões mais prolongadas e	3.957	Vítor Gaspar: Countries without fiscal space should apply growth-friendly policies	1.763	http://econews.pt/2016/10/28/vitor-gaspar-countries-without-fiscal-space-should-apply-growth-friendly-policies/

	profundas Vitor Gaspar: Países sem espaço orçamental devem aplicar políticas amigas do crescimento Vitor Gaspar: “Dívida das empresas chinesas é motivo de preocupação”				
62	Moody’s: “Retoma modesta vai estabilizar bancos em Portugal”	278	Moody’s: “Modest economic recovery will stabilize Portuguese banks”	237	http://econews.pt/2016/10/31/moodys-modest-economic-recovery-will-stabilize-portuguese-banks/
63	Sérgio Monteiro fica mais três meses no BdP até venda do Novo Banco	201	Sérgio Monteiro will stay three more months in the Bank of Portugal until the sale of Novo Banco	200	http://econews.pt/2016/10/31/sergio-monteiro-will-stay-three-more-months-in-the-bank-of-portugal-until-the-sale-of-novo-banco/
64	Administração reduzida na Aicep	344	Board of directors of AICEP reduced	203	http://econews.pt/2016/10/31/board-of-directors-of-aicep-reduced/
65	Banco CTT terá crédito à habitação com “custos baixos”	1.048	Banco CTT will have “low costs” on housing credit	615	http://econews.pt/2016/10/31/banco-ctt-will-have-low-costs-on-housing-credit/
66	Gestores da CGD ameaçam demissão se tiverem de declarar rendimentos	241	CGD’s administrator threaten to resign if they have to declare their income	256	http://econews.pt/2016/11/03/cgds-administrator-threaten-to-resign-if-they-have-to-declare-their-income/
67	CGD arrisca perder 900 milhões com investimento na La Seda Barcelona	371	CGD is at risk of losing 900 million with the investment in La Seda Barcelona	414	http://econews.pt/2016/11/03/cgd-is-at-risk-of-losing-900-million-with-the-investment-in-la-seda-barcelona/
68	A Uber tem novo serviço de boleias... E os taxistas já pediram reuniões de urgência	260	Uber has a new carpooling service... and taxi drivers request an urgent meeting	262	http://econews.pt/2016/11/03/uber-has-a-new-carpooling-service-and-taxi-drivers-request-an-urgent-meeting/
69	Vieira Monteiro: “Intervenção do Estado na banca é bem-vinda”	366	Vieira Monteiro: “The state is welcome to intervene in banking”	309	http://econews.pt/2016/11/03/vieira-monteiro-the-state-is-welcome-to-intervene-in-banking/
70	Centeno assume que afinal não vão sair 10 mil funcionários das administrações públicas	376	Centeno acknowledges that 10 thousand public administration staff will not leave after all	218	http://econews.pt/2016/11/03/centeno-acknowledges-that-10-thousand-public-administration-staff-will-not-leave-after-all/
71	Três gestores da CGD vão mesmo ter de declarar rendimentos ao TC	375	Three administrators from CGD will indeed have to declare their income to the CC	370	http://econews.pt/2016/11/03/three-administrators-from-cgd-will-indeed-have-to-declare-their-income-to-the-cc/

72	Indianos oferecem 180 milhões de euros pela farmacêutica portuguesa Generis	260	Indian Aurobindo offers 180 million euros for the Portuguese pharmaceutical company Generis	257	http://econews.pt/2016/11/03/indian-aurobindo-offers-180-million-euros-for-the-portuguese-pharmaceutical-company-generis/
73	PSD organiza corrida entre burro e Ferrari	381	The PSD organizes a second race between a donkey and a Ferrari	425	http://econews.pt/2016/11/03/the-psd-organizes-a-second-race-between-a-donkey-and-a-ferrari/
74	PSD questiona Bruxelas sobre alegado pacto com França para contornar déficit	341	Portuguese MEP questions Brussels on the alleged pact with France to get around the deficit	287	http://econews.pt/2016/11/07/portuguese-mep-questions-brussels-on-the-alleged-pact-with-france-to-get-around-the-deficit/
75	Burro e Ferrari ficam nas boxes. Não há corrida em Lisboa	318	Ready, set... don't go. The donkey and the Ferrari are not racing in Lisbon	236	http://econews.pt/2016/11/04/ready-set-dont-go-the-donkey-and-the-ferrari-are-not-racing-in-lisbon/
76	Auditoria à Caixa só fica concluída em 2017	159	Audit to CGD will only be complete in 2017	156	http://econews.pt/2016/11/07/audit-to-cgd-will-only-be-complete-in-2017/
77	Lei que impõe quotas de género nas empresas avança depois do debate do OE 2017	338	Law imposing gender quotas in enterprises will take place after the 2017 State Budget	318	http://econews.pt/2016/11/07/law-imposing-gender-quotas-in-enterprises-will-take-place-after-the-2017-state-budget/
78	As leis do alfaite Costa são à medida da banca	1.875	The tailor António Costa custom-makes laws to fit the banking	511	http://econews.pt/2016/11/07/the-tailor-antonio-costa-custom-makes-laws-to-fit-the-banking/
79	Tudo o que tem de saber sobre o Web Summit	701	Everything you need to know about the Web Summit	618	http://econews.pt/2016/11/07/everything-you-need-to-know-about-the-web-summit/
80	Governo: “Domingues tem de declarar rendimentos”	424	Portuguese government: “Domingues must declare his income”	402	http://econews.pt/2016/11/07/portuguese-government-domingues-must-declare-his-income/
81	Grandes empresas conseguem evitar novo imposto sobre o património	294	Large companies can avoid the new council tax	274	http://econews.pt/2016/11/07/large-companies-can-avoid-the-new-council-tax/
82	Web Summit: 10 oradores a não perder no dia 1	753	Web Summit, day 1: 10 key speakers you can't miss	778	http://econews.pt/2016/11/08/web-summit-10-key-speakers-you-cant-miss/
83	Vem aí mil milhões para as startups europeias	242	One billion euros for European startups	249	http://econews.pt/2016/11/08/one-billion-euros-for-european-startups/
84	Web Summit. As imagens da abertura	75	Web Summit: Opening pictures	110	http://econews.pt/2016/11/08/web-summit-opening-pictures/
85	Goldman Sachs: Barroso fala de “atitude negativa”	469	Durão Barroso: “In Europe, there is a negative attitude towards the	208	http://econews.pt/2016/11/08/durao-barroso-in-europe-there-is-a-negative-attitude-towards-the-united-states-of-america/

			United States of America”		
86	As três apostas do Facebook para os próximos dez anos	425	Facebook: three priorities for the next decade	432	http://econews.pt/2016/11/08/facebook-three-priorities-for-the-next-decade/
87	Ghosn: Carros serão espaço móvel de conectividade	437	Ghosn: Cars will be a mobile connectivity space	255	http://econews.pt/2016/11/08/ghosn-cars-will-be-a-mobile-connectivity-space/
88	Corridas com drones? Vai ser o desporto do futuro	435	Races with drones will be the sport of the future	270	http://econews.pt/2016/11/08/races-with-drones-will-be-the-sport-of-the-future/
89	Web Summit: 10 oradores a não perder no dia 2	717	Web Summit, day 2: 10 key speakers you can’t miss	693	http://econews.pt/2016/11/09/web-summit-day-2-10-key-speakers-you-cant-miss/
90	Cinco apps para conhecer na Web Summit	564	Five apps to discover at the Web Summit	595	http://econews.pt/2016/11/09/five-apps-to-discover-at-the-web-summit/
91	Sonangol quer ter mais de 20% do BCP	349	BCP: Sonangol aims for 20% equity	226	http://econews.pt/2016/11/09/bcp-sonangol-aims-for-20-equity/
92	Web Summit: 10 oradores a não perder no dia 3	710	Web Summit, day 3: 10 key speakers you can’t miss	704	http://econews.pt/2016/11/10/web-summit-day-3-10-key-speakers-you-cant-miss/
93	Bruxelas: Ministério das Finanças acolhe parte das previsões “com estranheza”	376	Portuguese Ministry of Finance regards as “odd” – but accepts – some of Brussel’s predictions	352	http://econews.pt/2016/11/10/portuguese-ministry-of-finance-regards-as-odd-but-accepts-some-of-brussels-predictions/
94	David Neeleman: “Estamos a crescer mais rápido do que o aeroporto”	232	David Neeleman: “We are growing faster than the airport”	231	http://econews.pt/2016/11/10/david-neeleman-we-are-growing-faster-than-the-airport/
95	Novo Banco regista primeiro lucro da sua história	585	Novo Banco made the first profit of its history	433	http://econews.pt/2016/11/10/novo-banco-made-the-first-profit-of-its-history/
96	Web Summit. As imagens do último dia	218	Web Summit: the last day in pictures	210	http://econews.pt/2016/11/11/web-summit-the-last-day-in-pictures/
97	Administração da CGD pode demitir-se em bloco	446	CGD’s administration may indeed resign	308	http://econews.pt/2016/11/11/cgds-administration-may-indeed-resign/
98	Défi ce estrutural: Bruxelas disponível para rever regras	831	Structural deficit: Brussels is willing to review its rulings	735	http://econews.pt/2016/11/11/structural-deficit-brussels-is-willing-to-review-its-rulings/
99	Depósitos acima de 100 mil euros estão a encolher	403	Deposits over 100 thousand euros are shrinking	409	http://econews.pt/2016/11/14/deposits-over-100-thousand-euros-are-shrinking/
100	PIB vai travar. A culpa é da procura interna	255	Internal demand will restrain the GDP	240	http://econews.pt/2016/11/14/internal-demand-will-restrain-the-gdp/
101	Vão abrir 30 novos hotéis no	391	Portugal will have 30 new hotels	417	http://econews.pt/2016/11/20/portugal-will-have-30-new-hotels/

	próximo ano. Saiba onde				
102	E depois do Web Summit? Cinco startups contam como foi	890	Web Summit follow-up: five Portuguese startups kiss and tell	958	http://econews.pt/2016/11/17/web-summit-follow-up-five-portuguese-startups-kiss-and-tell/
103	DBRS já não teme juros acima dos 4%	457	DBRS does not fear interests over 4%	452	http://econews.pt/2016/11/16/dbrs-does-not-fear-interests-over-4/
104	PIB surpreende e cresce 0,8%. Como é que isto aconteceu?	667	0.8% GDP growth is a surprise. How did this rise happen?	523	http://econews.pt/2016/11/17/0-8-gdp-growth-is-a-surprise-how-did-this-rise-happen/
105	Empresários querem ponto final na polémica da Caixa	1.117	Businessmen want an ending to the controversy around CGD	269	http://econews.pt/2016/11/17/businessman-want-an-ending-to-the-controversy-around-cgd/
106	Bruxelas não congela fundos mas avisa para desvio no défice de 2017	279	Brussels will not suspend the funds, but warns for an excessive deficit for 2017	254	http://econews.pt/2016/11/17/brussels-will-not-suspend-the-funds-but-warns-for-an-excessive-deficit-for-2017/
107	Portugal eleito pela terceira vez o melhor destino de golfe do mundo	260	Portugal is the best golf destination in the world for the third time	213	http://econews.pt/2016/11/19/portugal-is-the-best-golf-destination-in-the-world-for-the-third-time/
108	Costa: “Famílias podem olhar para o dia-a-dia com maior tranquilidade”	527	Portuguese prime minister: “families can face everyday life with serenity”	377	http://econews.pt/2016/11/17/portuguese-prime-minister-families-can-face-everyday-life-with-serenity/
109	Hotéis portugueses vão ter “Booking” só para si	524	Portuguese hotels will have their own “Booking”	597	http://econews.pt/2016/11/19/portuguese-hotels-will-have-their-own-booking/
110	Faria de Oliveira: “Este ruído é muito negativo para a Caixa e para o sector”	465	Faria de Oliveira: “This rumble is very negative both for CGD and the banking sector”	439	http://econews.pt/2016/11/17/faria-de-oliveira-this-rumble-is-very-negative-both-for-cgd-and-the-banking-sector/
111	Governo admite aumentar todas as pensões mínimas em agosto	225	Government acknowledges an increase in all minimum pensions in August	153	http://econews.pt/2016/11/17/government-acknowledges-an-increase-in-all-minimum-pensions-in-august/
112	TAP quer triplicar voos para os EUA para 70 por semana	199	TAP wants to triplicate flights to the USA to 70 per week	197	http://econews.pt/2016/11/17/tap-wants-to-triplicate-flights-to-the-usa-to-70-per-week/
113	Armani investe em Portugal. Vai abrir mais duas lojas	138	Armani invests in Portugal by opening two more stores	148	http://econews.pt/2016/11/17/armani-invests-in-portugal-by-opening-two-more-stores/
114	Fosun já tem 16,7% do BCP e é o maior acionista	508	Finally, Fosun has 16.7% equity of BCP and is the largest shareholder	457	http://econews.pt/2016/11/21/finally-fosun-has-16-7-equity-of-bcp-and-is-the-largest-shareholder/
115	Transporte ilegal de passageiros vai sair mais caro. E a Uber está incluída	208	Illegal passenger transportation will be dearly paid for. Uber is	226	http://econews.pt/2016/11/21/illegal-passenger-transportation-will-be-dearly-paid-for-uber-is-included/

			included		
116	Junto da Tesla, Portugal tem um trunfo: o lítio Portugal tenta atrair fábrica da Tesla	1.223	Portugal attempts to attract Tesla factory	737	http://econews.pt/2016/11/21/portugal-attempts-to-attract-tesla-factory/
117	PS esquece-se de três zeros na injeção de capital para a Caixa	211	The Portuguese Socialist Party (PS) left out three zeros on the capital injection for the CGD	233	http://econews.pt/2016/11/22/the-portuguese-socialist-party-ps-left-out-three-zeros-on-the-capital-injection-for-the-cgd/
118	Dívida pública bate novo recorde: 133,1% do PIB	427	New record set by public debt: 133.1% GDP	404	http://econews.pt/2016/11/22/new-record-set-by-public-debt-133-1-gdp/
119	Porto cria grupo de reflexão para repensar Portugal	356	Oporto creates a think tank to rethink Portugal	377	http://econews.pt/2016/11/22/oporto-creates-a-think-tank-to-rethink-portugal/
120	Caixa: adiar injeção ajuda, mas não garante saída do PDE	1.468	CGD: postponing capital injection helps, but does not assure Portugal will leave the EDP	981	http://econews.pt/2016/11/23/cgd-postponing-capital-injection-helps-but-does-not-assure-portugal-will-leave-the-edp/
121	Carlos Costa, ofendido, responde a Bruxelas	530	Carlos Costa took Brussels' criticisms personally and answers them	355	http://econews.pt/2016/11/23/carlos-costa-took-brussels-criticisms-personally-and-answers-them/
122	Mourinho Félix garante que Domingues não teve acesso a informação confidencial	368	António Domingues, CGD's chairman, did not have access to confidential information	409	http://econews.pt/2016/11/24/antonio-domingues-cgds-chairman-did-not-have-access-to-confidential-information/
123	Paulo Rangel pede demissão de Mourinho Félix	389	Paulo Rangel requests Mourinho Félix's resignation	304	http://econews.pt/2016/11/24/paulo-rangel-requests-mourinho-felixs-resignation/
124	Entrada da Fosun sem impacto no rating do BCP	506	Fosun's entrance has no impact on BCP's rating	449	http://econews.pt/2016/11/29/fosuns-entrance-has-no-impact-on-bcps-rating/
125	PS mais perto da maioria absoluta, PSD em mínimos	254	The Socialist Party is closer to having absolute majority, while the Social Democratic Party is reaching minimums	329	http://econews.pt/2016/11/29/the-socialist-party-is-closer-to-having-absolute-majority-while-the-social-democratic-party-is-reaching-minimums/
126	Assunto arrumado: rendimentos são mesmo para mostrar, gestores da Caixa incluídos	364	The issue is, once and for all, put to bed: declarations of income are a must and will include CGD's administrators	382	http://econews.pt/2016/11/28/the-issue-is-once-and-for-all-put-to-bed-declarations-of-income-are-a-must-and-will-include-cgds-administrators/
127	Em Portugal 22,4% dos	151	In Portugal, 22.4% of the	180	http://econews.pt/2016/11/29/in-portugal-22-4-of-the-

	desempregados voltaram ao trabalho no 2º trimestre		unemployed went back to the workforce in the 2nd quarter of the year		unemployed-went-back-to-the-workforce-in-the-2nd-quarter-of-the-year/
128	Manuel Fino não vai pagar dívida de 20 milhões ao BCP	305	Manuel Fino will not repay their 20 million debt to the BCP	298	http://econews.pt/2016/11/29/manuel-fino-will-not-repay-their-20-million-debt-to-the-bcp/
129	António Domingues demite-se. E agora?	830	António Domingues resigns	330	http://econews.pt/2016/11/28/antonio-domingues-resigns/
130	Parte da equipa de Domingues já comunicou renúncia aos cargos	230	CGD board members announce their resignation	617	http://econews.pt/2016/11/28/cgd-board-members-announce-their-resignation/
131	Amado, Macedo e Tavares. Os candidatos à CGD?	498	New CGD chairman: who are the candidates?	466	http://econews.pt/2016/11/28/new-cgd-chairman-who-are-the-candidates/
132	Portugal: OCDE revê em baixa PIB para 2017	666	Portugal: OECD revises downwards 2017 GDP	642	http://econews.pt/2016/11/29/portugal-oecd-revises-downwards-2017-gdp/
133	Banco de Fomento já tem novos poderes	788	Promotional Bank has new competencies	424	http://econews.pt/2016/11/30/promotional-bank-has-new-competencies/
134	Perceção da economia atinge máximo de 16 anos	332	Economic perception reaches maximum of 16 years	335	http://econews.pt/2016/11/30/economic-perception-reaches-maximum-of-16-years/
135	Já está: esquerda aprova Orçamento do Estado para 2017	282	It's done: the left approved the 2017 State Budget	300	http://econews.pt/2016/11/29/its-done-the-left-approved-the-2017-state-budget/
136	Demissão de Domingues ameaça rating da Caixa	665	DBRS: The resignation of António Domingues threatens CGD's rating	551	http://econews.pt/2016/12/01/the-resignation-of-antonio-domingues-threatens-cgds-rating/
137	INE confirma: PIB cresceu 1,6%. Procura externa ajuda	453	INE confirms: GDP grew 1.6%. External demand gave it a boost	468	http://econews.pt/2016/12/01/ine-confirms-gdp-grew-1-6-external-demand-gave-it-a-boost/
138	Standard & Poor's mantém rating e outlook positivo da EDP	202	Standard&Poor's maintains EDP's rating with a positive outlook	180	http://econews.pt/2016/12/01/standardpoors-maintains-edps-rating-with-a-positive-outlook/
139	Taxa de desemprego não cai há três meses. Está nos 10,9% desde julho	226	Unemployment rate hasn't decreased in three months: it's at 10.9% since July	214	http://econews.pt/2016/12/01/unemployment-rate-hasnt-decreased-in-three-months-its-at-10-9-since-july/
140	Saída de Domingues não afeta risco da Caixa, diz S&P	381	Domingues' resignation does not affect CGD's rating, S&P states	399	http://econews.pt/2016/12/01/domingues-resignation-does-not-affect-cgds-rating-sp-states/
141	Paulo Macedo é o escolhido para a CGD	266	Paulo Macedo was chosen as CGD's CEO	311	http://econews.pt/2016/12/04/paulo-macedo-was-chosen-as-cgds-ceo/
142	Governo cria grupo de trabalho para avaliar possibilidade de	328	Portuguese government creates working group to assess the	350	http://econews.pt/2016/12/04/portuguese-government-creates-working-group-to-assess-the-possibility-of-producing-lithium/

	produção de lítio		possibility of producing lithium		
143	Dívida pública recua pela primeira vez em oito meses	307	Public debt decreases for the first time in eight months	290	http://econews.pt/2016/12/04/public-debt-decreases-for-the-first-time-in-eight-months/
144	Governo admite limitar duração dos contratos a prazo	753	Government acknowledges limits on fixed-term contracts	465	http://econews.pt/2016/12/04/government-acknowledges-limits-on-fixed-term-contracts/
145	Passos sobre Itália: “Esta pode ser uma crise mais grave do que as outras”	293	Passos Coelho, former Portuguese prime minister, about Italy: “This crisis may be more serious than the others”	311	http://econews.pt/2016/12/06/passos-coelho-former-portuguese-prime-minister-about-italy-this-crisis-may-be-more-serious-than-the-others/
146	Questão da CGD cria uma “pressão imensa para outros bancos”, avisa Passos Passos Coelho: críticas à CGD não param com Macedo	900	Passos Coelho: CGD “creates great pressure on other banks”	388	http://econews.pt/2016/12/06/passos-coelho-cgd-creates-great-pressure-on-other-banks/
147	Se Passos perder as autárquicas sai? Not yet	306	Will Passos Coelho leave if he loses the municipal elections? Not yet	308	http://econews.pt/2016/12/06/will-passos-coelho-leave-if-he-loses-the-municipal-elections-not-yet/
148	Passos Coelho: Marcelo segue linha de Cavaco	278	Passos Coelho: Marcelo Rebelo de Sousa’s presidency is similar to the previous by Cavaco Silva	421	http://econews.pt/2016/12/06/passos-coelho-marcelo-rebelo-de-sousas-presidency-is-similar-to-the-previous-by-cavaco-silva/
149	Novo Banco: solução até ao Natal vai ser chinesa ou americana	310	Novo Banco: solution to be presented until Christmas will either be Chinese or American	377	http://econews.pt/2016/12/06/novo-banco-solution-to-be-presented-until-christmas-will-either-be-chinese-or-american/
150	Tribunal de Contas: Caixa escapou ao controlo das Finanças entre 2013 e 2015	844	The Portuguese Court of Audit: CGD was not controlled by the Finance department between 2013 and 2015	495	http://econews.pt/2016/12/08/the-portuguese-court-of-audit-cgd-was-not-controlled-by-the-finance-department-between-2013-and-2015/
151	António Costa Silva: “Portugal pode precisar de novo resgate a qualquer momento” Investimentos angolanos: Má vontade na Europa? É mais em Portugal, diz a Partex Partex: Faz sentido explorar gás em Portugal? Sim, absolutamente	2.105	President from Partex Oil and Gas: “Portugal may need a new bailout at any time”	432	http://econews.pt/2016/12/09/president-from-partex-oil-and-gas-portugal-may-need-a-new-bailout-at-any-time/

152	Juros da dívida portuguesa são os que mais caem	302	Portuguese Debt interests dive the most	269	http://econews.pt/2016/12/08/portuguese-debt-interests-dive-the-most/
153	Condóminos podem impedir alojamento local	671	Other tenants can say 'no' to short renting	454	http://econews.pt/2016/12/09/other-tenants-can-say-no-to-short-renting/
154	Horta Osório: "Nova gestão da CGD tem de assegurar que os erros do passado não voltam a repetir-se"	1.155	Horta Osório: "The new CGD administration must assure past mistakes are not repeated"	1.035	http://econews.pt/2016/12/10/horta-osorio-the-new-cgd-administration-must-assure-past-mistakes-are-not-repeated/
155	Subir Lall: "Ainda é cedo para concluir que algo mudou no crescimento"	1.222	Subir Lall: "It's still early to conclude something has changed concerning growth"	1.164	http://econews.pt/2016/12/09/subir-lall-its-still-early-to-conclude-something-has-changed-concerning-growth/
156	Vieira da Silva: Contratação coletiva não pode ser imposta por decreto	380	Government doesn't want collective bargaining through a decree	391	http://econews.pt/2016/12/12/government-doesnt-want-collective-bargaining-through-a-decree/
157	Juros a 10 anos já estiveram resvés 4%	498	Ten-year interests are almost at 4%	438	http://econews.pt/2016/12/12/ten-year-interests-are-almost-at-4/
158	AG do BPI. É hoje que a Unitel assume o controlo do BFA?	871	BPI's General Assembly: will Unitel take control of BFA today?	759	http://econews.pt/2016/12/13/bpis-general-assembly-will-unitel-take-control-of-bfa-today/
159	Portugal é o país onde o emprego mais cresce na União Europeia	301	Portugal is the EU country where employment grew the most	309	http://econews.pt/2016/12/15/portugal-is-the-eu-country-where-employment-grew-the-most/
160	Acionistas do BPI aprovam venda dos 2% do BFA à Unitel	252	BPI's shareholders approve the 2% sale of BFA to Unitel	265	http://econews.pt/2016/12/13/bpis-shareholders-approve-the-2-sale-of-bfa-to-unitel/
161	Favorito à compra do Novo Banco falha garantias	1.024	The favorite for the acquisition of Novo Banco fails assurances	487	http://econews.pt/2016/12/14/the-favorite-for-the-acquisition-of-novo-banco-fails-assurances/
162	Banco de Portugal. Economia dá sinais positivos, mas não chega	1.013	The Bank of Portugal: the economy gives positive signals, but they are not enough	522	http://econews.pt/2016/12/14/the-bank-of-portugal-the-economy-gives-positive-signals-but-they-are-not-enough/
163	Huawei inaugura primeiro centro de inovação em Portugal	268	Huawei has inaugurated the first innovation center in Portugal	275	http://econews.pt/2016/12/15/huawei-has-inaugurated-the-first-innovation-center-in-portugal/
164	Bancos nacionais estão piores que os europeus? Sim	817	Are Portuguese banks worse than the European? Yes.	550	http://econews.pt/2016/12/16/are-portuguese-banks-worse-than-the-european-yes/
165	Portugal com a menor taxa de empregos disponíveis da UE	225	Portugal has the smallest job vacancy rate in the EU	232	http://econews.pt/2016/12/15/portugal-has-the-smallest-job-vacancy-rate-in-the-eu/
166	Quanto paga(va) o Minsheng pelo Novo Banco?	855	How much will (or would) Minsheng pay for Novo Banco?	319	http://econews.pt/2016/12/19/how-much-will-or-would-minsheng-pay-for-novo-banco/

167	Governo adia anúncio de solução para lesados do BES	174	Former BES clients: Portuguese government postpones the announcement of their decision	194	http://econews.pt/2016/12/19/former-bes-clients-portuguese-government-postpones-the-announcement-of-their-decision/
168	PS quer ouvir Domingues e Centeno, mas fora da comissão de inquérito	466	The Socialist Party wants to hear Domingues and Centeno	245	http://econews.pt/2016/12/19/the-socialist-party-wants-to-hear-domingues-and-centeno/
169	Nova série explora alterações climáticas	116	Nova série explora alterações climáticas (Tradução das legendas de EN para PT)	104	https://eco.pt/2016/11/24/nova-serie-explora-alteracoes-climaticas/

Anexo 2 – Seleção de textos para fins de análise

A



Défiçe: “Não devemos olhar para as décimas”

Carlos Moedas, comissário europeu, defende que Portugal não precisa de cortar o défiçe exatamente para 2,5% em 2016, para escapar ao congelamento de fundos estruturais. Já o OE/17 é fundamental.

Carlos Moedas, comissário europeu para a Investigação, Ciência e Inovação, assume que Bruxelas nem sempre gosta do rumo seguido pelos governos, mas garante que o que importa são os resultados. Mesmo que sejam atingidos com o apoio de uma geringonça, porque a estabilidade política é “importantíssima”, seja ela “de esquerda ou de direita”, assegura.

Como avalia a relação da Comissão Europeia com o Governo português?

A Comissão Europeia relaciona-se de maneira igual com todos os governos da União Europeia. Está no ADN da Comissão tratar e relacionar-se com os governos de forma positiva. O que a Comissão quer é que tudo corra bem, que o projeto europeu esteja unido. A relação é muito boa, tem sido sempre muito boa desde o anterior Governo até este. Ninguém na Comissão olha para um país, consoante quem é o partido que está no Governo.

Ou qual é o apoio parlamentar...

Não. Olha-se para tentar ajudar, por um lado, e por outro para ver se cada país respeita as regras. Porque é importante que haja respeito pelas regras, sejam orçamentais ou outras: se a justiça é independente, se respeitamos os valores europeus, a tolerância entre religiões, entre povos. Como com todos os governos da Europa, o que a Comissão quer é dar-se bem com os governos.

A Comissão desconfia do rumo escolhido pelo Governo português?

Não, de todo. A Comissão obviamente tem ideias e comentários técnicos sobre os diferentes rumos. Mas quer é que os países cheguem a bom porto, quer saber dos resultados. Quando Portugal esteve sob o Programa de Ajustamento era diferente,

estava muito mais limitado. Tinha de seguir o caminho exatamente que era estabelecido no memorando da troika. Neste momento, o país saiu desse programa e portanto tem mais liberdade para escolher os caminhos, mas para chegar ao equilíbrio das contas públicas, respeitar o Pacto de Estabilidade. A Comissão não se imiscui nos caminhos. Neste momento, a Comissão pode ter ideias técnicas, dizer que gosta mais ou gosta menos, mas não é isso que vai fazer com que os países mudem o caminho.

Dados os resultados do programa de ajustamento, a Comissão reconhece erros?

É muito cedo para avaliar na sua totalidade os programas de ajustamento. Tem havido grandes exercícios, do FMI e de outras instituições, sobre isso. É importante ver que o país, durante esse programa de ajustamento, saiu de um momento em que não tinha credibilidade internacional para reganhar a credibilidade, baixou o défice — que era mais de 10% em 2009 — para menos de 3%, ou à volta de 3%. Esses esforços foram reconhecidos internacionalmente. Se os caminhos deviam ter sido mais para um lado ou para o outro, são avaliações que só no futuro podem ser feitas. Em muitas das reformas estruturais, no mercado de trabalho e de produto, os resultados só se veem no futuro. Sou obviamente parte do que foi o programa de ajustamento e tenho a minha opinião sobre o que se fez. Mas tenho a humildade de dizer que houve coisas benfeitas e outras mal feitas. Este Governo continua o seu caminho, que é diferente do anterior. O importante é que o país se vá desenvolvendo, que a economia vá crescendo, que a credibilidade esteja sempre lá, que o país se possa financiar e investir mais na educação e nas pessoas. Não é uma questão de partidos políticos, é uma questão de ir resolvendo os problemas do país.

Um país nunca tem um grau de liberdade total, isso não existe. *Carlos Moedas*,
Comissário europeu para a Investigação, Ciência e Inovação

Como é que a Comissão Europeia encontra o equilíbrio entre exigir o cumprimento das regras e ter o tal bom senso na sua aplicação, para não estimular mais populismos?

Esse é o maior perigo que temos pela frente: a subida dos populismos e dos extremismos, em vários países da Europa. São partidos que não estão nos governos, fazem um diagnóstico dos problemas, mas as soluções que dão são erradas: ou são impraticáveis, ou não fazem qualquer sentido. O maior perigo da Europa é ir por um caminho em que as pessoas pensam que a solução são facilidades. Ou em que dizem: “Se não estivéssemos na Europa tudo era melhor”. Ou “se a Europa não nos obrigasse estávamos livres para fazer o que quiséssemos”. Não é verdade, porque quando não estávamos na Europa tínhamos de nos financiar, de pedir dinheiro emprestado e os próprios mercados e instituições internacionais também nos avaliavam. Um país nunca tem um grau de liberdade total, isso não existe. Daí a ideia de que esta Comissão é mais política e não é de tecnocratas.

Isso enfraquece a Comissão?

Não, a Comissão continua a impor as suas regras, mas tem uma atitude também política na sua interpretação. Temos de ter bastante cuidado, num momento em que há tanto extremismo e populismo, para não tomar decisões contraproducentes. É esse equilíbrio que tem de se encontrar. Não quer dizer que não haja regras, as regras têm de ser

cumpridas. Mas há espaço para olhar para o futuro e pensar: será que ao tomar esta decisão vou ser contraproducente para a economia daquele país? Vou criar ainda mais extremismo ou populismos? Há muita gente na Europa que pensa que a Comissão não deveria ser um órgão político, devia ser puramente técnico. Isso é uma visão que não é a nossa nem a do presidente Juncker. É uma visão errada, é dessa visão que as pessoas estão um bocado cansadas, puramente tecnocrática.

Sem estabilidade política não se resolve nada, seja essa estabilidade de esquerda ou de direita. *Carlos Moedas*, Comissário europeu para a Investigação, Ciência e Inovação

A estabilidade política em cada país é um argumento importante no momento de pressionar um país para se conformar às regras comunitárias? Qual é o peso?

A estabilidade política é importantíssima, porque sem estabilidade política não se resolve nada, seja essa estabilidade de esquerda ou de direita. É sempre um fator muito importante nas decisões. Mas não posso dizer quais são exatamente os fatores que são tomados em conta porque são muitos. O importante é ver, em cada regra que temos, até onde podemos ir para tomar depois essas decisões, fazendo um julgamento político que seja bom para o país.

Como é que se explica aos cidadãos portugueses que ainda correm o risco de ver parte dos fundos estruturais congelada?

Tudo faz parte do mesmo processo, não há aqui nada de novo. Quando se constatou que Portugal não tinha feito o esforço estrutural necessário [de corte no défice], a consequência era tanto a sanção, como a suspensão. Só que o timing foi primeiro falar das sanções. E decidiu-se que não deviam ser aplicadas sanções. Num segundo tempo, teria que haver um diálogo com o Parlamento Europeu para olhar para a suspensão dos fundos. Não há nada de novo, são efeitos automáticos do Pacto de Estabilidade.

Não é demasiado tempo? Causa incerteza.

A incerteza nunca é boa, mas temos de respeitar os timings políticos. Na questão dos fundos temos de ter uma opinião do Parlamento e essa opinião é importante. Obviamente que quanto menos tempo melhor, no sentido da incerteza, mas temos de respeitar o processo que é importante. O processo é falar com o Parlamento, ter a opinião do Parlamento e depois tomar uma decisão. Mas como já disse o meu colega Pierre Moscovici, se Portugal continuar a cumprir e se as coisas continuarem a correr dentro daquilo que foi acordado com a Comissão, não vejo que venha a ter problemas.

Não estou aqui a olhar para as décimas. Não é esse o olhar que devemos ter. A questão é saber se Portugal vai conseguir estar realmente abaixo dos 3%. *Carlos Moedas*, Comissário europeu para a Investigação, Ciência e Inovação

Mas a expectativa da Comissão neste momento é que Portugal não cumpra a meta dos 2,5% de défice.

Mas estamos a falar nas expectativas do OE/2017, se vai sair do PDE. Não estou aqui a olhar para as décimas, se é 2,5%, 2,4%, 2,6%, 2,8%. Não é esse o olhar que devemos ter. Para mim a questão é saber se Portugal vai conseguir estar realmente abaixo dos 3%, isso é uma questão importante para o país. Depois qual é o valor...

Ou seja, se não for 2,5% e for 2,6% não há problema.

Não lhe posso responder a essa pergunta, não sou eu que faço essa avaliação. Estou aqui mais num ponto de vista quase pessoal, apesar de representar a Comissão, que é o de pensar o que é que Portugal vai apresentar no OE/2017, que Pierre Moscovici também referiu. Vai continuar realmente nesta curva descendente de reduzir o défice, de cumprir, ou não? E é dentro disso que, no espaço das regras, se pode avaliar. É essa avaliação que vai permitir que a questão da suspensão possa não vir a pôr-se.

Mas o risco de haver suspensão pode refrear os investidores de se candidatar a fundos europeus. Pode prejudicar ainda mais o investimento...

A incerteza nunca é boa para o investimento. Mas pode ser incerteza sobre variadíssimas formas. Neste caso é incerteza sobre decisão. Mas outro tipo de incerteza também não é bom para o investimento. Mas temos de respeitar os processos democráticos, isso é bom para a democracia no seu conjunto.

Se houver uma suspensão dos fundos estruturais, admite um impacto significativo na economia portuguesa?

Não lhe posso responder a essa pergunta. Não estou a trabalhar nesse cenário, porque o meu cenário é o de pensar que não estou de acordo nem com as sanções, nem com a suspensão. Para além disso, o meu colega Pierre Moscovici já confirmou que se tudo continuar a correr bem essa situação nem sequer se põe. Especular sobre a situação seria sempre negativo.

Desde a decisão sobre as sanções, sente-se com mais argumentos para defender a sua posição perante os colegas comissários que pensam de outra forma?

A minha posição entre julho e agora não mudou, nem vai mudar. Porque tem a ver com os sacrifícios que Portugal fez, com o grande esforço que foi feito durante todos aqueles anos. Quantos países na Europa conseguiram reduzir o défice de 10% até 3% — seja o que for: 2,5% ou 3,5%? O esforço é sempre enorme e, nesse sentido, os meus argumentos não mudaram absolutamente nada nestes meses.

Carlos Moedas on the deficit: “Decimals should not be our concern”

The European commissioner Carlos Moedas advocates that Portugal does not need to cut the deficit exactly to 2.5% in 2016 to avoid structural funds blockage.

The European commissioner for Science, Research and Innovation Carlos Moedas, when interviewed by ECO, discloses that Brussels does not always like the paths taken by national governments, but ensures that results are what matters the most – even if they are supported by a *geringonça*^[1], because political stability is “very important” whether it is from “the left or the right”, he assures.

When asked how he sees the European Commission’s relationship with the Portuguese Government, Carlos Moedas answers that the Commission associates equally with all governments and “in a positive manner”, because the EC wants “the European Project to be united”. About the Portuguese Government, the Commissioner adds the relationship “has always been very good”, regardless of what party is in Government or what the parliamentary support is. Carlos Moedas explained that the Commission’s goal is to help the Member States, while assuring “the rules are respected”, being about the budget or any other matter, and that the “European values are respected”.

The Commissioner clarifies that even though “the Commission obviously has ideas and technical comments” about Portugal’s decisions, “the Commission does not get involved”. “When Portugal was under the Adjustment Program, there were many more limitations; Portugal had to follow exactly what was laid by Troika”, Carlos Moedas explained. Being out of the Program, Portugal “has more freedom to choose the best path to bring the accounts back to balance, having in mind the Stability Pact”.

As an answer to the question *How does the European Commission find the balance between demanding compliance with the rules, while still being reasonable*, the commissioner acknowledged the dangers and difficulties of finding that balance: “There are many [extremist and populist] parties that, in spite of not being in Government, diagnose problems and offer solutions, which usually do not make sense or are impractical”.

Moedas points out the Commission is a political body, which does not weaken it: “The Commission still imposes its rules, carefully in order not to make counterproductive decisions that would harm the future of the country’s economy”. When it comes down to pressuring a country on Community rulings, “political stability is very important, because no problem can be solved without it, regardless of it being a right or left stability; however, it is just one of the many aspects to consider.” He adds: “There are many people who think the Commission should be a purely technical body, but that is the wrong perspective, and it is surely not the vision of our President Juncker.”

In order to explain to the Portuguese citizens that they are still at risk of seeing part of the structural funds blocked, the commissioner said “it is all part of the same process”, they are “automatic effects” of the Stability Pact. “When it was determined that Portugal had not made the structural effort needed to cut the deficit, the possible consequences were either penalties or suspension. It was, on the first instance, decided penalties were not to be applied; in a second instance, there would be a dialogue with the European Parliament to discuss fund suspensions”.

Carlos Moedas explained the European Commission does not necessarily expect a 2.5% deficit from Portugal: “Decimals should not be our concern, whether it is 2.5%, 2.4%, 2.6% or 2.8%; I am more concerned over whether or not Portugal will keep the deficit

under the 3% threshold, whether or not it will continue the downward trend in reducing deficit, even if at great effort as seen in previous years”. The commissioner adds “it is within the matter of ruling that such assessment [of the compliance of deficit reduction] can take place, in order to decide if suspension must happen”.

[1] The center-right coalition won the most votes in October’s legislative elections (2015), but lost its overall majority in Parliament; the center-left Socialist Party (PS) took power by starting a parliamentary coalition with the Left Block (BE) and the Communist Party (PCP). This coalition is colloquially known in Portugal as the “*geringonça*”, which can be roughly translated as “the contraption”.

B



DBRS: “Aumentar o investimento público tende a ser bastante eficaz”

Num contexto de crescimento fraco em toda a região da Zona Euro, apostar na procura interna e no investimento público pode ser uma solução. Mas Portugal não pode esquecer a consolidação orçamental.

Fergus McCormick, economista-chefe da DBRS para Portugal, falou com o ECO a 6 de outubro, a oito dias de o Governo apresentar a sua proposta para o Orçamento do Estado para 2017. O analista da única agência de notação financeira que não coloca Portugal na categoria de lixo, reconhece que a principal preocupação é com o crescimento. Contudo, frisa que não quer ver falta de compromisso político para com as metas do Pacto de Estabilidade e Crescimento. A agência revê o *rating* da República a 21 de outubro.

O que não gostaria de ver no OE/2017 português?

Até ao momento, parece que o compromisso com as metas orçamentais se mantém em linha com o previsto. E isto são muito boas notícias. Quanto ao Orçamento que será apresentado a 15 de outubro, esperamos que as autoridades portuguesas mantenham este

compromisso forte com as metas do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Isto é, reduzir o défice orçamental ao longo do tempo. Isto são boas notícias. O que não queremos ver é falta de manutenção do compromisso político para com estes objetivos. É extremamente importante, num ambiente de baixo crescimento, continuar o rumo de ajustamento orçamental.

Esperam medidas de âmbito fiscal?

Sim, para reduzir o défice as autoridades estão a usar tanto o ajustamento do lado da receita, como da despesa. O défice no primeiro semestre caiu devido a uma redução de 0,4% da despesa e um aumento de 0,2% nas receitas. Parte disto acontece sem carga fiscal adicional, parte acontece por causa da melhoria nos salários a que estamos a assistir o que, por consequência, conduz a um aumento de receita fiscal. Quanto ao que esperamos no novo Orçamento, é ainda desconhecido.

Espera ver reformas estruturais? Em que setores o Governo deveria apostar mais?

Até agora, o comportamento das autoridades, das diferentes administrações, desde a crise do euro tem sido muito meritório. As autoridades portuguesas fizeram uma quantidade significativa de ajustamentos, não só orçamentais — refiro-me a ajustamentos através dos salários e outras correções rápidas — mas também alterações estruturais significativas na economia. Penso que esta é uma das razões pelas quais o défice está mais baixo e a economia estabilizou. Sobre o que esperamos para o futuro, não sabemos, mas provavelmente haverá componentes estruturais no programa para o próximo ano. Mas não sabemos.

A fraqueza está mais do lado da atividade económica, é maior a nível de crescimento do que a nível orçamental. *Fergus McCormick*, Economista-chefe da DBRS para Portugal

Está preocupado que o Governo recue em algumas das reformas estruturais? Por exemplo, que aumente novamente o salário mínimo?

Francamente, aprecio certamente toda preocupação com as finanças públicas. Manter finanças públicas disciplinadas, no médio prazo, é importante para a estabilização da dívida e também para continuar a construir a confiança dos investidores. Penso que sob estes dois pontos de vista, a questão é muito importante. Mas argumentaria que a fraqueza está mais do lado da atividade económica, é maior a nível de crescimento do que a nível orçamental, a esta altura do campeonato.

O que pode o Governo fazer para promover o crescimento?

No OE/2016, o crescimento do PIB previsto é de 1,8%. Contudo, na primeira metade do ano, o PIB cresceu apenas 0,9% — exatamente metade do que foi projetado para o ano completo. Um bom ponto de partida para todos os Orçamentos do Estado é ter objetivos realistas para o crescimento e para o saldo orçamental, para o rácio da dívida sobre o

PIB e outras variáveis. Seria um bom ponto de partida, mas não estou em posição de poder dar qualquer conselho. Parte do problema em Portugal é o crescimento ser um resultado não apenas da procura interna, mas também das exportações. A desaceleração da atividade económica em Angola — também no Brasil, Itália ou França, que estão a ter resultados abaixo das expectativas, e outros países na Zona Euro — faz com que uma taxa de crescimento mais elevada seja, neste momento, menos provável. Contudo, apostar na procura interna e aumentar o investimento público tende a ser bastante eficaz para impulsionar a procura doméstica.

É uma boa estratégia o Governo concentrar-se neste momento na procura interna?

Francamente, o contexto externo e a procura externa estão bastante fracos e a perder força. Sabemos que o comércio mundial está a abrandar, que Angola está a atravessar um forte ajustamento e a intenção do Governo, nesta altura, parece ser promover o investimento. Dito isto, há uma desaceleração significativa da atividade económica, por isso não é justo que nos concentremos apenas em Portugal. Estamos a olhar para a região inteira, estamos preocupados com o fraco crescimento em toda a Zona Euro.

Um bom ponto partida para todos os Orçamentos do Estado é ter objetivos realistas.
Fergus McCormick, Economista-chefe da DBRS para Portugal

Então, tendo em conta que o problema é regional, é uma boa estratégia para o Governo português apostar na procura doméstica?

Respondo a essa questão em dois patamares. Primeiro, trata-se de saber que medidas podem ser introduzidas no curto prazo para promover a procura interna e o investimento. Segundo, saber que medidas estruturais podem aumentar o PIB potencial ou o crescimento total da economia. No que toca ao primeiro ponto de vista, sabemos que os salários aumentaram muito ligeiramente neste ano, em 0,3%, até ao segundo trimestre de 2016. E o mesmo para a taxa de produtividade, que aumentou 0,3%. Mas os custos unitários totais do trabalho cresceram zero. Houve um aumento muito limitado de custos laborais e isto está a ajudar a promover a competitividade da economia portuguesa.

E o consumo das famílias?

Também é muito encorajador que até ao segundo trimestre tenha crescido 7%, enquanto o rendimento disponível aumentou 7,3%, tendo como referência a média dos últimos quatro trimestres. Em termos globais, o consumo parece bastante saudável, mas a produtividade global da economia está a estagnar. A questão é saber o que pode o Governo fazer, em linha com a Comissão Europeia e os seus parceiros europeus, para impulsionar o crescimento da produtividade. É uma questão muito complicada, mas há duas formas simples de o fazer: uma é trabalhar mais tempo, outra é aumentar a dimensão da força de trabalho. Atrair mais imigrantes para Portugal seria uma medida muito inteligente.

DBRS: “An increase in public investment tends to be very efficient”

Within the context of weak economic growth in the Euro Area, a possible solution could be to commit to domestic demand and public investment. Yet, Portugal must keep fiscal consolidation in mind.

Fergus McCormick, chief economist of DBRS in Portugal, spoke to ECO on October 6th, eight days before the government’s submission of the 2017 State Budget draft. Being an analyst for the only rating agency keeping Portugal eligible for ECB’s purchase programme, he acknowledges the main concern is growth. However, McCormick stresses he does not want to see a lack of political commitment to the goals of the Stability and Growth Pact. The agency is due to review Portugal’s rating on October 21st.

In the beginning of the interview, when asked about *what he would not like to see on the Portuguese 2017 State Budget*, Fergus McCormick saluted Portugal’s “commitment to the fiscal target”, saying it is “very good news” and added that “in terms of the Budget that is going to be introduced, we [DBRS] expect the Portuguese authorities to continue this firm commitment to the Stability and Growth Pact target to reduce their fiscal deficit over time, but we would not want to see a lack of continued political commitment to these targets”. McCormick stressed, given the low growth environment, the importance “for Portugal to continue on this fiscal adjustment track”.

Regarding taxation measures, McCormick pointed that in order to reduce the deficit, the authorities have relied on “revenue and expenditure adjustments”; the decrease in the deficit in the first half of the year (“0.4% reduction in expenditure and 0.2% increase on revenue”) and the increase in tax revenues was caused “without additional taxation, or simply by improving salaries”.

When ECO asked *if structural reforms are expected*, McCormick stated the fiscal adjustments (“adjustments to wages and other quick fixes”) and significant structural changes in the economy made by the Portuguese authorities have been “commendable”, adding that DBRS doesn’t “know what to expect ahead at this point in time – most likely there will be structural components to the Programme for next year”.

McCormick clarified: “Maintaining discipline of the finances through the medium term is important for debt stabilization”, and also to “continue to build our investors’ confidence”. To promote economic growth, the Portuguese Government, like all governments, should present a State Budget which has, “[as a starting point,] realistic targets for growth and for the primary balance, for debt to GDP and other variables the government works with”.

“The weakness is more on the economic activity side and less on the fiscal side”; since economic growth is “not only a function of domestic demand but also on exports”, the deceleration of the economic activity in Angola, Brazil, and countries in the Eurozone such as Italy and France are “making a faster growth rate less likely in this point in time”. This makes it unfair for DBRS to concentrate only on Portugal: “We are looking at all Eurozone”.

In order to understand whether or not Portugal can look at domestic demand as a good strategy, McCormick says he needs to answer considering two main points:

- Firstly, it must be understood “what measures can be introduced in the short term to crop up consumption and investment”, considering “salaries and productivity rates grew very slightly” but “the overall unit labor costs grew 0%” which helps “the competitiveness of the Portuguese economy”.
- Secondly, it is necessary to see “what structural economic reforms can be introduced to try to raise potential GDP or the growth of the economy as whole”. Disposable income of households grew by 7%, so “consumption is looking fairly healthy, but the overall productivity growth rate of the Portuguese economy is stagnating”. Fergus McCormick poses the question: “What can be done to increase productivity growth?”, and gives two possible solutions to this “complicated question”: working longer hours, or increasing the size of the workforce, pointing out it would be wise if “the government attempted to attract more immigrants to Portugal”.

C



Chineses querem aumento de capital superior a 500 milhões no Novo Banco

Banco de Portugal recebeu proposta da China Minsheng de aquisição da maioria no banco português. Chineses querem aumento de capital superior a 500 milhões.

O China Minsheng apresentou ao Banco de Portugal uma proposta de compra da maioria do capital do Novo Banco através de um aumento de capital, revelou o Público. E o ECO sabe que os chineses estão disponíveis para realizar um reforço de capital superior a 500 milhões de euros. O supervisor, que gere o Novo Banco — liderado por António Ramalho — aguarda ainda novas propostas até ao final do mês.

Já ao final da noite, o DN antecipou declarações do primeiro-ministro António Costa que, em entrevista, confirmou a existência de uma quinta oferta pelo Novo Banco, em moldes diferentes das propostas que já estão em cima da mesa.

A opção de a maioria do capital do banco português ser comprado por chineses é o ‘plano B’ para o Banco de Portugal, que admite a dispersão do capital em bolsa. A oferta chinesa, acrescenta o Público, não é vinculativa e surge “no âmbito de uma solução de mercado”: os chineses do Minsheng admitem comprar mais de 50% do capital do Novo Banco com a dispersão das restantes ações em bolsa e aumento de capital

A proposta dos chineses será agora avaliada pelo Fundo de Resolução, que lidera o negócio, e que já injetou 4900 milhões de euros, dos quais 3900 milhões foram financiados pelo Estado. Além dos chineses do Minsheng estarão na corrida para o concurso público de alienação do Novo Banco o BCP, o BPI, e três fundos de *private equity*.

As metas iniciais para o fecho do dossiê, cuja equipa de trabalho é liderada por Sérgio Monteiro, têm vindo a ser quebradas sucessivamente. O prazo limite para conclusão do processo é agosto de 2017, altura em que o Fundo de Resolução, o vendedor, terá de sair do Novo Banco.

The Chinese want an increase of capital higher than 500 million in Portuguese Novo Banco

The Bank of Portugal received a formal proposal from the China Minsheng Bank for the acquisition of the majority of the Portuguese bank - more than 500 million in capital.

China Minsheng presented to the Bank of Portugal an offer to buy the majority of *Novo Banco*’s capital through an increase in capital, discloses Portuguese newspaper *Público*. And *ECO* knows the Chinese are willing to increase capital by more than 500 million euros. The Bank of Portugal, supervisor of *Novo Banco* – which is headed by António Ramalho – awaits new offers until the end of the month.

By the end of last night, the Portuguese newspaper *DN* brought forward statements from an interview to Portuguese prime-minister António Costa that confirm a fifth offer for *Novo Banco*, with different terms than the proposals already being discussed.

Admitting the dispersion of stock exchange capital, the Bank of Portugal considers this option a ‘plan B’. Newspaper *Público* adds the Chinese proposal is not binding and that it comes “within a solution for the market”: Minsheng acknowledges buying more than 50% of *Novo Banco*’s capital while having the remaining stocks listed and increasing capital.

The offer made by the Chinese will now be assessed by the Resolution Fund — who leads the sale and has already made a 4,900 million euros injection, 3,900 million of it being from the state. Besides Minsheng, Portuguese banks *BCP* and *BPI* as well as three private equity funds are applying to the open procedure for the conveyance of *Novo Banco*.

The initial goals for the closing of the dossier, with Sérgio Monteiro leading the working team, have repeatedly failed to be successful. The deadline for the dossier is August of 2017, when the Resolution Fund, the seller, must abandon *Novo Banco*.

D



Seis bocas de Schäuble sobre Portugal

O ministro das Finanças alemão não hesita em criticar, avisar, sugerir, comentar, as opções de Portugal. Muitas vezes, ou quase sempre, as declarações são polémicas.

O ministro das Finanças alemão, Wolfgang Schäuble, deixou esta quarta-feira recados ao Governo português. Disse que tudo corria bem... até António Costa ter tomado posse. Mas esta não foi a única boca que o governante mais ortodoxo do euro deixou ao país. Aqui ficam outras.

“Portugal foi muito bem-sucedido até ao novo Governo.”

É a mais recente declaração de Wolfgang Schäuble que visa diretamente as escolhas do Governo de António Costa. Esta quarta-feira, o ministro das Finanças alemão disse que o país ia no bom caminho até o Executivo PS chegado ao poder e ter declarado que “não iria respeitar aquilo que tinha sido acordado pelo Governo anterior”.

Portugal vai pedir “um novo programa e vai tê-lo”. Reformulando: “Portugal não quer um novo programa e não vai precisar dele, se cumprir as regras europeias que obrigam à consolidação orçamental e à redução do défice.”

Estávamos a 29 de junho e durante alguns minutos pensou-se em Portugal que aquele seria um novo verão quente. A Bloomberg publicou uma declaração do ministro alemão dando conta de que o Governo português iria pedir, e ter, um novo programa de resgate. Mas, minutos depois, publicou novas declarações em que o ministro alemão recuava.

“Deseja-se incentivar e evitar incentivos erróneos para que os países atuem e façam o que têm de fazer.”

A declaração é de 12 de julho, altura em que a Comissão avaliava se devia sancionar os governos português e espanhol por não terem tomado medidas eficazes para cumprir a meta do défice em 2015. Schäuble destacou-se por pedir repetidamente o cumprimento das regras comunitárias, numa linha ortodoxa de interpretação do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Contudo, mais tarde, na reunião que decidiu cancelar as sanções, terá sido uma [peça chave para o resultado](#), escreveu o Politico.

“Portugal deve dar ouvidos aos avisos da União Europeia no que diz respeito a políticas públicas”

7 de março, à entrada de um Eurogrupo. Schäuble voltou a pedir ao Governo português que seguisse o caminho de políticas públicas defendido por Bruxelas. Nesta fase, discutia-se em Portugal o Orçamento do Estado para 2016, depois de uma acesa troca de impressões com as autoridades comunitárias sobre esforço de ajustamento orçamental.

“Portugal tem de fazer tudo o que for possível para lidar com a incerteza nos mercados.”

Foi uma consideração à margem da reunião dos ministros das Finanças da União Europeia (Ecofin), citada pela Bloomberg, a 12 de fevereiro. Schäuble avisou que vários ministros expressaram “grande preocupação” com a subida dos juros de Portugal nos mercados e frisou que o país ainda não goza de grande “resiliência”.

“Os mercados já estão a ficar nervosos.”

Um dia antes, a 11 de fevereiro, Schäuble tinha deixado já um aviso. Os mercados estavam nervosos com o rumo do Governo de António Costa, garantiu. “Estamos atentos aos mercados financeiros e, como acabei de dizer, acho que Portugal deve prestar muita atenção ao que se passa e não continuar a perturbar os mercados”, sublinhou. Em causa estavam medidas do Governo PS que recuavam face às que tinham sido implementadas por Passos Coelho.

Schäuble's six killing statements about Portugal

The German minister of Finance does not hesitate to criticize, warn, suggest or comment Portugal's choices. Many times, or most of the time, his statements are somewhat controversial.

The German minister of Finance, Wolfgang Schäuble, left some messages to the Portuguese government this Wednesday. He said everything was going well... until António Costa took office. But this was not the only negative criticism the most orthodox governor in the EU made about Portugal. Here are the others.

“Portugal has been very successful until the formation of the new government.”

This would be Schäuble’s most recent statement, which directly speaks of the choices made by the government led by the prime minister António Costa. This Wednesday, the German minister of Finance stated the country was heading the right way until the Portuguese Socialist Party (*PS*) took office and declared they “would not comply with what the previous government set for”.

Portugal will ask for “a new programme and will get it”. In other words: “Portugal does not want a new programme and will not need it, if the European rulings concerning fiscal consolidation and deficit reduction are applied.”

It was 29 June and for a few minutes it was thought Portugal would live a new [‘hot summer’ – a period of political tension after the Carnation Revolution in 1975](#). Bloomberg brought forward a statement in which the German minister said the Portuguese government would request, and get, a new bailout programme. Yet a few minutes after this, in new statements, the minister stepped back.

“The desire is to encourage and avoid erroneous incentives so countries can take action and do what must be done.”

This is a statement made in 12 July, when the Commission evaluated whether or not the Portuguese and Spanish governments should be sanctioned for not having taken effective steps to comply with the 2015 deficit goals. Schäuble stood out for having repeatedly asked for the abidance of European rulings, with a very orthodox interpretation of the Stability and Growth Pact. However, later on, in the meeting in which sanctions were cancelled, he is said to have been a key element in that [outcome](#).

“Portugal should listen to the warnings made by the European Union when it comes to respecting public policies.”

In March 7, entering a Euro Group, Schäuble once again asked the Portuguese government to follow the public policies defended by Brussels. At this point, Portugal was discussing the 2016 State Budget, after a heated debate with the Community authority about the efforts made in fiscal adjustment.

“Portugal must do everything in their power to deal with markets’ uncertainty.”

This was a statement made at the sidelines of a meeting of the European Union’s Council of Economic and Finance ministers (*Ecofin*), quoted by *Bloomberg* in February 12. Schäuble gave the warning that several ministers have expressed “major concerns” about the increase in Portuguese interests in the markets and emphasized the country is not yet very “resilient”.

“The markets are getting nervous.”

On the day before, 11 February, Schäuble had already left a warning. He assured the markets were nervous about the path chosen by the government led by António Costa. “We are aware of what financial markets think and, as I have just stated, I believe Portugal should pay close attention to what is happening and should not continue to upset the markets”, he stressed. In question were the measures the PS government is not complying with and that were implemented by the former Portuguese prime minister Passos Coelho.

E



ATM: Valor da OPA ao BPI deveria ser de 3,15 euros

A associação de pequenos investidores fez as contas à oferta do CaixaBank. Diz que o preço justo da OPA é muito superior aos 1,134 euros.

O CaixaBank oferece 1,134 euros por cada ação do BPI. É um valor que a ATM, a associação dos pequenos investidores, considera baixo, especialmente depois da transferência de controlo do BFA para a Santoro. O preço justo? 3,15 euros, mas por pouco mais de dois euros já não haveria problemas.

Octávio Viana, o presidente da ATM, explica que na base da discórdia relativamente ao valor da contrapartida está o BFA. “Estamos numa terceira OPA, desta vez obrigatória, que resulta da desblindagem dos estatutos. Essa desblindagem só foi possível por causa da Santoro, de Isabel dos Santos. E é possível fazer ligação entre a venda de 2% do BFA e a desblindagem”.

“A Unitel comprou 2% do BFA. Comprou o controlo do BFA. O BPI reclamou o prémio nos 2% mas não sobre os restantes. Os acionistas do BPI ficaram privados desse prémio de controlo. Se distribuirmos esse valor, conseguimos chegar a um valor ligeiramente superior ao da OPA, mas isto sem controlo”, referiu num encontro com jornalistas em Lisboa.

Aquilo que o BPI “tinha antes e tem agora... há uma diferença de 600 milhões de euros. São mais 2,12 euros por ação. Chegamos assim a um valor justo da OPA de 3,15 euros. É elevado. É um esforço financeiro para o CaixaBank, mas o próprio BPI há um ano avaliava os títulos em 2,26 euros”.

É neste sentido que a ATM solicita a intervenção do regulador através da nomeação de um auditor independente. “Se houve auditor independente, a probabilidade de estipular os 3,15 euros... não vejo forma de um auditor se afastar muito deste valor”, diz Octávio Viana. Mas “os 2,26 euros poderiam evitar processos judiciais”.

“Se não houver um auditor independente, partimos para a litigância. E isso demora. E o BCE atuará. Quem perde é o CaixaBank, o BPI e os seus investidores... Vai retirar valor a todos”, sublinha, acrescentando que o regulador está ciente disso.

“Falámos com o regulador. Está ciente disto. Concorde que a resolução do problema tem de passar por um acordo alargado entre todos os acionistas. Isto significa que terá de haver uma subida da contrapartida que agrade aos minoritários e que não ponha em causa do CaixaBank”, remata.

Não vejo conflito de interesses. A Dr. Gabriela é uma pessoa com grande retidão que consegue distanciar-se. *Octávio Viana*, presidente da ATM

Octávio Viana também reagiu à notícia avançada pelo ECO este final de semana que dava conta que [Gabriela Figueiredo Dias](#), a nova presidente da CMVM, pediu escusa em relação a decisões do regulador sobre o BPI.

A justificação é simples. O pai, Jorge de Figueiredo Dias, é vogal do Conselho Fiscal do banco liderado por Fernando Ulrich, o que deixa a nova presidente da CMVM pouco confortável quando o assunto em causa está relacionado com vida do BPI.

O presidente da ATM disse que a sua associação reuniu-se com Gabriela Figueiredo Dias e que não vê qualquer incompatibilidade. “Não vejo conflito de interesses. A Dr. Gabriela é uma pessoa com grande retidão que consegue distanciar-se. (...) Que tome a iniciativa de se afastar, é uma decisão dela”, afirmou Octávio Viana.

“Confiamos na CMVM. Se há entidade que tem técnicos responsáveis é a CMVM”, rematou Viana.

As ações do BPI seguem esta manhã a negociar em alta de 0,27% para os 1,133 euros.

ATM: BPI's takeover bid should be 3.15 euros

The Association of Investors and Technical Analysts ATM has taken into consideration the offer made by CaixaBank. They say the fair price for the takeover bid surpasses 1.134 euros.

CaixaBank has offered 1.134 euros for each share held by *BPI*. The retail investors' association *ATM* considers this to be a low offer, especially because the Angolan bank *BFA*'s control was given over to *Santoro*, the Angolan company based in Lisbon.

The control of *BFA*, in *ATM*'s perspective, has a higher value than the one implied in the offer. The President of the Board of Directors of *ATM* Octávio Viana points to a difference of 600 million euros, adding: "It means 2.12 euros more per share. We reach a fair takeover bid value of 3.15 euros. It is significant. It is a financial effort for CaixaBank, but the *BPI* itself has been for a year evaluating the securities at 2.26 euros".

This is why the *ATM* requested the intervention of the regulator *CMVM* (Portuguese Securities Market Commission) through the nomination of an independent auditor. "If there is an independent auditor, the probability of setting forward 3.15 euros... I do not see any reason an auditor should move further away from that value", says Octávio Viana. But "the 2.26 euros could avoid legal proceedings".

"If there is no independent auditor, we set out for litigation. And that takes time. ECB will become involved. It is worse for CaixaBank, *BPI* and its investors... It will withdraw value from everyone", he emphasizes, adding the regulator is aware of that and "agrees the solving of the problem has to come down to a broad agreement among shareholders. This means there will have to be a rise in *quid pro quos* that please minority shareholders and do not question CaixaBank".

Octávio Viana reacted to the news delivered by *ECO* that stated *CMVM*'s new president Gabriela Figueiredo Dias asked to be excused from the decisions of *BPI*'s regulator. He stated that in his meeting with the president he sees no incompatibility between the fact her father, Jorge de Figueiredo Dias, is a member of the Supervisory Board of *BPI*, the bank headed Fernando Ulrich, and her righteousness and ability to distance herself, adding "If she decides to excuse herself, it will be entirely her decision".

BPI's shares rise this morning at 0.27% to 1.133 euros.

F



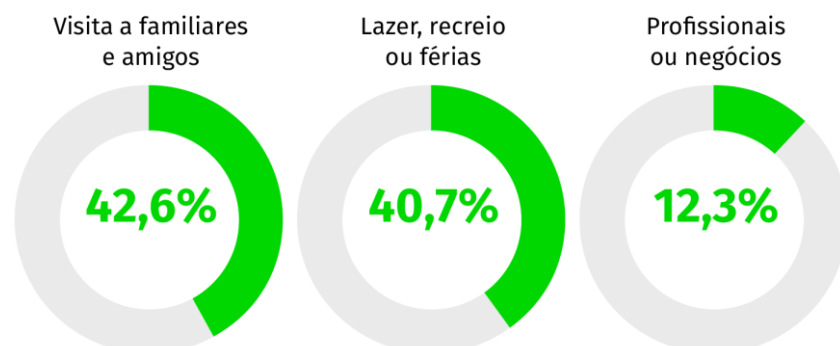
Viajou-se mais para fora e menos cá dentro

O INE divulgou os dados sobre as deslocações no segundo trimestre do ano. Os portugueses viajaram menos, mas preferiram o estrangeiro.

Os portugueses viajaram menos no segundo trimestre deste ano, mas os destinos estrangeiros foram os mais escolhidos. As viagens domésticas registaram uma descida

de 1,4% em relação ao período homólogo de 2015, mantendo-se ainda assim a primeira posição nas preferências, perfazendo 89,3% das 4,27 milhões de deslocações registadas.

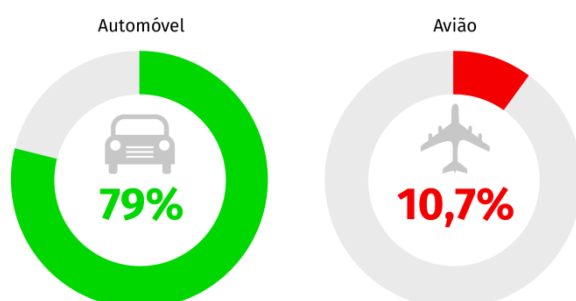
Menos visitas a familiares, mais férias e negócios



Fonte: INE (Valores em percentagem)

As visitas a familiares e amigos continuam a ser o principal motivo pelo qual os residentes se deslocam, seguindo-se o lazer ou as férias e razões profissionais e de negócios. Contudo, ao dividirmos por deslocações internas e externas, notamos que os portugueses viajam mais para o estrangeiro em lazer ou férias (51,5%), depois por motivos profissionais (28,8%) e por fim para visitar familiares e amigos (18,2%).

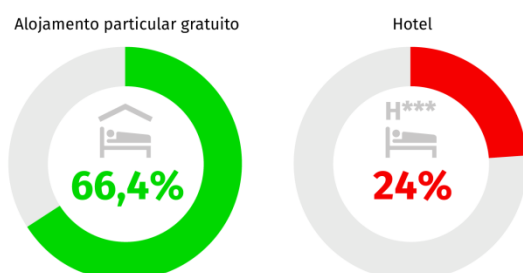
Automóvel ou avião?



Fonte: INE (Valores em percentagem)

A escolha de transporte recaiu maioritariamente sobre o automóvel, com uma utilização de 79% – 3,4 milhões de deslocações. O avião, utilizado com mais expressão nas viagens para o exterior, ocupa o segundo lugar com 10,7%.

Hotel ou casa própria?



Fonte: INE (Valores em percentagem)

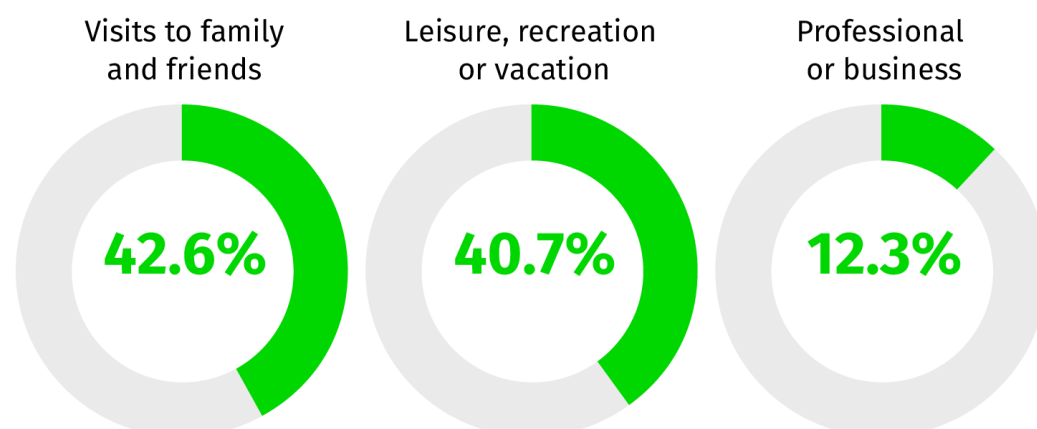
Os portugueses continuam a preferir uma segunda residência ou a de conhecidos ou familiares quando se deslocam. O alojamento particular gratuito ocupa o primeiro lugar na escolha da estadia, com 66,4% (mais 5% do que no período homólogo), com os hotéis e similares a seguirem-se, mas com uma queda de 6,1%.

The Portuguese have travelled more abroad and less inside the country

Statistics Portugal (INE) has revealed data about travels in the second trimester of 2016. The Portuguese have travelled less, but prefer foreign countries.

The Portuguese have traveled less in the second trimester of this year, but foreign destinations have been preferred. Domestic travels have decreased 1.4% compared to the same period of 2015, still maintaining its position as the favorite, making 89.3% of the 4.27 million registered travels.

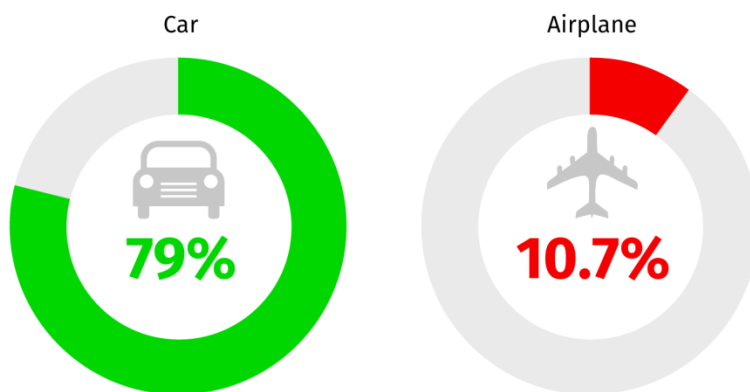
Fewer visits to family members, more vacation and business trips



Source: INE (percentage values)

Visits to family and friends are still the main reason why Portuguese residents travel, followed by leisure or vacations and then for professional and business reasons. However, when we distinguish between internal and external dislocations, we can see the Portuguese travel more abroad when in leisure or vacation (51.5%), then for professional reasons (28.8%) and finally to visit friends and family (18.2%).

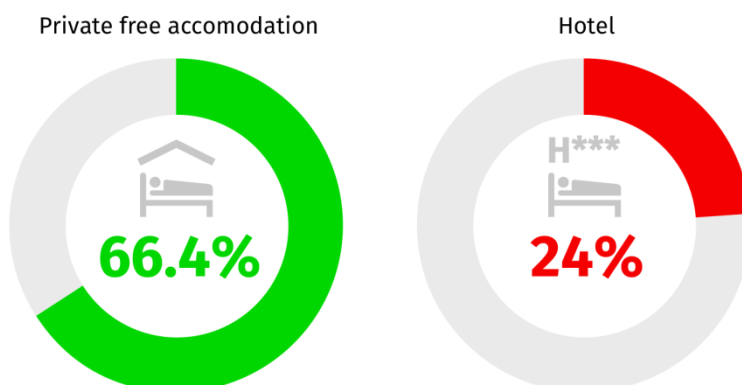
Car or airplane?



Source: INE (percentage values)

The most chosen means of transportation has mainly been the automobile – 79%, meaning 3.4 million dislocations. The airplane, more often used in trips to foreign countries, comes in second at 10.7%.

Hotel or private accommodation?



Source: INE (percentage values)

The Portuguese still prefer a second accommodation or family and friend's houses when travelling. Private free accommodation is the number one staying choice, at 66.4% (5% more when compared to the homologous period), with hotels and similar types of accommodation coming in second, but dropping 6.1%.

G



PSD organiza corrida entre burro e Ferrari

O PSD/Lisboa recupera a iniciativa de António Costa, em 1993, para criticar as obras promovidas por Medina e o impacto que estas têm no trânsito da capital.

O PSD vai recriar na sexta-feira em Lisboa a corrida entre um burro e um Ferrari que o atual primeiro-ministro e ex-presidente da Câmara da capital, António Costa, organizou em 1993 numa campanha para as eleições autárquicas.

“Hoje, quando, mais do que nunca, os lisboetas veem ser diariamente posta à prova a sua mobilidade, senão mesmo a sua capacidade para saltarem obstáculos, o PSD Lisboa entende que é chegado o momento de regressar às origens e homenagear o “costismo” e os seus seguidores com a 2.ª Corrida entre um burro e um Ferrari”, refere o partido, num comunicado hoje divulgado.

A partida desta corrida está marcada para as 08:45 na Rua Professor António Flores, junto à Faculdade de Direito de Lisboa, na Cidade Universitária, e terá chegada na Praça Duque de Saldanha, com “meta instalada” junto ao edifício do Monumental.

“Assim, o caos provocado pelas obras de fachada que infernizam o trânsito no centro da capital deixe avançar os dois contendores para uma competição que se quer justa”, lê-se no comunicado.

A primeira corrida entre um burro e um Ferrari decorreu em 1993 na Calçada de Carriche e foi organizada por António Costa no âmbito da sua candidatura à Câmara Municipal de Loures.



António Costa – corrida burro e Ferrari *António Cotrim/Lusa*

O PSD Lisboa recorda que, “nas palavras do próprio organizador, o evento saldou-se como ‘uma das mais enriquecedoras experiências políticas’ que viveu”.

“O traçado escolhido para a prova privilegia o eixo central da cidade, embora as obras estejam por toda a capital, em simultâneo, com reflexos diretos no trânsito que nunca esteve tão mal”, refere a concelhia lisboeta do PSD, acrescentando que “as obras sirvam para melhorar a mobilidade dos lisboetas é outra questão a merecer resposta seguramente negativa”.

De acordo com a aplicação ‘mapas’, do motor de busca Google, uma viagem de carro entre a Rua Professor António Flores e a Praça Duque de Saldanha, com cerca de três quilómetros, demora cerca de onze minutos a ser feita. A mesma distância demora cerca de 35 minutos a ser percorrida a pé.

A aplicação não permite saber-se quanto tempo demora a ser feita de burro.

The PSD organizes a second race between a donkey and a Ferrari

The PSD/Lisbon revives António Costa’s action, in 1993, taken to criticize the constructions promoted by Fernando Medina, current mayor in Lisbon, and their impact on traffic in the capital.

The Portuguese Social Democratic Party (PSD) will recreate this Friday in Lisbon the race between a donkey and a Ferrari that the current prime-minister and former mayor of the municipality of Lisbon, organized in 1993 in a campaign for the municipal elections.



“More than 20 years ago while running for mayor in the municipality of Loures north of Lisbon he famously drew attention to commuter problems by staging a race between a red Ferrari and a donkey in busy streets. The donkey won, but Costa lost the election. He repeated a similar stunt 10 years later in central Lisbon, pitting a Porsche against a taxi, the Metro and a bicycle. Costa rode the Metro and it was a tossup whether he or the cyclist won — but Costa certainly made his point about public transport” <http://portuguese-american-journal.com/what-next-portuguese-facing-another-general-election-portugal/AntónioCotrim/Lusa>

The PSD Lisbon recalls that, “in the words of the organizer himself, the event was ‘one of the most enriching political experiences’ he ever lived”.

"Today, when, more than ever, Lisbon residents have, on a daily basis, their mobility put to the test, if not even their ability to jump over hurdles, the PSD/Lisbon understands the time has come to go back to and honor the ‘Costa-ism’ and his

supporters with the second race between a donkey and a Ferrari. This way, the chaos caused by the constructions and that turn driving inside the capital into a living hell will receive two contenders for a more than fair competition.”

PSD’s press release brought forward today.

The race will start at 08:45 at Rua Professor António Flores, near Lisbon’s Law Faculty, and will arrive at Praça Duque de Saldanha, with the finishing line near the emblematic Monumental building.

“The chosen route for the race favors the city’s central axis, even though construction works are happening throughout Lisbon simultaneously, with direct consequences for traffic that has never been worse”, states the PSD’s city council, denying “these constructions have served to improve the mobility of Lisbon residents”.

According to *Google Maps*, the car trip from Rua Professor António Flores and Praça Duque de Saldanha, of around three kilometers (1.86 miles), lasts around eleven minutes to be completed. The same route takes around 35 minutes when walking.

However, the service does not reveal how long the route takes when covered by donkey.

H



As leis do alfaiate Costa são à medida da banca

Foram leis feitas ao milímetro. António Costa tem sido um primeiro-ministro alfaiate. Com que linhas está este Governo a coser a realidade? O ECO descodifica.

Tiradas as medidas à realidade, António Costa coseu as leis de forma a garantir uma prova perfeita do cliente. CGD, BPI, BCP: são alguns dos fatos à medida que o primeiro-ministro fez para abotoar as necessidades. Estas leis têm sido alvo de alfinetadas da oposição, com recentes dúvidas de inconstitucionalidade. **O ECO explica-lhe as leis que o ateliê do Governo executou durante o primeiro ano de mandato.**

CGD: a alteração que passou ao lado

A 28 de julho, um decreto-lei do Governo (n.º 39/2016) passou despercebido, mas foi agora ressuscitado. O que dizia? **Uma mudança simples, mas com consequências vastas: “Quem seja designado para órgão de administração de instituições de crédito integradas no setor empresarial do Estado”, ou seja, para a Caixa Geral de Depósitos, não é afetado pelo Estatuto do Gestor Público.**

Uma das consequências desta exceção é a isenção do dever de entrega da declaração de património junto do Tribunal Constitucional. O tema está na ordem do dia com a oposição a dizer que a lei é inconstitucional. **Pode vir aí uma [fiscalização sucessiva](#) do documento acionada pelo PSD no Parlamento, principalmente se António Domingues for intransigente no envio dessas informações.** PCP e BE concordam com a entrega, mas António Costa empurrou o assunto para o próprio Tribunal Constitucional, invocando a “separação de poderes”.

O Ministério das Finanças justifica este decreto-lei com um texto introdutório onde as instituições de crédito já têm uma supervisão direta “exigente” feita pelo Banco Central Europeu. Para o Executivo, **as regras aplicadas “sobrepõem-se largamente, ou mesmo ultrapassam, os limites estabelecidos à organização, ao funcionamento e à atividade das entidades públicas, incluindo as integradas no setor empresarial do Estado, e aos titulares dos respetivos órgãos”.**

Invocando “o objetivo de maior competitividade das instituições de crédito públicas”, Mário Centeno diz ajustar o estatuto dos titulares dos órgãos de administração “sem perda de efetividade do controlo exercido sobre os respetivos administradores”. Isso não se perde porque, diz o decreto-lei, essa preocupação encontra-se “acautelada pela regulação hoje aplicável a qualquer instituição de crédito”.

Esta alteração — aliada à não limitação dos salários — terão sido condições essenciais para [António Domingues](#) ter aceite o cargo de presidente da Caixa Geral de Depósitos. O Governo abriu espaço para que as declarações não fossem entregues (a não ser à comissão de remunerações e vencimentos do banco público), mas pode agora ter resistência da oposição. Contudo, uma fiscalização sucessiva do diploma demoraria meses.

O argumento dos sociais-democratas diz que esta decisão do Governo não anula o decreto-lei 133/2013. No artigo 21º relativo ao gestor público refere que o Estatuto do Gestor Público aplica-se a todos os titulares de órgãos de administração de empresas públicas.

"Só podem ser admitidos a prestar funções como titulares de órgãos de administração de empresas públicas pessoas singulares com comprovada idoneidade, mérito profissional, competência e experiência, bem como sentido de interesse público, sendo-lhes aplicável o disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de março."

Decreto-lei 133/2013

Houve, no entanto, **uma situação em que o braço-de-ferro com Marcelo Rebelo de Sousa fez valer a vontade do Presidente da República**. Foi o caso dos oito administradores não executivos que foram chumbados pelo BCE por causa de uma lei portuguesa: os gestores em causa excediam o limite ao número de funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades. Entre os reprovados, estavam, por exemplo, Leonor Beleza, presidente da Fundação Champalimaud, e Carlos Tavares, presidente do grupo PSA Peugeot Citroën.

No quente mês de agosto, **Marcelo rejeitou uma mudança ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras anunciada pelo Ministério das Finanças para resolver o impasse na constituição do Conselho de Administração da CGD**. A palavra do Presidente da República foi, neste caso, a última, metendo o ponto final nesta polémica.

OE/2017: Mudança no código do IRC

As leis à medida para a banca e, em específico para a Caixa Geral de Depósitos, não se esgotam nos casos mais conhecidos. **Há um pormenor no Orçamento do Estado para 2017 que vai fazer toda a diferença nas contas do banco público.**

O que vai mudar? O código do IRC. Para quê? Para permitir que o setor bancário possa deduzir como custo fiscal os juros com instrumentos de capital próprio emitidos para cumprir as regras europeias.

Quem vai beneficiar? Todos os bancos, é certo, que usem essa dedução, mas em específico a CGD: o banco público vai emitir mil milhões em obrigações de “elevada subordinação”. Com esta nova regra poderá conseguir uma poupança de mais de 20% com os encargos.

Em causa estão instrumentos que não são considerados passivo, mas sim capital próprio. Esta é uma das formas de absorver prejuízos e recapitalizar sem prejudicar os rácios dos bancos.

Os juros a serem pagos pelos bancos aos credores vão ser aceites como um custo para efeitos fiscais. **O que isto significa é que os juros pagos por estes títulos vão abater ao lucro tributável, o que se vai traduzir numa poupança considerável. A taxa a que a CGD deverá colocar esses títulos rondará os 10%, o que representará um custo anual em torno dos 100 milhões de euros.**

Além dessa alteração, o **Governo prevê, na proposta do OE/2017, que os rendimentos dos investidores estrangeiros que financiam estas obrigações fiquem isentos do pagamento de imposto. Em causa estão os juros pagos pelos bancos que, assim, não vão ser tributados.** Com a dúvida sobre que investidores estariam interessados nas obrigações de “elevada subordinação” da CGD no ar, esta parece ser a resposta de Mário Centeno.

Desblindagem: o triângulo amoroso entre Isabel dos Santos, CaixaBank e BPI

O impasse entre Isabel dos Santos e o CaixaBank na gestão do BPI deu origem a uma das primeiras alianças entre Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa. **O Presidente da República e o primeiro-ministro acordaram uma solução rápida que se**

traduziu numa alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF).

A 18 de abril era promulgado um decreto-lei feito à medida dos espanhóis do CaixaBank e, de certa forma, contra Isabel dos Santos. **A alteração feita prevê que os acionistas possam reavaliar os limites de direito de voto a cada cinco anos pelo menos. Esta é uma “solução de equilíbrio”, classifica o documento.**

Mas há um ponto importante nesta alteração. Se a proposta for do órgão de administração, essa deliberação “não está sujeita a quaisquer limites à detenção ou ao exercício de direitos de voto, nem a quaisquer requisitos de quórum ou maioria agravados relativamente aos legais”, explica o diploma.

No texto introdutório, o Ministério das Finanças justifica o decreto-lei com a necessidade das “próprias empresas que atuam no setor financeiro estejam em condições de atrair investimento relevante, designadamente investimento estrangeiro”. Ou seja, neste caso, capital espanhol.

Mário Centeno invoca o mercado interno de circulação livre de capitais para justificar esta alteração: “As instituições europeias têm vindo a intervir no campo específico dos limites ao exercício dos direitos de voto por parte dos acionistas, com vista a promover a sustentabilidade das empresas e devolver a sua capacidade de tomada de decisões estratégicas”.

A desblindagem dos estatutos [resolveu os problemas existentes](#) no BPI. Por um lado, o CaixaBank consegue ter mais votos em assembleia-geral, por ser o acionista maioritário. Assim, deverá comprar a restante parte do BPI que não detém. Em contrapartida, deverá vender 2% do Banco de Fomento de Angola (BFA) à Unitel, uma exigência de Bruxelas (redução da exposição a Angola) e o desejo de Isabel dos Santos de controlar o BFA.

BCP: a segurança jurídica dada à Fosun

A Fosun queria, o Governo deu e o BCP agradeceu. Para não deixar em aberto dúvidas legais, António Costa e Mário Centeno aprovaram no final de setembro, em [Conselho de Ministros](#), um decreto-lei sobre o reagrupamento de ações. No texto deixam claro que essa operação — o chamado *reverse stock split* — pode ser feito sem redução do capital social.

De acordo com o texto, **essa situação “não encontra um regime jurídico específico na legislação portuguesa, o que pode suscitar dúvidas e retração no uso desta figura”**. Ou seja, no enquadramento jurídico anterior isso seria possível, mas poderia deixar dúvidas. Nesta alteração, **o decreto-lei explica que o reagrupamento é feito “mediante a divisão do número de ações por um coeficiente aplicável a todas as ações na mesma proporção, fixado de acordo com o princípio de proteção dos investidores”**.

Para acontecer, o *reverse stock split* tem de ser deliberado pela assembleia geral. Essa deliberação deve definir o interesse social desse reagrupamento, o coeficiente a ser usado e os *timings* dos pormenores da operação. Esta tem também de ser comunicada

através da CMVM. Esta alteração do Código de Valores Mobiliários entrou em vigor no dia 23 de setembro com a promulgação do Presidente da República.

Excluídas as incertezas jurídicas, o Governo argumenta que esta é uma “operação que pode revestir utilidade, sobretudo, para as sociedades com ações admitidas à negociação em mercado regulamentado ou em sistema de negociação multilateral”. Ou seja, o BCP, que estava a ser negociado na bolsa lisboeta na ordem dos centimos e, com esta operação, passou a ter cada ação a valer (para já) mais do que um euro.

O objetivo do decreto-lei, escreve o Executivo, é assegurar “o equilíbrio dos interesses dos vários intervenientes e, em particular, a proteção dos acionistas que, em resultado do reagrupamento, fiquem titulares de ações sobranes”. O Governo invoca “a segurança jurídica das sociedades, dos seus acionistas e do mercado de capitais” como motivo.

Mas há mais justificações: o ajuste do preço das ações que representam o capital social, a capacidade de atração de investidores, aumentos de capital mais eficientes ou prevenir a variação brusca anormal da cotação das ações.

Este perfil traçado enquadra-se no cenário do BCP onde ocorreu uma “maquilhagem” do valor das ações sem redução do capital social. Esta era uma das sete exigências que os chineses da Fosun tinham para fazer um aumento de capital no banco.

75 ações numa só. No dia 24 de outubro, o [BCP chegou à bolsa](#) a valer mais de um euro com o reagrupamento possibilitado por esta alteração do Código de Valores Mobiliários. Este ajustamento acionista é puramente técnico e não vai afetar o valor de mercado do banco.

PSD/CDS: Bancos podem converter impostos diferidos em créditos fiscais

Não é só António Costa que faz de alfaiate, nomeadamente na banca. No passado esta prática de fazer leis à medida de casos reais também aconteceu. **Um dos exemplos do governo PSD/CDS é o regime especial para a banca converter os impostos diferidos em créditos fiscais.**

O resultado foi uma libertação do capital do setor bancário, mas o mais beneficiado foi o BCP. **Na prática, este regime desconta os prejuízos de anos anteriores nos lucros tributáveis de anos seguintes, caso se verifique essa situação.**

Assim, o Fisco reconhece essa dívida fruto de prejuízos anteriores. Ao tornar os impostos diferidos em créditos fiscais, o Governo anterior permitiu aos bancos cumprirem mais rapidamente com os rácios de capital impostos pelo Banco Central Europeu. Contudo, isso também significa menos receita para o Estado e, por isso, um défice maior.

The tailor António Costa custom-makes laws to fit the banking

These are laws carefully measured. Prime minister António Costa has been like a tailor. With what threads is the government sewing reality?

Once reality is measured, António Costa has sewn the laws to assure a perfect fit for the client. The Portuguese banks *Caixa Geral de Depósitos (CGD)*, *Banco Português de Investimento (BPI)* and *Banco Comercial Português (BCP)* are some of the custom-made suits the prime minister had tailored to fit the Portuguese needs. The opposition has been trying to cut down the hemlines of these laws, claiming unconstitutionality. ECO explains what laws were executed by the government's studio during the first year of the mandate.

CGD: the alteration that went unnoticed

On 28 July 2016, a government decree-law went unnoticed, but is now at issue, because the simple change it made had many consequences such as the exemption for the board of the duty to declare their property to the Portuguese Constitutional Court. This change – combined with the [lack of restriction in salaries](#) – was critical for António Domingues to accept the chairman position in *CGD*.

The government also wanted to change the maximum positions administrators could gather, but the President of the Portuguese Republic Marcelo Rebelo de Sousa did not allow it.

2017 State Budget: Change in the IRC (Company tax)

The change in the *IRC* code, inscribed in the 2017 State Budget, will allow the banking sector to have interests with equity capital instruments issued to comply with the European rules deducted as a tax cost. The *CGD* will be one of the most benefited banks because it will issue one billion euros in bonds for the recapitalization Brussels demanded.

Removing voting rights cap: the love triangle between Isabel dos Santos, CaixaBank and BPI

On the 18 April, there was the promulgation of a decree-law made-to-measure the Spanish from *CaixaBank* and, to some extent, against Angolan Isabel dos Santos. That change – removing voting rights cap – predicts shareholders can reassess their voting rights limits at least every five years. This will allow for *Caixabank* to acquire *BPI*, the sale of part of the *BFA* to Isabel dos Santos *Unitel* and, therefore, fulfill the ECB's wish to decrease the exposure of the bank in Angola.

BCP: legal security to Fosun

Fosun wanted it, the government abided and *BCP* was thankful. In order to prevent any legal doubts, the government approved a decree-law concerning the merging of shares. The reverse stock split can be made without reducing corporate capital. This law was custom-fit to *BCP*, where “makeup” was applied to the shares' value – which was one of the Chinese *Fosun* demands.

PSD/CDS (Portuguese Social Democratic Party/ Portuguese Democratic and Social Center Party): Banks can convert deferred taxes to tax credits

António Costa is not the only one trying to be like a tailor, namely in banking. In the past, this practice of custom-making laws to fit real cases has also happened. One of the

examples of the *PSD/CDS* government is the special regime implemented so banking can convert deferred taxes to tax credits.

I



Empresários querem ponto final na polémica da Caixa

A instabilidade na CGD tem repercussões no já débil sistema financeiro nacional, alertam os empresários. A saída da administração é inevitável porque "já não existem condições, nem confiança".

O que nasce torto tarde ou nunca se endireita, o provérbio popular nunca parece ter feito tanto sentido. A ida de António Domingues para CEO da Caixa Geral de Depósitos nunca foi pacífica. Primeiro foram os salários da administração, com especial atenção para o de Domingues, a levantar polémica, depois foi a recapitalização do banco público e, por último, tem sido a polémica à volta da entrega ou não das declarações de rendimentos e de património ao Tribunal Constitucional.

Os empresários nacionais estão fartos da polémica em torno da Caixa Geral de Depósitos e exigem uma resposta o mais rápido possível. Apesar de todos admitirem que a instabilidade ainda não atingiu as suas empresas, nomeadamente com a relação que têm com o banco público, todos são unânimes em que este clima de instabilidade está a minar e a colocar em causa o já de si débil sistema financeiro nacional. Há ainda um outro dado a gerar unanimidade entre os empresários: a competência de Domingues e seus pares não está em causa, mas ninguém pode estar acima da lei.

“As empresas nacionais sempre tiveram um grande aliado na Caixa Geral de Depósitos, o maior capital da Caixa era a confiança, dos depositantes e das empresas e esse capital está a ser destruído”, afirma João Miranda, presidente da Frulact.

"As empresas nacionais sempre tiveram um grande aliado na Caixa Geral de Depósitos, o maior capital da Caixa era a confiança, dos depositantes e das empresas e esse capital está a ser destruído"

João Miranda

Presidente da Frulact

O empresário refere que a “CGD está a pôr em causa todo o sistema financeiro nacional, é uma instituição centenária que devia merecer de todos, especialmente do Estado, o seu

acionista, um maior respeito“. Sobretudo, acrescenta, por seu turno, Jorge Armindo, “quando estamos a braços com o processo de recapitalização da Caixa, devíamos ter mais cuidado”. “Podem existir alguns riscos, nomeadamente o de Bruxelas não achar muita graça ao que se está a passar“, alerta o presidente da Amorim Turismo.

Uma opinião partilhada pelo presidente da Frezite, José Manuel Fernandes que classifica a situação de “absolutamente desnecessária”. “Fragiliza e muito a atividade de todos os agentes económicos. As empresas nacionais precisam de uma nuvem de confiança sobre as cabeças e não é isso que está a acontecer“, refere o gestor que garante que “o país precisa de pacificação e de credibilidade”.

"As empresas nacionais precisam de uma nuvem de confiança sobre as cabeças e não é isso que está a acontecer. O país precisa de pacificação e de credibilidade."

José Manuel Fernandes

Presidente da Frezite

Armindo Monteiro, presidente da Compta cita um amigo estrangeiro que lhe garante que esta “situação só é possível em Portugal”. Para o empresário “o assunto devia ser resolvido o mais rápido possível porque já se foi longe demais”. “Isto é uma machadada na credibilidade do sistema financeiro nacional e causa um dano difícil de quantificar”, acrescenta.

Já Fortunato Frederico considera que “tudo o que está a acontecer é uma vergonha para todos. Não fica ninguém bem na fotografia”.

O primeiro-ministro já começou a tentar travar as ondas de instabilidade. Ontem, a partir de Marrocos, António Costa garantiu que a estabilidade da Caixa não está em causa seja qual for a sua administração, adiantando que o mais importante para o banco público foi o plano de recapitalização. “Convém não confundir estabilidade da CGD e do sistema financeiro nacional com problemas que, eventualmente, a administração da Caixa tenha no cumprimento das suas obrigações legais”, sustentou António Costa, depois de questionado pelos jornalistas sobre a prolongada controvérsia em torno do futuro da administração do banco público.

“A estabilidade da CGD é assegurada pelo plano de capitalização, que foi apresentado, aprovado pela Comissão Europeia e que tem condições de ser executado quer pelo Estado, quer pelo mercado”. Ou seja, segundo António Costa, a estabilidade da CGD “não está em causa seja qual for a administração”.

E estarão as empresas a sentir já na pele os efeitos desta indefinição à volta da administração da Caixa?

A resposta é negativa. Mas João Miranda adianta que tem “conhecimento, por conversas” que tem “tido que as decisões são mais lentas, a assunção do risco é menor e os spreads começam a disparar”.

Culpados?

De quem é a culpa pela situação a que se chegou na Caixa? Apesar de essa não ser a principal preocupação dos empresários, é um tema em que parece mais uma vez existir unanimidade. O Governo não pode assumir compromissos que não pode cumprir.

“Não se pode criar um fato à medida, se não se podiam assumir compromissos não se assumiam, é o que se passa no universo das empresas”, diz Armindo Monteiro.

"Há um princípio e esse princípio devia ser cumprido."

Humberto Pedrosa

Presidente do conselho de administração da TAP

Já Humberto Pedrosa, presidente do conselho de administração da TAP opta por salientar que “há um princípio e esse princípio devia ser cumprido”. De resto, para João Miranda “o silêncio do presidente da Caixa quer dizer muito”. “Houve um compromisso assumido que não está a ser cumprido, mas isto já não é uma situação sustentável”, diz. João Miranda considera mesmo que, “com ou sem declaração entregue, a confiança já se foi. Foi-se longe demais”.

“Nunca estive em causa o perfil, nem a competência dos gestores da Caixa”, defende Armindo Monteiro. “Pessoalmente, parece-me, de fato, que esta é a equipa que a Caixa precisava para o momento. Mas a manter-se esta situação não vejo alternativa que não seja a da saída da administração”.

"Nunca estive em causa o perfil, nem a competência dos gestores da Caixa.

Pessoalmente, parece-me de fato que esta é a equipa que a Caixa precisava para o momento. Mas a manter-se esta situação não vejo alternativa que não seja a da saída da administração."

Armindo Monteiro

Presidente da Compta

Para Fortunato Frederico, “o processo começa logo mal quando António Domingues foi convidado e pede para não ficar ao abrigo de gestor público. Não se pode pedir regalias que mais ninguém tem”. “As elites não podem achar que são superiores”, acrescenta.

Jorge Armindo, por seu turno, diz que “este folhetim não é bom para a Caixa, nem para o Governo, porque se esta administração sair, o Executivo terá um problema para resolver, uma vez que não vai ser fácil encontrar outra equipa competente e independente”. Ainda assim, Armindo defende que “o melhor seria que esta administração se mantivesse no cargo”, até porque há um processo de recapitalização que é necessário levar por diante.

Businessmen want an ending to the controversy around CGD

CGD's instability has repercussions on the already fragile national financial system, businessmen warn. The resignation of the bank's administration may be inevitable.

Controversy has followed the administration of Caixa Geral de Depósitos (CGD) from the moment they took office – starting with [the salaries earned by the administration and the chairman António Domingues](#), then the [recapitalization](#) of the bank, and lastly, [the controversy around the declaration of income and patrimony to the Constitutional Court](#), which the administrators do not want to hand in.

Portuguese businessmen have had enough of this controversy. Although they admit CGD's instability has not yet affected their companies, namely due to their connection to the bank, they are unanimous when stating this instability environment is putting into question the already fragile national financial system. Businessmen also agree on the fact that Domingues and his team's expertise are not at stake, but they believe no one can stand above the law. They consider CGD is creating an unnecessary situation they perceive as shameful; the general belief is that trust is now lost, and so is the bank's credibility – the situation has gone too far and the situation must be solved as fast as possible.

The Portuguese prime minister has already attempted to stop the instability arising from the situation. Yesterday, in Morocco, António Costa assured CGD's stability is not at stake regardless of its administration.

["We must not confuse the CGD and the national financial system's stability with the troubles the CGD administration may eventually have in complying with their legal obligations."](#)

António Costa, prime minister

J



Bancos nacionais estão piores que os europeus? Sim

[Autoridade Bancária Europeia fez um retrato ao setor financeiro europeu. Portugal saiu bem na fotografia? Nem por isso.](#)

Rácios de capital aquém da média europeia, crédito em risco de incumprimento em alta com reduzido nível de cobertura face às perdas potenciais. É nos balanços dos bancos onde se tem procurado resolver a sustentabilidade e resistência do sistema financeiro europeu. No último retrato da Autoridade Bancária Europeia (EBA, sigla inglesa),

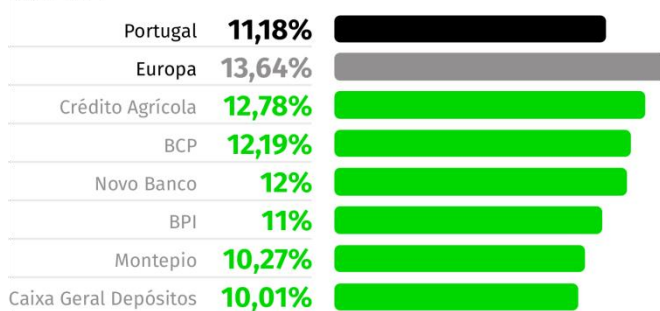
Portugal não saiu bem a fotografia. Ainda assim, há bancos portugueses melhores do que outros. Ou numa perspetiva mais realista, há bancos piores do que outros. Como compara o sistema financeiro português com a realidade europeia?

Pecado capital

No último retrato feito ao sistema bancário europeu, com dados até 30 de junho deste ano, os bancos portugueses apresentavam maiores fragilidades de capital do que a média dos bancos europeus: enquanto a média nacional apontava para um rácio Common Equity Tier 1 (CET 1) de 11,18%, na Europa essa média era relativamente mais robusta, de 13,64%. O que nos diz este rácio?

São estes os rácios que as autoridades analisam para aferir a robustez de uma instituição num cenário de adversidade económica: comparam os capitais (valor das ações, lucros retidos) da instituição face aos ativos ponderados pelo risco (em grande medida compostos por empréstimos) para verificar se um banco se mantém de pé em caso de crise económica e financeira aguda. Quanto mais baixo estiver o rácio, mais desprotegido está o banco. No caso de Portugal, a Caixa Geral de Depósitos e o Montepio apresentavam rácios ligeiramente acima de 10%.

Rácio CET 1



Fonte: EBA (Valores em

percentagem)

Basileia III estabelece que todos os bancos devem ter um rácio mínimo de 4,5% até 2019 em qualquer cenário económico. Nos últimos testes de esforço à banca, a CGD chumbou quando foi colocada na situação mais adversa, com os rácios a ficarem aquém do exigido, segundo avançou o Jornal de Negócios em setembro, adiantando que o banco público precisaria de 2.000 milhões de esforço de capital adicional para cumprir os rácios.

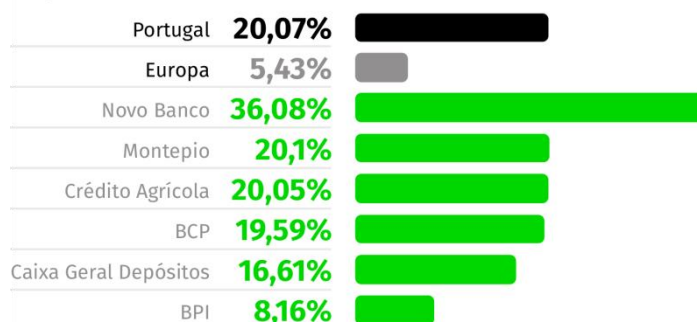
Alternativamente, os bancos podem melhorar a sua posição financeira através da redução dos ativos mais arriscados. Como por exemplo, a venda de carteiras de crédito malparado. O [Governo está a estudar a criação de um veículo para resolver este problema](#) como forma de aliviar o peso destes ativos tóxicos sobre os bancos.

Um caso mal parado

[Há muito que está identificado o principal problema dos bancos](#): crédito malparado, ou o conjunto de empréstimos cujo reembolso da parte do banco é encarado como difícil (ou impossível). Em teoria, o malparado aumenta quando as condições económicas de um país se agravam: mais empresas fecham portas, há mais desemprego. Consequência? [Empresas e famílias ficam em dificuldades para pagar as dívidas](#).

Em Portugal, o malparado da banca atingiu aproximadamente os 40 mil milhões de euros, representando pouco mais de 20% do total de crédito concedido, refletindo os últimos anos de grave crise económica no país durante o período de assistência financeira internacional. A média europeia era de 5,4%.

Malparado (em % do total de crédito)



Fonte: EBA (Valores em

percentagem)

Entre os bancos nacionais, o BPI era quem mais se aproximava da média da banca europeia: ‘apenas’ 8,16% do crédito estava em risco. Do lado oposto, o Novo Banco registava no final do primeiro semestre um nível de malparado na ordem dos 36%, o maior nível entre os bancos portugueses. Não é estranho que seja António Ramalho, CEO do Novo Banco, um dos maiores entusiastas de uma solução conjunta para o crédito em risco de incumprimento.

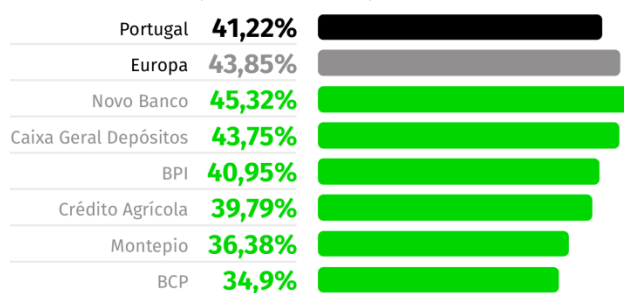
A CGD apresentava o segundo nível de malparado mais baixo (16,6%) entre os bancos portugueses na análise da EBA. Mas esse valor deverá disparar neste segundo trimestre com o maior reconhecimento de empréstimos que dificilmente deverá reaver.

Imparir, imparir, imparir

Os bancos portugueses podem estar aquém da média europeia quando se fala em rácio de cobertura, isto é, a quantidade de dinheiro que os bancos têm de pôr de lado para cobrir riscos do malparado. Mas é pouco razoável comparar o nível de esforço que as instituições portuguesas tiveram de realizar para se protegerem de níveis de malparado na ordem dos 20%, quando os bancos europeus têm pela frente um nível de malparado manifestamente mais reduzido, de 5%.

De acordo com a informação prestada à EBA, os bancos portugueses tinham constituído mais de 17 mil milhões em imparidades até final de junho deste ano. Este valor cobria 41,2% do total do malparado. Na Europa, o rácio de cobertura estava nos 43,8%.

Rácio de cobertura (imparidades sobre malparado)



Fonte: EBA (Valores em percentagem)

Novo Banco e CGD eram as instituições financeiras nacionais que evidenciavam maior esforço para se precaver dos créditos problemáticos. No caso do banco público, parte do

dinheiro da recapitalização de 5,1 mil milhões de euros será canalizado para cobrir estes riscos, à medida que vão sendo reconhecidos maiores níveis de malparado. Já o BCP era o banco com menor grau de cobertura sobre o malparado.

Are Portuguese banks worse than the European? Yes.

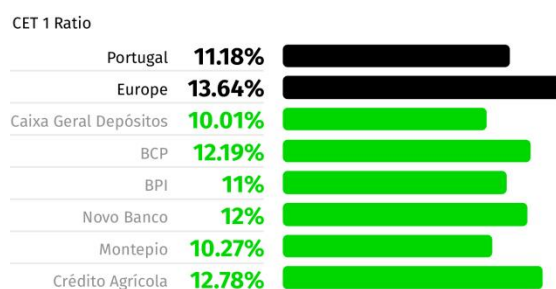
The European Banking Authority has painted a portrait of the European financial sector. Did Portugal cut a dash? Not really.

Capital ratios far from European averages and many non-performing loans (NPL) with low risk of recovery compared to potential losses: the issues of sustainability and resilience of the European financial system have been discussed in the balance sheets of banks. In the last portrait painted by the European Banking Authority (EBA), Portugal did not exactly cut a dash. Even so, there are some Portuguese banks not as worse as others. How does the Portuguese financial system relate to the European reality?

Capital sin

In the last painting of the European banking system – with data up to July 30, 2016 –, the Portuguese banks were more fragile in terms of capital than the European average: the Common Equity Tier 1 ratio (CET 1) for Portugal was an average of 11.18%, while in Europe, it was 13.64%.

These are the ratios authorities look into in order to assess the strength of an institution against an economic adversities' scenario. The lower the ratio, the more unsafe the bank is. As for Portugal, *Caixa Geral de Depósitos* (CGD) and *Montepio* had ratios slightly over 10%.



Source: EBA (percentage values)

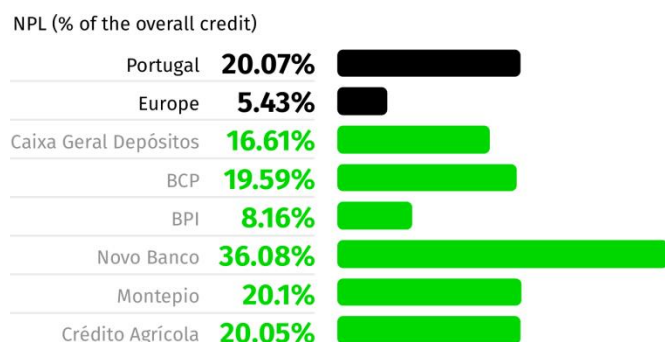
Basel III regulates that all banks must have a minimum 4.5% ratio until 2019 in any economic scenario. CGD failed the test: it would not be able to do so if the worst case scenario were to happen.

As an alternative, banks can improve their financial position through reducing the riskier assets – for example, selling their non-performing loans. [The government aims to find a vehicle to help solve this problem.](#)

How are loans performing?

The main problem banks have to face has been identified: non-performing loans. If the economic situation worsens, NPL increase, which means more companies will close down, leading to unemployment and to having, therefore, companies and families unable to pay their debts.

In the Portuguese banking, there are 40 billion euros of non-performing loans – a little over 20% of the overall credit granted, while the European average was 5.4%.



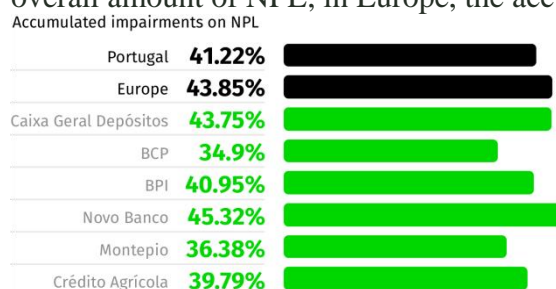
Source: EBA (percentage values)

BPI was, among other Portuguese banks, the closest to the European average: it ‘only’ had at risk 8.16% of credit. *Novo Banco* was at 36% – no wonder his CEO, António Ramalho, is keen on finding a joint solution for NPL. *CGD* had the second lowest percentage of non-performing loans, although that number should increase in the second quarter of this year.

Impair, impair, impair

The Portuguese banks are also worse off than the European average concerning accumulated impairments on NPL. However, it is not fair to make such comparison given the fact that the effort made by the Portuguese institutions was much greater due to the amount of non-performing loans.

According to the information given to the EBA, the Portuguese banks had over 17 billion in impairments by the end of June 2016. This amount covered 41.2% of the overall amount of NPL; in Europe, the accumulated impairments on NPL was 43.8%.



Source: EBA (percentage values)

Novo Banco and *CGD* were the Portuguese financial institutions which have clearly made the best effort to prevent those types of credits: the public bank (*CGD*) will set aside 5.1 billion euros to cover non-performing loans as they come.

Anexo 3 - Entrevistas

Entrevista a Paulo Moutinho – Editor

Gostaria de lhe pedir que se apresentasse brevemente.

O meu nome é Paulo Moutinho, sou jornalista de comunicação social — não de economia. Comecei a estagiar na rádio, depois estive a estagiar na TVI. Depois disso, tentei mudar um pouco, pois estive sempre na parte da sociedade, e fui estagiar para o Jornal de Negócios. Estive lá a estagiar 3 meses e acabei por ficar. Fui aprendendo um pouco sobre o mundo financeiro; nunca gostei de matemática, sempre detestei matemática, nunca percebi nada de matemática, mas foi isso que acabou por tornar a coisa mais interessante, aprender um pouco como as contas se aplicam à realidade, perceber a importância que os números têm quando se quer fazer profissão na área do jornalismo económico. Fui fazendo de tudo um pouco dentro da área da economia, mas acabei por me virar mais para mercados financeiros pois sempre achei que era o mais interessante, ainda que muita gente considere uma área muito fechada, pois estamos a falar de bolsas. A grande vantagem de fazer mercados financeiros é que só é possível fazê-lo se houver uma noção do que são as empresas, do que é a economia, para ser possível explicar convenientemente os mercados financeiros. E vice-versa — não é possível explicar o que está a acontecer num determinado país (por exemplo, porque é que um país como Portugal precisou de um resgate), sem perceber o que se passa nos mercados financeiros e como as percepções influenciam a vida de todos nós. Passei 11 anos no Jornal de Negócios: de estagiário passei a jornalista, depois coordenador, e por fim editor de mercados financeiros. Resolvi passar agora para o ECO, por ser um projeto novo, da área financeira, com uma lógica diferente, que foge do papel, que é um bocadinho *old news* hoje em dia. É tudo muito mais automático, especialmente na economia: as pessoas cada vez mais querem informação de forma automática, porque as influencia diretamente, e nos últimos anos tem vindo a crescer a percepção da importância dos dados que saem a qualquer hora, e gosto dessa energia que há neste mundo financeiro. Acho que a melhor maneira de dar uma boa informação às pessoas é utilizando o automático, o *online*, o que não quer dizer que por ser *online* tenha de ser só a notícia pura e dura; acho que os *onlines* também têm de cumprir o seu papel de informar e fazer artigos que “mastiguem” a informação para as pessoas. É um pouco isso que pretendemos fazer aqui no ECO, aos poucos.

Agora no ECO, para além de jornalista, é editor. Que funções e processos tem essa função, comparativamente à de jornalista?

Jornalistas somos todos, temos de ser todos. Como editor, a minha função é “distribuir jogo”: há cinco histórias a acontecer e temos de decidir o que é importante, temos de filtrar as notícias para o leitor, ver qual é o tema mais relevante e importante. O papel mais importante

do editor é esse mesmo, o de dizer “vamos por aqui, depois vamos procurar um novo ângulo de abordagem que possa ser interessante”. Obviamente que ser editor exige mais tempo para absorver o que se está a passar. Os jornalistas sentem-se muitas vezes assoberbados pois está muita coisa a acontecer ao mesmo tempo, e acho que se houver uma boa edição isso acaba por não acontecer, consegue fazer-se uma melhor gestão. Sou editor, mas acima de tudo sou jornalista. Continuo a escrever e é o que eu mais gosto de fazer, nomeadamente trabalhos mais alargados, que colocam certos assuntos em perspetiva, para que o leitor não leve com a notícia “de chapa”. Dando um exemplo: inflação está a 2% na Zona Euro. Sim, mas o que é que isso diz ao leitor? Talvez um grupo restrito perceba que temos um patamar que o próprio BCE considera relevante, mas temos de explicar a toda a audiência o que é que isto implica na sua vida. Nesse momento é como que se saísse do meu papel de editor e passo para o meu papel de jornalista, e procuro explicar da melhor da maneira possível como é que um certo dado vai influenciar a sua vida.

Que critério de seleção de notícias é seguido pelos editores do ECO?

Procuramos sempre notícias sobre tudo o que tenha a ver com economia, o que não quer dizer que notícias de atualidade, coisas mais de sociedade, não tenham cabimento numa publicação como o ECO. Obviamente se houver um mega desastre — Deus nos livre, mas — se cair um avião aqui perto, ou um avião com portugueses a bordo, obviamente que vamos dar essa notícia. Mas o nosso foco é a economia. A base da seleção do que é que é relevante ou não tem a ver com qual a informação que vai ter mais impacto para um maior número de pessoas, ou seja, para a maioria da nossa audiência. Essa acaba por ser sempre a base. Por exemplo, se estivermos a falar de *offshores*, de CGD, mas depois temos de falar que a bolsa subiu 1%, obviamente vamos olhar para a Caixa ou para as *offshore*, e deixamos a bolsa de lado. Mas se estivermos a decidir entre *offshores* e Caixa e se sair uma alteração completa à forma como são cobrados impostos em Portugal, uma mudança no IRS, obviamente vamos apostar nisso, não deixando, obviamente, as outras notícias de parte, serão obviamente feitas, mas vamos estar mais focados para a mudança estrutural que vai afetar o bolso dos portugueses. É esta a lógica que está por detrás da seleção.

E para o ECONews? Qual é o critério?

O ECONews é um projeto que não existe em Portugal. Se as pessoas se lembrarem um pouco, quando houve a crise grega, quando o país teve de recorrer a ajuda externa, a informação no país era muito parca, porque falam grego — quantos países no mundo falam grego? O que acontecia é que só havia praticamente uma fonte de informação — na verdade havia duas ou três pois a Reuters e Bloomberg acabavam por ter correspondentes no país e havia uma ou outra coisa —, mas havia uma publicação que ainda existe, o *Kathimerini*, que era a única que tinha *site* em inglês. E melhor que ninguém os jornalistas desse jornal tinham a informação, conseguiam falar com os ministros, com quem sabia o que estava a acontecer, melhor até que os correspondentes das agências. E lembro-me que nessa altura, era a fonte de informação para muita imprensa portuguesa. O que nós quisemos com o ECONews foi ser o “*Kathimerini*” em Portugal, para dar lá para fora o que se está a passar em Portugal, em inglês, porque é uma lacuna nos *media* portugueses. É uma lacuna obviamente por questões práticas e financeiras, porque isso exige um investimento da parte do meio de comunicação em ter

uma pessoa ou mais só a fazer isso. Mas nós sentimos necessidade disso porque temos imensos jornalistas — e não só — que procuram saber informação sobre Portugal. Agências como a Bloomberg fazem uma peça ou outra sobre Portugal, mas se calhar não dá os dados todos, e é isso que queremos com o ECONews, é ter as notícias mais relevantes, essencialmente macroeconómicas, sobre o país, escritas por jornalistas que estão cá, que conhecem a realidade e que mais facilmente conseguem transmitir lá para fora a realidade dos factos. Se houver um evento fantástico com uma empresa portuguesa, também tem cabimento, mas esse acompanhamento de uma empresa como por exemplo uma EDP é feito pelas tais agências internacionais, que têm correspondência em Portugal. Mas se sai um dado do PIB a Bloomberg dá uma linha a dizer que o PIB cresceu 1,4% em 2016. Se calhar convém explicar como é que isso aconteceu, porque é que aconteceu. E se tivermos essa informação em inglês, muito mais facilmente chegaremos a investidores e pessoas que têm alguma capacidade de decisão sobre se haverá ou não investimento em Portugal, e certamente será uma informação útil. Daí sermos também um pouco criteriosos no tipo de informação que entra no ECONews. Temos de ser rigorosos na seleção que se faz. Por isso é que quando fazemos a *newsletter* semanal em inglês, o que nos interessa são os temas mais abrangentes.

Neste momento, o ECONews é essencialmente um *site* de tradução — ao contrário do Kathimerini que, apesar de também conter traduções, era escrito por jornalistas na língua inglesa. Que diferenças ou semelhanças pode haver entre o processo de um jornalista e o processo de um tradutor?

Se percebo, a pergunta é a diferença entre traduzir e produzir de base. É uma mais-valia para pessoa que está a traduzir, mesmo sem formação em jornalismo, ficar a perceber o mecanismo de construção de textos que se exige no jornalismo, caso contrário o tradutor acaba por não conseguir transmitir a mensagem para o leitor. Muitas vezes a informação que foi traduzida em português no ECO vem de notícias que têm dois ou três parágrafos onde está de facto a notícia e depois ‘mastigamos’ um pouco e explicamos o que aconteceu para trás que explica a notícia. Na informação que entra no ECONews, regra geral, a aposta é em ter apenas a notícia, porque é um tipo de leitor completamente diferente. É um leitor que quer saber os números, os factos, o que não quer dizer que não façamos um parágrafo com algum contexto, mas o leitor quer a informação mais direta. Nesse caso, o tradutor deve abrir a mente e pensar: “Preciso de reconstruir em inglês a mesma informação que tenho em português”. Muitas vezes o que acontece nas traduções é: quando a pessoa que está a traduzir está um pouco fora do tema, isso vai refletir-se na tradução. Acho que sim, é importante traduzir, mas também é preciso ter algumas luzes sobre como é que se constrói uma notícia, até mesmo sobre os termos a utilizar, que não devem ser demasiado literais, se calhar terão de ser explicados, porque há expressões que não são tão automáticas em português ou que não querem dizer propriamente a mesma coisa. A mais-valia que tentamos dar — obviamente que é um processo, é algo novo que ainda nunca tinha sido feito em Portugal, a não ser, esporadicamente, uma ou outra grande notícia publicada nas duas línguas —, é ser cada vez mais capazes de ter notícias quase produzidas de base, de origem, em inglês. Acho que esse é o desafio, especialmente para alguém que não domina a técnica do jornalismo, como é o caso do ECO.

Se a tradução no jornalismo vai para além de traduzir palavra a palavra, onde está a fronteira entre o tradutor e o jornalista?

Acho que a fronteira é muito simples: o que é traduzido, ou seja, o que vai entrar no ECONews, regra geral, são informações que já foram escritas por um jornalista, ou seja, já houve um jornalista que foi à procura da notícia. Quem está a traduzir não faz isso: vai pegar na informação e não traduzir à letra, mas traduzir a informação de forma nativa, escrever em inglês a informação a pensar num leitor global, que lê em inglês. Essa é a grande diferença, porque um jornalista faz telefonemas para pessoas que lhe possam confirmar informação, e essa parte a tradução não vai fazer. Para isso era preciso assumir que temos duas redações, uma em português e outra em inglês, em que todos trabalham no mesmo sentido, sendo a língua a única diferença. E aí aconteceria o contrário, teríamos notícias em inglês que tínhamos de passar para português. Ou seja, a fronteira é o jornalismo em si, o que um jornalista faz: capta informação através de agências internacionais ou nacionais, como a Lusa, ou através das suas fontes ou capta uma informação oficial que obtém e depois procura saber mais, e essa é a parte que não se faz na tradução, porque ir para além da fonte é ser jornalista. O que julgo que pode haver no ECONews é tradução feita com um sentido não literal, mas de ver o que é importante, extrair o sumo de uma notícia. E é isso que vamos transmitir em inglês; os jornalistas fazem o contrário. Quando há uma notícia no Financial Times, por exemplo, sobre o novo presidente de uma Comissão Europeia, que só eles é que sabem, obviamente que todos os *media* vão citar e não vão copiar dez parágrafos, vão buscar a notícia e vão pôr a notícia em português para chegar aos leitores portugueses.

Portanto, vão traduzir.

Sim, vão traduzir uma parte. Vão dar a informação, utilizam alguns parágrafos, os que têm o sumo, e traduzem para português. Mas pondo isso em percentagem, é 30% do trabalho; 70% do trabalho é obter informação através das fontes, que são essenciais no jornalismo, e tentar dar as notícias mesmo.

Ou seja, o jornalista tem de ser tradutor, ou seja, diria que a tradução é uma parte do trabalho do jornalismo?

Queria corrigir uma coisa: o jornalista nunca deve agarrar e pura e simplesmente traduzir uma notícia. Tem de ir beber a informação e escrevê-la. Mesmo quando é informação de uma agência internacional como a Bloomberg, que produz um texto com uma linguagem de agência, a regra não é pegar num texto da Bloomberg e traduzi-lo. A regra é ir buscar a informação e escrevê-la, à maneira de cada jornalista, cumprindo as regras do jornalismo, para dar a informação. Às vezes, acontece que uma agência internacional tem um artigo enorme e se calhar no décimo segundo parágrafo há uma notícia que seria interessante para Portugal, algo que é novo para Portugal, ou seja, vamos buscar a informação àquela fonte, não somos obrigados a escrever tudo.

A principal diferença é então a parte da criatividade?

Não. É a busca da informação, o tratamento dessa informação, acrescentando-lhe valor, são as principais diferenças. Criatividade já é outro campo, não seria o termo que utilizaria. O que

interessa no jornalismo é a notícia, a história. A forma como é escrita tem a ver com as pessoas, há quem escreva de forma mais limpa, com a informação pura e dura, há outras pessoas que conseguem criar algum entusiasmo ao leitor e tentam agarrar o leitor com uma escrita um pouco mais elaborada, mas depende dos temas. Se o tema for “Portugal vai pedir um resgate financeiro”, eu não quero floreios; se estivermos a falar do mercado de arrendamento em Portugal que está a crescer porque há mais interesse de franceses e ingleses em Lisboa, aí quero um artigo bem escrito, em que o jornalista perdeu tempo a ir à rua, para arrancar a história a dizer: “Elizabeth, inglesa, vive em Lisboa. Adora viver na capital ...”. Quero ler uma coisa mais elaborada, porque aí estamos a falar de uma notícia, uma informação, mas que pode ser transformada e levar-nos por vários pontos, pelo porquê da notícia – Lisboa está na moda, os preços estão baixos, o tempo é agradável... Temos de desenvolver a história. Temos de ter um trabalho completo bem escrito que vai ter muito mais leitura que simplesmente “Turistas fazem subir rendas em 10%”. Isto não diz muito ao leitor, é um número, e é mais interessante darmos caras aos números, e certamente o leitor terá muito mais prazer em obter a mesma informação de uma forma diferente.

Entrevista a Margarida Peixoto – Grande Repórter

Gostaria de lhe pedir que se apresentasse.

O meu nome é Margarida Peixoto, sou jornalista há mais ou menos 10 anos. Antes de trabalhar aqui no ECO trabalhei no Observador, mas foi uma experiência curta, de 4 meses. Antes do Observador, estive 8 anos no Diário Económico, antes disso passei também pela Sábado, Dia D, e comecei a minha carreira como estagiária no Público. Faço economia desde sempre; estagiei na secção de Economia do Público e sempre estive ligada à área da Economia.

Gostaria de lhe pedir uma descrição geral do seu processo de escrita de uma notícia ou artigo.

Depende de caso para caso. Há casos em que a notícia parte de relatórios ou de informação divulgada por fontes oficiais. Por exemplo, ainda hoje o Instituto Nacional de Estatística divulgou dados sobre o PIB, e portanto a notícia começa por ler o relatório, que está em português, neste caso, analisá-lo, tentar descobrir ângulos novos, tentar descobrir informação que nós consideremos que seja relevante para o nosso leitor e escrever uma notícia. Ou seja, o meu papel é tornar mais acessível informação que apesar de estar disponível, está escrita de forma bastante mais técnica do que aquela que eu depois vou utilizar na escrita do artigo. Muitas outras vezes a notícia parte de olhar para a realidade, conjugar factos uns com os outros e tentar perceber que informação é que está em falta, e depois fazer essas perguntas a quem nos pode dar esses dados. Portanto, é um processo que parte de uma base menos material, menos concreta, mas sim quase da nossa criatividade, porque às vezes não é fácil perceber o que não está lá dito — ou seja, nesse caso procuramos dizer não o que foi dito, mas o que não foi. Aí fazemos muitos telefonemas, muitos contactos, tentamos cruzar muitas

fontes, desde fontes escritas, estatísticas ou outras, ouvimos pessoas especializadas na matéria, conjugamos toda essa informação e tentamos responder àquela pergunta que colocámos de início.

Acontece muitas vezes precisar de contactar fontes noutras línguas?

Sim, praticamente tudo em inglês. Alguma informação pode ter de ser consultada em espanhol ou em francês, por serem as economias que mais acompanhamos. Acompanhamos muitas outras economias, mas a informação está basicamente toda em inglês — por exemplo, nos Estados Unidos ou a economia inglesa. Informação sobre a economia francesa e espanhola encontram-se nas respetivas línguas; também acompanhamos a economia alemã, mas eu acedo sempre à informação em inglês e não em alemão, pois não percebo alemão. Mas maioritariamente, em inglês ou português.

Quando se depara com alguma fonte que está em inglês, como é o seu processo de tradução, a nível de técnicas e ferramentas?

Começo por ler o relatório e tentar compreender o que lá está. Como sou portuguesa, e sei ler em inglês, leio em inglês, mas começo logo a raciocinar em português, até porque como jornalista tendemos a colocar-nos muito no ponto de vista do nosso leitor e, como escrevo em português, tendo a pensar que o meu leitor está em Portugal. Portanto quando leio em inglês, penso na informação em português, procuro o ângulo da notícia e escrevo em português. O único momento em que sinto que possa ter de utilizar alguma ferramenta específica da tradução é se precisar de fazer uma citação direta de um relatório; aí tomo atenção àquelas palavras específicas que estão ali a ser utilizadas para tentar não ferir os termos exatos que constituem a informação, porque caso contrário, como vou à procura sobretudo do conteúdo, acabo por não precisar de usar nenhuma ferramenta para traduzir.

E se se deparar com uma palavra ou termo mais técnico, que ferramentas utiliza?

Normalmente, faço pelo menos uma de duas coisas: uso o Google Tradutor para perceber rapidamente o sentido que aquela expressão ou palavra possa ter e depois tento procurar — seja em notícias escritas por mim, seja por outros meios de comunicação social, em português, como é que aquela expressão foi traduzida, o uso corrente do termo.

Sem ser ao consultar fontes em inglês, em que outras situações se depara com a língua inglesa?

Em tudo o que tem a ver com a Comissão Europeia, o contacto é feito maioritariamente em inglês. Seja por *email* ou telefone, perguntamos e recebemos respostas em inglês. Sempre que é preciso falar com economistas internacionais que avaliam seja a economia nacional ou internacional, o contacto é feito em inglês — o que é válido também para as agências de rating, por exemplo. O inglês está bastante presente, também na própria revista de imprensa.

Que papel acha que tem um jornalista que não sabe inglês numa redação, hoje em dia?

É impensável. Hoje em dia, é impensável. Fica extremamente limitado. Talvez consiga não precisar do inglês se fizer um trabalho de jornalismo local, mas ainda assim não deixa de ficar

limitado, porque pode haver trabalhos interessantes de comparação de realidades locais em Portugal com realidades regionais de outros países, portanto fica mesmo muito limitado.

Como descreveria o meu trabalho de tradução aqui no ECO?

Acho que o seu trabalho é importante nos dois caminhos da tradução, ou seja, fundamental num, e uma rede de segurança no outro. Explicando: se estivermos a pensar no ECO enquanto um *site* que trabalha sobretudo para leitores de português, o seu trabalho deve ser entendido como uma rede de segurança, no meu ponto de vista, que é, se estiver a trabalhar com uma fonte em inglês e não estiver a compreender alguma coisa, se precisar de confirmar o sentido de uma determinada informação ou a tradução mais correta de uma determinada frase, para mim é um conforto, é uma segurança grande saber que tenho alguém especializado nisso na redação a quem posso recorrer. No outro sentido da tradução, ou seja, se pensarmos que o ECO tem interesse e vontade em ter um *site* em que as notícias de Portugal são escritas em inglês, acho que o trabalho de tradução é fundamental, pois nenhum jornalista tem tempo de fazer a retroversão dos seus artigos. É indispensável ter um tradutor que seja capaz de ler os artigos em português e transformá-los em inglês — não só traduzir, ou seja, não só garantir que em inglês estão escritos de forma correta gramaticalmente —, mas também é importante que o tradutor esteja aqui na redação (em oposição a contratar um serviço fora), porque, existindo um jargão próprio do jornalismo em português e em inglês, é importante essa especialização do tradutor para que não perca informação nem escreva um texto que soe estranho em inglês, apesar de correto.

Quando consulta uma fonte em inglês, seja um jornal internacional ou uma agência de notícias, escreve em português a informação que lá está e acrescenta ou retira informação a essa notícia. Nesse momento, alguma vez pensou em si como tradutora?

Não.

Só como jornalista?

Sim.

Mas o que faz nesse momento é, na verdade, o que eu também faço. Pois a partir de uma notícia em português que traduzo para inglês, tenho por vezes de retirar informação por ser irrelevante ou desnecessária para um estrangeiro, ou tenho de acrescentar informação contextual.

O seu trabalho como tradutora num jornal — provavelmente é verdade noutro tipo de publicação ou noutros géneros de escrita — um tradutor não pode ser só tradutor, exatamente por aquilo que eu estava a dizer, que é: se o tradutor não tiver ele próprio algumas ferramentas de jornalismo e não for ele próprio habituado a ler notícias nas duas línguas com que trabalha, o processo fica “coxo”. Da mesma forma que eu como jornalista se não perceber inglês não sou propriamente capaz de fazer uma notícia, de extrair dali toda a informação e significado que preciso para fazer uma notícia mais completa. É como se houvesse uma dimensão na qual o papel do tradutor e do jornalista se cruzam, embora depois ramifiquem para especializações diversas.

Consegue definir uma fronteira clara que distingue o trabalho de tradução e o de jornalismo?

Não. Uma fronteira clara, não. Porque o trabalho do jornalista envolve, em determinados momentos, traduções. Mas são trabalhos distintos, porque o tradutor quando está preocupado em traduzir um determinado artigo de uma língua para outra, esse artigo, na sua completude, deve ser respeitado, ou seja, apesar de traduzir a língua, deve estar preocupado em manter a identidade daquele artigo. Pelo contrário, um jornalista não está minimamente preocupado com o artigo do qual está a extrair informação, está a olhar esse artigo de uma forma perfeitamente utilitária. Como jornalista, quando olho para um take da Bloomberg, eu não estou preocupada em manter a integridade do trabalho feito pela Bloomberg. Extraio a informação que me interessa e utilizo-a nos meus artigos como eu quero, atribuindo à fonte. Ou seja, estou a reportar o que a Bloomberg disse, ou outra fonte — um deputado, o INE, ou outras fontes —, reporto o que encontro nessas fontes, que é diferente de agarrar num determinado conteúdo, transformá-lo noutra língua mas manter a integridade desse artigo. Nesse sentido, os trabalhos são bastante diferentes. É importante que um jornalista tenha um pouco de tradutor para não se perder, ou fazer um disparate, mas também é importante que o tradutor saiba algumas coisas de jornalismo, precisamente para que quando o artigo é depois traduzido para outra língua, que não seja nem estranho para o autor do artigo, que olha para ele e pensa: “Não foi isto que escrevi, não me reconheço em nada do que aqui está, não foi esta a ordem, a informação que valorizei, não foi isto que eu fiz”, e o mesmo para os leitores em inglês, que não olhem para o artigo e lhes soe estranho, e pensem: “Não é assim que costumo ler artigos”.

Havendo um novo público-alvo e, por isso, sendo por vezes necessário efetuar alterações a uma peça, julga ser necessário que haja fidelidade ao artigo?

Aí depende um pouco da função que é pedida ao tradutor. Por exemplo, no Diário Económico havia uma tradutora cuja função era maioritariamente traduzir artigos de colunistas de jornais internacionais, que eram comprados em exclusivo pelo DE, para serem traduzidos do inglês para o português. Essa tradutora tinha de saber muito sobre os temas que traduzia, muito sobre a forma como os leitores em português leem opinião, e também muito sobre o autor em concreto para perceber exatamente aquilo que ele está a querer dizer com aquelas palavras, mas ela não podia nunca desvirtuar, alterar, valorar coisas diferentes do que aquele autor disse. Disse daquela maneira, está dito, é opinião. Na notícia, eu acho que por princípio essa deve ser a regra. O que não quer dizer que com as redações curtas como nós sabemos que existem, que cada vez mais as chefias não peçam seja a um jornalista, seja a um tradutor, para fundir as duas tarefas, ou seja, estando a trabalhar com material da casa, que está cedido por inerência a todos os participantes da casa, um bom tradutor com conhecimentos de jornalismo conseguirá olhar para um artigo que foi escrito em português e pensar que tem de o passar para inglês, que o público terá outro ponto de vista e que terá de mudar o artigo e, na verdade, escrever um artigo novo. E aí acho que o tradutor funde as duas tarefas... aqui no ECO, em particular, penso que a sua tarefa está fundida com a de um jornalista, porque faz precisamente isso: pega num artigo escrito e publicado em português, mas quando o traduz para inglês muitas vezes pode haver a necessidade de pegar por outro ângulo, mas como estamos sempre a trabalhar com material do ECO, é o ECO que apresenta o mesmo conteúdo

escrito de duas formas diferentes, por, na verdade, dois autores diferentes. O jornalista que fez a primeira peça que serve de base passa a ser um coautor do que vai ser traduzido. Por exemplo, eu vou escrever um artigo para uma notícia em inglês e pedi para escrever em português. O artigo vai ser traduzido por um jornalista brasileiro que trabalha na redação dessa revista. Vai-me ser dada a ler a tradução para eu confirmar se está tudo bem. Esse jornalista que vai traduzir não vai alterar a valoração que dou a cada facto que apresento, à ordem do artigo, ele vai simplesmente traduzir — em tudo o que isso tem de complexo, mas não pode modificar o meu artigo, pois é meu, não é dele, nem nosso. O artigo não é dessa revista, ele não trabalha no ECO, portanto não pode simplesmente alterá-lo a seu bel-prazer para agradar ao público dele. Não pode, para isso tem de fazer um artigo novo, citando o meu trabalho. São funções diferentes, e acho que a sua função aqui é bastante difícil, exatamente porque mistura as duas vertentes.

Entrevista a Alberto Teixeira – Redator

Gostaria de lhe pedir que, de forma breve, se apresentasse.

O meu nome é Alberto Teixeira, tenho 30 anos. Sou jornalista há sete anos, mas durante cerca de um ano e meio deixei de exercer a profissão. Fiz estágio no jornal A Bola e de resto estive apenas no Diário Económico.

Gostaria de lhe pedir que me explicasse como é um dia normal de trabalho, ou seja, qual é o seu processo de escrita de uma peça para o ECO.

Quando chego de manhã, normalmente o meu trabalho passa pela revista internacional ou nacional, ou seja, ver o que os outros jornais (portugueses e internacionais) fizeram e seleccionar as notícias mais importantes, as que valham a pena.

E esses jornais internacionais estão escritos em que línguas?

Normalmente em inglês, na maioria, ou em espanhol, que são as línguas que vou dominando.

Como descreveria o processo de transformação de uma notícia de um determinado jornal internacional, em inglês, para a língua portuguesa?

As peças internacionais são normalmente de agências como a Reuters ou a Bloomberg, mas muitas vezes são de jornais como o Financial Times. Normalmente, traduzo com base no meu nível de inglês, que já é bom o suficiente para o tipo de artigo a que estou mais habituado, nomeadamente termos mais técnicos da área da economia, ou seja, já tenho a capacidade de fazer essa tradução. Quando surgem dúvidas, uso o Google Tradutor ou então, quando são termos mais técnicos, uso a plataforma da União Europeia, o IATE, mas essencialmente passa pelo Google Tradutor.

Sem ser no caso que descreve – de consulta de informação em agências noticiosas ou jornais internacionais — de que forma se confronta com outras línguas, particularmente com a língua inglesa?

Deparo-me com a língua inglesa em especial quando tenho de olhar para relatórios, pois muita da produção que se faz na área da economia é feita em inglês, sejam relatórios da Eurostat, relatórios de research de ações ou de agências de rating, todos estes relatórios estão normalmente em inglês. Também contacto com a língua inglesa quando tenho de comunicar com analistas estrangeiros, fazer entrevistas, seja por email ou por telefone, tenho de falar em inglês.

Hoje em dia, que lugar tem numa redação um jornalista que não saiba inglês?

É bastante importante para um jornalista, mas acho que não é só importante para o jornalismo, também o é para outras profissões. É essencial, deve ser uma segunda pele de qualquer profissão.

Que formação tem em inglês?

Estudei inglês até ao décimo segundo, sendo que tive uma disciplina de técnicas de tradução no secundário, e tive inglês na faculdade. Após isso, contacto sempre com o inglês a nível laboral.

Voltando à descrição que faz do processo de tradução. Quando se depara com uma notícia em inglês, e a traduz, já alguma vez pensou em si como tradutor?

Às vezes penso que estou apenas a traduzir peças. Nesses casos eu não assino a peça, pois não estou a dar nenhum contributo adicional à notícia. Nos casos em que seleciono informação de uma agência e depois complemento com outras informações, aí considero que já há um trabalho noticioso no qual estou mais envolvido, e aí a notícia é assinada por mim pois considero que, de alguma forma, dei um contributo para a peça e já não se tratou apenas de traduzir.

Como define tradução? O que é para si traduzir?

Vejo uma peça em inglês e escrevo a mesma peça em português, embora saiba que há técnicas de tradução.

Se, numa peça que tem de reescrever, tem de acrescentar informação que sente ser necessária, por exemplo, consegue desenhar uma linha que diz: “agora já não sou tradutor, sou jornalista”. Interpreto bem?

Sim, é mais ou menos isso.

Como julga ser o seu trabalho como tradutora aqui na redação do ECO? Como é o seu processo?

Acho que o seu trabalho se resume apenas ao trabalho de tradutora.

Sou tradutora, não tenho formação em jornalismo, nem carteira profissional. Mas e se lhe disser que muitas vezes tenho de tirar ou acrescentar informação, consultar várias fontes... continua a achar que sou só tradutora? Sou jornalista? Ou a tradução vai para além do “dog-cão”...?

É complicado!

Considera os nossos trabalhos parecidos?

Sim, traduzir implica edição e isso é trabalho de jornalista. Pois, isso é uma boa questão.... Ora bem... eu acho que... bem, é complicado!

Concorda com a tradicional noção de tradução “word for word” ou sente que traduzir é traduzir uma realidade?

Quando há o processo de tradução há sempre o background da pessoa que está a traduzir, que influencia a forma como traduz – a experiência ou os conhecimentos de economia, neste caso. Mas não sei se considero isso trabalho jornalístico. O que é um trabalho jornalístico, não é? É só seleccionar informação, acrescentar informação ou não? A partir do momento em que uma editora vê o seu trabalho de tradução, passa a estar dentro da periferia do que é considerado um trabalho de jornalista.

Diria que é difícil definir uma fronteira?

Sim. O próprio papel do jornalista é difícil de definir. Qualquer um vai na rua e vê algo que acontece e chega a casa e conta o que viu, reporta o que se passou. É o nosso trabalho, mas para uma audiência menor, o seja, qualquer um é jornalista, nessa perspetiva. Mas há regras que um jornalista tem de seguir, nomeadamente o código deontológico, há uma carteira profissional para isso, que vem acrescentar deveres e responsabilidades e direitos, que o tornam um profissional de jornalismo. No caso de um tradutor que trabalha num jornal e é supervisionado por uma equipa editorial fica, de alguma forma, com algum estatuto não diria de jornalista, mas editorial. Mas acho que não há uma linha que as difira.

Que semelhanças e diferenças considera que há entre os nossos trabalhos?

Semelhanças a nível prático, será o par de línguas com que trabalhamos, ou seja, ambos usamos a língua inglesa como ferramenta de trabalho. Ambos trabalhamos na área de notícias. A principal diferença será o facto de eu ser jornalista e a Margarida não, mas não é a licenciatura que faz um jornalista. O Jornal I, por exemplo, quando começou, estava a contratar jornalistas de outras áreas que não o jornalismo, ou seja, não é necessário ter formação na área de jornalismo; temos exemplos disso cá no ECO. Outra semelhança será que quando faço entrevistas, tenho de as preparar em inglês, mas não é por fazer essa tradução que me considero tradutor.

Mas porque não?

A função que estou a exercer é de tradução. Por exemplo, quando chego a casa e faço o jantar, não é por isso que sou cozinheiro.

Ou seja, vê a tradução como parte essencial do seu trabalho, mas que não é o principal, é uma parte?

Sim, é isso. Acho que o seu caso é ao contrário, ou seja, a parte mais editorial é uma tarefa mais global do seu trabalho que é a tradução. Não é por fazer esse trabalho que se considera jornalista, é tradutora.

Da experiência que tem, sente que é útil, dispensável, desnecessária ou necessária a presença de uma pessoa mais especializada na tradução?

Acho que é importante. O jornalismo tem uma escassez de recursos enorme, falta sempre uma mão extra. Isto para dizer que claro que é importante a presença de um tradutor na redação que ajude a tirar dúvidas, se houver essa possibilidade. O Diário Económico tinha um tradutor que fazia tradução de artigos de opinião, e outros. Mas não é uma prioridade tendo em conta o panorama atual do jornalismo, pois de alguma forma o jornalista ainda vai tendo alguns conhecimentos que permitem conseguir substituir o tradutor na sua função e uma vez que a parte da tradução é apenas uma tarefa, ter em permanência a presença de um tradutor é mais secundário. A prioridade será ter mais um jornalista.